

Fabiele Stockmans De Nardi

OUTROS DIZERES SOBRE O ENSINO DE SEGUNDA LÍNGUA:

Um lugar para a tomada da palavra no terreno da opacidade e do real

**Dissertação submetida como requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em
Teorias do Texto e do Discurso, do Programa
de Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul**

Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira

Porto Alegre

2002

*Aos meus Avós, Vanir e Ida, de quem
foram arrancados muitos sonhos, pela possibilidade de
realizar os meus.*

AGRADECIMENTOS

Difícil fazer em poucas linhas um agradecimento quando se tem tanto e tantos a agradecer. Começo pela família e a eterna lição do recomeço; pela minha Tita, e suas justas palavras, pela minha irmã, por seu maravilhoso sorriso de todos os dias, e pela Vó, que nunca descuidou de me cuidar. Agradeço aos amigos de sempre, sempre presentes, companheiros das grandes choradeiras, das maiores alegrias e das melhores descobertas teóricas. Rendo minhas homenagens aos professores amigos que tive, que tenho, e cujas lições de inestimável valor aplico nas aulas, nos textos, na vida. Agradeço à orientação cuidadosa, carinhosa e paciente da professora Maria Cristina, minha mãe acadêmica, que confiou em mim quando nem eu mesma sabia se podia trilhar bem esse caminho. Finalmente agradeço ao Marcelo, *regalo* da vida, pelo amor e companheirismo nesse ano de muito trabalho, de um grande recomeço e de imensas alegrias.

Além de mudar de idioma,

Modificarei meu silêncio?

Como represar o que não posso ver?

*Carpinejar em *Biografia de uma árvore*.*

RESUMO

Um olhar diferenciado sobre o ensino de segunda língua é o que pretende apresentar este trabalho, olhar forjado a partir dos conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. O que buscamos é um tratamento do ensino da língua do outro que, no encontro com o real e a opacidade constitutivos de toda língua, possibilite ao aluno mais do que a instrumentalização a fim de que esteja ele capacitado para reproduzir estruturas, mas que consiga tomar a palavra, encontrar um lugar nessa outra língua, espaço a partir do qual seja capaz de produzir sentidos. Para tanto fazemos uma incursão na teoria do discurso, buscando os conceitos fundamentais da AD e o modo como foram construídos. Isso possibilita que entendamos os deslocamentos necessários em relação à compreensão de língua e sujeito, de discurso e formação discursiva, entre outros conceitos, para que sejamos capazes de construir esse discursivo olhar sobre a língua estrangeira, para que sejamos capazes de vislumbrar uma prática diferenciada para esse ensino a fim de que trabalhemos a palavra do outro em movimento, a vida dessa estrangeira palavra, indo ao encontro do texto literário como um caminho para tal realização.

PALAVRAS-CHAVE: língua; identidade; ensino de segunda língua.

RESUMEN

Una mirada diferenciada respecto a la enseñanza de segunda lengua es lo que desea presentar este trabajo, mirada que se ha contruido a partir de los conceptos del Análisis del Discurso de tradición francesa. Lo que se busca es un trato de la enseñanza de la lengua del otro que, en el encuentro con lo real y la opacidad, proporcione al alumno no solamente la instrumentalización con el fin de que sea capaz de reproducir estructuras, sino que le permita la toma de la palabra, el encuentro de un espacio en esa otra lengua a partir del cual él pueda producir sentidos. Para eso hacemos una incursión en la teoría del discurso con vistas a buscar en ella sus conceptos fundamentales y el modo como se han construido. Tal acción posibilita que comprendamos los cambios necesarios respecto a la comprensión de lengua y sujeto, de discurso y formación discursiva, entre otros conceptos, con el objeto de que seamos capaces de construir esta discursiva mirada sobre la lengua extranjera, con el objeto de que seamos capaces de construir esa mirada discursiva sobre la lengua, de vislumbrar una práctica distinta para la enseñanza de segunda lengua con el fin de que se pueda trabajar la palabra del otro en movimiento, trabajar la vida de esa extranjera palabra, yendo al encuentro del texto literario como un camino posible para que lleguemos a tal realización.

PALABRAS CLAVE: lengua; identidad; enseñanza de segunda lengua.

SUMÁRIO

RESUMO	5
RESUMEN	6
1 INTRODUÇÃO	10
2 EM BUSCA DA TEORIA: A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA	14
2.1 Uma breve passagem pelo cenário dos estudos da linguagem	14
2.2 A AD e seus textos fundadores: um percurso de reformulações	19
2.2.1 <u>Na busca de língua e discurso um diálogo com a filosofia da linguagem e a defesa da intervenção do materialismo histórico</u>	31
3 EM BUSCA DA LÍNGUA: MATERIALIDADE E REAL	38
3.1 No rastro de nossa 'imperfeita ferramenta' o encontro com o real da língua	38
3.2 Sujeito, ideologia e discurso nos caminhos da língua	50
3.2.1. <u>A interpelação ideológica: um encontro entre ideologia e inconsciente</u>	63
4 NO TERRENO DO OUTRO: O SUJEITO ENTRE A LÍNGUA MATERNA E UMA ESTRANGEIRA LÍNGUA	76
4.1 Os analistas de discurso e suas reflexões sobre o ensino de segunda língua	76
4.1.1 <u>No encontro com a língua do outro um novo olhar para língua materna</u>	76
4.1.2 <u>A tomada da palavra nessa estrangeira língua</u>	84
4.1.3 <u>Intradiscurso, interdiscurso e alteridade na tomada da palavra</u>	95
4.2 No abandono da transparência e na consideração da relação entre sujeito e língua, um caminho para o ensino de segunda língua	106
4.2.1 <u>Dos palavras: a busca de um lugar de dizer a partir do texto literário</u>	131
5 CONCLUSÃO	142

REFERÊNCIAS..... 147

ANEXO.....157

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, nascido do desejo de encontrar novos caminhos para o ensino de segunda língua, em especial para o ensino da língua espanhola para brasileiros, encontrou na análise do discurso um lugar de interlocução privilegiado. O que buscamos nas páginas que seguem é compreender como a assunção dos princípios teóricos da AD pode contribuir para uma nova visão do ensino de língua estrangeira em que essa passe a ser não apenas mais uma disciplina do currículo escolar, mas constitua-se como um espaço privilegiado de reflexões sobre o sujeito e sua relação com o outro, sobre o lugar do outro na constituição desse sujeito.

Nossa tarefa não seria cumprida, no entanto, sem que encontrássemos o lugar da AD no cenário dos estudos da linguagem. Dessa forma, a primeira parte deste trabalho ocupar-se-á em fazer uma exposição sucinta sobre as principais correntes teóricas que se ocupavam das questões referentes à língua e à linguagem quando do surgimento da teoria do discurso. Acompanhando as elaborações de Gadet e Pêcheux – 1981 – (1984), olhamos nesse capítulo inicial para os diferentes tratamentos dados à língua e seu estudo. Passando pelo Curso e com ele pela desejada cientificidade que conquistou a lingüística, vamos até o real da língua e as modificações provocadas pela construção de tal conceito, encontrando, nos meados da década de 60, a teoria do discurso.

Para compreender a AD, no entanto, não basta compreender sua fundação. É preciso mais, é preciso atentar para a série de reformulações pelas quais passou essa teoria. Foi com esse intuito que estudamos, no capítulo seguinte, alguns dos textos fundadores da AD e o repensar a teoria que cada um deles propôs nas reflexões apresentadas.

Nesse que chamamos um percurso de reformulações, muitos foram os diálogos travados na construção do que hoje conhecemos por análise do discurso, entre eles o que permitiu à AD um repensar a filosofia da linguagem e aquele que a fez encontrar, nos estudos da linguagem, o espaço desejado para o materialismo histórico. Assim é que chegamos à compreensão de ideologia que nos trazem os teóricos do discurso, aproximando-nos do decisivo *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, texto no qual Pêcheux nos coloca definitivamente diante da necessária abertura da análise do discurso para a contradição e, com ela, para a possibilidade do novo.

Mas é preciso afunilar a discussão, partindo para o encontro daquilo que é, em última análise, nosso objeto de questionamento: a língua e a forma como a compreende a AD. Isso faremos, então, no segundo capítulo deste trabalho, ocupando-nos da língua em sua materialidade e do real que lhe é constitutivo. O amor por um imperfeita língua é que nos acompanhará nessa trajetória, muito facilitada pelo que sobre ela nos têm a dizer teóricos como Paul Henry, Jean-Claude Milner e Fraçoise Gadet, pela qual chegaremos a uma língua afetada pelo real, atravessada pela história, habitada pelo equívoco. Reconhecer essa língua implica entendê-la na sua relação com o sujeito, com o discurso e, conseqüentemente, com a ideologia, tarefa da qual nos incumbimos na segunda parte desse capítulo.

Antes de entrarmos propriamente no que tem a nos dizer a AD sobre o ensino de segunda língua, ocupar-nos-emos da relação entre o lingüístico e o discursivo, trabalhando, por exemplo, com vistas a desfazer a crença numa suposta evidência do sentido. Na leitura de Althusser, feita por Pêcheux, encontraremos as primeiras formulações sobre o assujeitamento, retomadas para que se possa compreender

como concebe a AD o processo de interpelação-identificação do sujeito. Para tanto foi necessário precisar conceitos como os de interdiscurso, pré-construído e formação discursiva, noções fundamentais para a sustentação da teoria e seus modos de intervenção.

Depois de devidamente reconhecido o terreno estaremos prontos para a entrada no universo do outro. Disse certa vez Paz (1992): “Ser uno mismo es, siempre, llegar a ser ese otro que somos y que llevamos escondido en nuestro interior, más que nada como promesa o posibilidad de ser.”

A partir das palavras de Paz podemos nos perguntar sobre o significado para o sujeito do encontrar uma outra língua que não aquela pela e na qual se constituiu como sujeito, sua materna língua. O que representa tal movimento senão o encontro irremediável com o outro e, com ele, outras formas de produzir sentido?

Para construir um dizer sobre o outro, sobre a outra língua e os efeitos desse encontro do sujeito, acomodado no universo da língua materna, com o espaço do outro, foi que, em 1999¹, buscamos a AD como espaço de interlocução para se (re)pensar o ensino de língua espanhola para brasileiros, é pensando assim que dialogamos com a teoria do discurso no intento de formular propostas para fazer do ensino de língua estrangeira um espaço de formação de sujeitos, um espaço para a tomada da palavra, um espaço para a produção de sentidos e é para isso que buscaremos textos de analistas de discurso e de pensadores de áreas afins que reflitam sobre tal questão. Nosso intuito é mostrar como o encontro com uma segunda língua pode provocar uma desacomodação para o sujeito, retirando-o das

¹ DE NARDI, F. S. *Literatura, cultura y el sujeto latinoamericano en la formación del profesor de Español Lengua Extranjera: una mirada a través de los ojos del otro*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

certezas, das evidências que construiu no universo da língua materna que, a partir de então, será ressignificada.

O objetivo é encontrar caminhos para se chegar à tomada da palavra no processo de aprendizagem de língua estrangeira. Discutiremos a necessidade de que, para tanto, trabalhe-se por um processo de ensino que privilegie os discursos na compreensão dos efeitos de sentido que por ele se realizam, o que, conseqüentemente, pressupõe que assumamos uma compreensão de leitura em que a mesma seja vista como produção de sentidos, comportando, assim, as diferenças, as divergências, os dizeres outros. E tudo isso não se poderia fazer sem uma consideração, ainda que inicial, do imaginário e seu papel no ensino de segunda língua, noção que nos levará até o texto literário como possibilidade de um processo de ensino-aprendizagem que contemple a língua no que ela traz de múltiplo, de heterogêneo, de diverso, que a entende como um espaço de identificações para o sujeito, de intervenção da história, de materialização dos movimentos sociais que nela e por ela se realizam. Por que só assim, acreditamos, é possível que ensinemos uma língua, burlando os limites de sua estrutura, para mergulharmos nos discursos que ela nos oferece, encontrando neles a existência das palavra, a vida das palavra, os seres de palavras.

2 EM BUSCA DA TEORIA: A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

2.1 Uma breve passagem pelo cenário dos estudos da linguagem

*A única e verdadeira arte é a da **construção**. Mas o **meio** moderno torna impossível o aparecimento de qualidades de construção no espírito. Por isso se desenvolveu a ciência. A única coisa em que há construção, hoje, é uma máquina; o único argumento em que há encadeamento o de uma demonstração matemática.*
O poder de criar precisa de ponto de apoio, da muleta da realidade.
(...)
Felizes os que sofrem com unidade! Aqueles a quem a angústia altera mas não divide, que crêem, ainda na descrença, e podem sentar-se ao sol sem pensamento reservado.
Fernando Pessoa em *Livro do Desassossego*

Falar da língua e daqueles que dela se ocuparam é sempre uma tarefa delicada, que nos exige olhar atento e responsáveis palavras. Por isso escolhemos iniciar este trabalho tentando mostrar, ainda que de forma bastante superficial, como se organizava o cenário dos estudos lingüísticos quando do surgimento da Análise de Discurso Francesa e durante o seu desenvolvimento, retomada que, esperamos, possa ajudar-nos a compreender os deslocamentos promovidos por essa teoria e os questionamentos propostos em relação aos conceitos com os quais irá trabalhar.

Se o *Curso de Lingüística Geral*² é reconhecido como o ponto a partir do qual a lingüística passa a ser considerada como ciência, não foi esse marco, duramente forjado, o início dos questionamentos sobre a língua, tema que sempre esteve no centro de inúmeras polêmicas. Uma delas é a que divide as questões referentes à

língua entre os campos da analogia, pressupondo a existência de uma ordem interna de construção que está contida na língua; e da anomalia, considerando a

² SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1973.

possibilidade de irregularidades que viriam romper com uma suposta ordem fixa que serviria de norte aos movimentos da língua³. Essa disputa polarizada que sempre se faz presente nos estudos da linguagem parece vir acompanhada recorrentemente de um desejo de purificação, pela língua, da comunicação entre os homens, purificação pela qual eliminam-se os equívocos e estabelece-se o reinado da transparência, desejo, para Gadet e Pêcheux – 1981 – (1984), antes da mais nada, político.

É impossível, no entanto, negarmos a importância do *Curso* que, ainda com todos os cortes e exclusões resultantes do processo que lhe deu origem, promove o nascimento da lingüística como ciência e estabelece o princípio de valor, conceito de importância fundamental dentro da teoria saussuriana e que muitas vezes teve seu brilho ofuscado pela discussão sobre o arbitrário e a distinção língua/fala. Segundo os autores de *La langue introuvable* (GADET; PÊCHEUX, – 1981 – (1984)), vive-se, nessa época marcada pelo nascimento da lingüística como ciência, um tempo de purificação. É o funcionalismo que toma conta, então, da lingüística europeia, eliminando tudo o que possa, nos movimentos de linguagem, fazer emergir o equívoco e a opacidade: quer-se o que é claro, o que é transparente, o que não deixa ruídos.

Os intelectuais de então viviam o terror nazista e faziam parte de toda uma geração que esteve aturdida pela ameaça de um tempo de incertezas. A trajetória de Roman Jakobson - que foi do Círculo de Moscou (1915) ao de Praga (1930), terminando nos EUA da Segunda Guerra Mundial -, é representativa da travessia que essa geração precisou realizar. É assim que o movimento estruturalista da década de 60 rouba a cena de um estruturalismo europeu que entrava em

³ Ver sobre o tema MILNER, – 1978 – (1987), p. 21-22.

decadência na lingüística. As metaforizações passam a ser a forma de entrada do método saussuriano na filosofia, na história, na antropologia e na psicanálise. Um neopositivismo ganha forças no mundo anglo-saxão e com ele uma teoria da sintaxe que toma o lugar da lingüística da frase.

Esboça-se, a partir daí, uma conjuntura marcada, por um lado, pelo questionamento da língua no limite do paradoxo e do absurdo, e, por outro, pela estagnação dentro das certezas lógicas do *american joke*. Essa contradição, no entanto, extrapola na França os limites da lingüística, lugar no qual trava-se um confronto entre a crise do marxismo e as tentativas neo-liberais da gestão ideológica das massas.

La lengua dura del derecho y de la política hace migas con la lengua volátil de las propagandas y de la publicidad. Una cara oscura de nuestra modernidad frente a la cual la reflexión sobre la lengua no debería cerrar los ojos. (GADET; PÊCHEUX, – 1981 – (1984) , 18)

Gadet e Pêcheux chamam a atenção para a escura face dessa modernidade, embutida na *língua dura* de que falam, na qual proliferam as inúmeras tentativas de instaurar-se uma língua universal artificial que coloque a unicidade, a veracidade e a adequação no lugar da confusão babélica.⁴ O desejo de impor uma lógica matemática à linguagem é reflexo de um querer político de controle que melhor domina os homens à medida que elimina sua memória⁵.

O processo de revisão constante pelo qual a ciência é obrigada a passar em seu “desenvolvimento”, abrindo novos caminhos de reflexão, iluminando novos

⁴ “*El fantasma de la Torre de Babel toma hoy apariencia de cuentos de marciales, en las pantallas, pero también en las reflexiones de los lingüistas...*” (GADET; PÊCHEUX, – 1981 – (1984), p.18)

⁵ É interessante perceber como essa representação da memória devassada aparece em textos da literatura hispano-americana como caminho para a dominação. É recorrente a imagem da solidão histórica do sujeito, do apagamento da memória, da perda da identidade e da conseqüente sujeição do homem (**Cien años de soledad** e **Los funerales de mamá grande**, de Gabriel García Márquez e **Maldito amor**, de Rosário Ferré, entre outros).

campos de investigação, não se faz diferente nos estudos da linguagem. É desse modo que, no turbilhão de acontecimentos que pontuamos brevemente, há um momento em que se passa a olhar para o *real da língua*, principalmente pelo viés do papel desempenhado pelo agramatical e pelo absurdo nas reflexões lingüísticas; olhar que implicará novos modos de recobrimento lógico e psicossociológico. Falar-se-á da capacidade de política de todas as línguas naturais, característica que deve-se à possibilidade de promover transgressões, deslocamentos na ordem sintática que marca a existência dessas línguas, pensamento que nega a possibilidade de pensarmos a estruturação das marcas significantes numa ordem lógico-matemática.

Gadet e Pêcheux – 1981 – (1984, p. 26) dirão que os que desejam teorizar sobre a língua encontram-se, nesse momento, sujeitos à polaridade entre os que pensam a língua como uma rede de relações internas e, desse modo, o real da língua como inserido na sua própria estrutura (Port-Royal, Hjelmslev, Chomsky), concebendo princípio como lei, disposição como ordem, funcionamento como regra e sistema como código; e aqueles que querem a língua como produto social não estável de um estado de fato que resulta de uma série de decisões que acumulam-se (historiadores antigos, gramáticos empiristas do renascimento, Vaugelas, os teóricos românticos, Sapir, Meillet e a sociolingüística da década de 80 - estes concebendo lei como obrigação, ordem como mandamento, regra como regramento e código como jurisdição).

Experimenta, assim, o **real da língua** uma contradição interna. Se há os que, como afirmou-se no parágrafo anterior, compreendem-no como **ordem própria da língua**, residindo o real em tudo o que é uno, que se inscreve dentro do mesmo, do idêntico, e opondo-se, dessa forma, ao campo do proibido na língua que se produz no interior da mesma, existem aqueles que negam que sob uma ordem lingüística

exista uma obrigação social dissimulada, negando, nesse movimento, um impedimento político que tome a forma de necessidade lingüística nos movimentos da linguagem. Para esses o real pertence a uma **ordem exterior à língua**. A questão do real da língua⁶ retornará mais tarde e de forma mais detalhada neste trabalho, por ora nos contentaremos em dizer, com Milner – 1978 – (1987), que há um impossível inscrito na língua, uma impossibilidade de que tudo seja dito.

Como foi possível perceber, diversos deslocamentos teóricos realizam-se nos estudos da linguagem, um destes deslocamentos, que vai de Saussure a Chomsky, com passagens pelo Círculo Lingüístico de Praga e o funcionalismo, acaba por colocar a construção sintática dos enunciados em posição central dentro das preocupações lingüísticas. É aí que encontramos Chomsky buscando garantir a existência autônoma de um funcionamento gramatical da língua através do desenvolvimento de uma teoria que será marcada pela transição de tendências, indo de uma teoria da língua para uma teoria da natureza humana, de uma teoria do logicismo do sistema como sujeito para uma teoria humanista do sujeito/sistema.

Está no cerne da teoria de Chomsky um empreendimento neurobiológico, mas ela traz, no entanto, uma inegável contribuição no que se refere à inscrição do infinito no interior da linguagem como propriedade estrutural dessa. Esse posicionamento coloca o aspecto criativo da linguagem como pertencente à

⁶ Consideramos importante apontar, ainda que brevemente, a reflexão feita em Gadet & Pêcheux – 1981 – (1984, cap. 6 e 7), a partir da noção de real da língua, sobre a teoria de Saussure. O que propõem é que vejamos a dualidade de Saussure - o Curso e os Anagramas - não como dois mundos distintos, mas facetas complementares em um jogo que se estrutura com a noção de valor. Questionam, com Benveniste, a primazia da arbitrariedade na teoria de Saussure, fazendo menção ao trabalho de Claudine Normand e sua redescoberta do valor fora da dicotomia arbitrário X não-arbitrário; questionamentos que, consideram, devolvem a Saussure a complexidade da teoria que desenvolveu. O que terá que ser questionado, a partir de então, é não Saussure ou o Curso, mas os deslizamentos ocorridos nas leituras desses. Ainda assim não há leitura fácil de Saussure, porque existem as brechas, as possibilidades outras....

Os autores consideram errôneo, ainda, a crença de que Saussure tenha resolvido a contradição, invisível antes dele, que une a língua com a alíngua: o que fez foi abri-la e torná-la visível.

gramática, contrariando o estruturalismo que o relacionava a uma participação da subjetividade e liberdade humanas.

Quando analisa a ambigüidade, Ferreira (2000) refere-se a Chomsky pela utilização feita pelo mesmo de tal conceito a fim de opor-se ao funcionalismo. Dirá:

O raciocínio, em rápidas palavras, era o de que a linguagem não existe para ser útil, não havendo razão alguma para se acreditar que a condição funcional a ser satisfeita pelas línguas deva ser a de procurar facilitar a comunicação. Ora, a ambigüidade traz como pressuposto o fato de constituir um 'problema de comunicação', donde a conveniência em tê-la como aliada no combate ao funcionalismo. (FERREIRA, 2000, p. 49)

Ainda que apareça em diferentes momentos na obra de Chomsky, a ambigüidade não deixa de ser tratada pelos gerativistas como um problema que deva ser sanado, posicionamento que é considerado por vários teóricos, entre eles Pêcheux, como um desperdício, pois consideram que Chomsky poderia ter-se aproveitado desse, que constitui-se num dos seus melhores questionamentos, para impulsionar suas reflexões. Mas não é de estranhar essa fuga de Chomsky às questões da ambigüidade, afinal, como já mencionamos anteriormente, é recorrente entre os lingüistas a tentativa de purificar a língua, livrá-la dos ruídos, e, desse modo, também da ambigüidade e da opacidade decorrentes da mesma.

2.2 A AD e seus textos fundadores: um percurso de reformulações

Na década de 60 do século XX floresce, na França, em meio à ascensão da lingüística como ciência piloto e ao reinado do estruturalismo nas ciências humanas, a Análise do Discurso. Fruto de uma dupla fundação, a AD nasce ao mesmo tempo

pelas penas de um lingüista, Jean Dubois, e de um filósofo, Michel Pêcheux, que possuem histórias diferentes no cenário acadêmico e diferentemente conceberão o que se passará a chamar de Análise do Discurso.

Em *Elementos para uma história da Análise do Discurso na França*, Denise Maldidier (1994) marca bem a diferença de pensamento que caracterizará o trabalho de cada um desses estudiosos e sua relação com a AD. Dubois, o lexicólogo, pensa a AD dentro de um *continuum*, a passagem natural de um estudo que vem da palavra para o enunciado. Pêcheux, o filósofo, preocupa-se em refletir sobre a história das ciências e, debruçando-se sobre a trilogia psicanálise, marxismo e lingüística, concebe a AD como uma ruptura epistemológica. Para ele não há continuidade, mas uma mudança de terreno que levará ao rompimento com a ideologia que, então, domina nas ciências humanas.

O que une, afinal, esses dois pensadores? Segundo Maldidier, o marxismo e a política, que aproximam Dubois e Pêcheux no que diz respeito às idéias sobre a luta de classes, a história e os movimentos sociais. Essa dupla fundação, ressalta ainda Maldidier, é responsável pela emergência do discurso como objeto de análise e a possibilidade, criada então, de pensar-se uma teoria que se construía e reformulava ao mesmo tempo em que era realizada a análise.

Ainda assim, é de fundamental importância considerarmos as diferenças entre as duas linhas de pensamento descritas. Isso porque há uma grande distância entre o desejo de agregar ao lingüístico o que era do campo da sociologia e da psicologia, como o queria Dubois, e questionar fortemente os conceitos das áreas que coloca em contato a fim de repensar seus fundamentos, como o fez Pêcheux⁷.

⁷ Pêcheux parece-nos bastante coerente com essa posição de autoquestionamento proposta e que ressurge na quase totalidade de seus escritos, já que assumir as limitações e os tropeços de um empreendimento teórico é alimentar sua capacidade de expandir-se, recriar-se, transformar-se, assumindo, dessa forma, a contradição como

Para Paul Henry (1997), é necessário levar-se em conta o desejo de Michel Pêcheux de provocar uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais, desejo motivado por uma dupla crença: na relação existente entre as ciências sociais e a prática política e entre essa e o discurso. Considerava que as ciências sociais, como estavam fundadas na época, não eram mais que um prolongamento das ideologias constituídas lado a lado com a prática política, o que faria delas instrumentos de perpetuação de um sistema. Sendo o discurso o instrumento central da ação política, sua reconsideração provocaria um movimento de questionamento dentro dessas práticas e das disciplinas que se propõem a pensá-las.

O que quer a AD francesa é promover a relação entre o campo da língua e o da sociedade. Como é possível perceber, a cena política afeta fortemente esse empreendimento teórico, o que motiva, na concepção dessa disciplina, uma série de equívocos, muitos deles provenientes do desejo de transformação no campo social que influenciava fortemente seus pensadores, ilusões que tenderão a desfazer-se pelas incessantes retomadas que a própria AD propõe-se a realizar.

É fazendo frente ao mesmo tempo ao estruturalismo e à gramática gerativo-transformacional, tendências marcantes nos trabalhos realizados dentro do campo da linguagem durante os anos sessenta, que surge a AD com a publicação de *Análise Automática do Discurso (AAD 69)* (PÊCHEUX, – 1969 – (1997)). Nesse texto Pêcheux rejeita, como norteadores dos estudos da linguagem, tanto o conteudismo quanto o formalismo excessivos, lançando as bases da teoria do discurso. Num retorno ao Saussure do Curso, encontra dois movimentos marcantes: no primeiro, há uma retirada dos estudos da linguagem do nível da especulação do que quis dizer o texto e, também, dos limites que reduziam os estudos da linguagem a um

trabalho filológico, concebendo a língua como um sistema passível de ser analisado sincronicamente e dando, desse modo, um estatuto de cientificidade à lingüística; no segundo, instaura-se a dicotomia língua/fala e, pela exclusão da fala do campo de interesse da lingüística, arrasta-se para fora desse espaço, junto com ela, o sujeito. O que faz então o corte saussuriano é, em nome desse estatuto de cientificidade para a lingüística, expulsar as questões do sentido e, com elas, a semântica⁸.

A exclusão do sujeito provoca como reação a abertura de um espaço em que se dá força e evidência ao que ficou excluído pelo corte saussuriano. O interesse de estudo volta-se para uma busca da subjetividade e do sujeito em sua onipotência, ou, nas palavras de Pêcheux – 1969 – (1997, p. 71), ocorre a reaparição triunfal de um sujeito falante que é subjetividade em ato. Essa tradição pós-saussuriana será marcada, então, por um sujeito livre e por uma fala que é caminho para a liberdade humana enquanto uso da língua.

É ainda no rastro de Saussure que Pêcheux busca pensar as noções de anomalia e de particularidade⁹, debruçando-se, mais adiante, também sobre a relação entre os conceitos de instituição e de língua. Propõe, no que diz respeito à anomalia, que se deixe de considerá-la como ruptura de uma norma universal que estaria inscrita na língua (ao modo de Saussure), colocando a necessidade de remetê-la ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado. (PÊCHEUX, – 1969 – (1997), p. 73) Em relação à particularidade, questiona a funcionalidade de tal conceito pensando, para analisar

de nunca acabar. México: Fondo de Cultura Económica 1984, p. 98-102)

⁸ Sobre o lugar da semântica no *Curso de Lingüística Geral* ver, por exemplo: BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997. e NORMAND, C. Le CLG: une théorie de la signification? In. _____. *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990. , textos que propõem uma releitura das formulações de Saussure.

⁹ Entendido por Saussure como um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, formulação desenvolvida quando buscava estabelecer uma identidade entre o universal e o extra-individual.

os fatos dos quais ele daria conta, a noção de processo de produção. Esta sustentaria tanto um estudo das variações específicas da língua, quanto aquele das ligações entre as condições de produção de um discurso e seu processo de produção, tirando da língua o peso dessa “normalidade” que a afetaria de forma determinante e abrindo espaço para o heterogêneo dentro da própria estrutura.

No que tange à relação instituição e língua, a compreensão que nos é dada por Saussure é de uma língua enquanto parte social da linguagem. Essa língua, exterior ao indivíduo, é uma instituição social entre outras, instituições essas pensadas como meios adaptados a fins e que, nesse ponto, diferem da língua por ser ela autônoma em relação aos meios que escolhe e aos fins pretendidos. O que se observa é que, vistas como funções com uma finalidade específica, as instituições, nessa conjuntura, são afastadas de seu caráter social.

Pêcheux trabalha numa reformulação desse conceito que lhe interessa em particular na passagem do estudo do contexto e da situação para o das condições de produção. Sem nos determos mais sobre a questão, podemos dizer que o ponto que nos interessa nesse momento, de toda a discussão que será travada sobre a noção de instituição, é a consideração do filósofo francês de que as instituições não estão fora da língua, mas em relação direta com ela. Há, entre um discurso e o lugar a partir do qual ele é enunciado (ou para o qual é proferido), uma relação necessária que nos impossibilita analisá-lo como se estivéssemos analisando um texto, fazendo com que tenhamos necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção. (PÊCHEUX, – 1969 – (1997), p. 79)

Chamando a atenção para a relação de retomada/remissão a um outro discurso que ocorre sempre que algo é proferido, é introduzida, ainda em AAD 69, a

noção de antecipação. Os processos de antecipação, pensados a partir de uma definição de discurso enquanto efeito de sentido entre interlocutores, são a base para os processos discursivos que se construirão, sempre, a partir dos lugares que A e B atribuem a si e ao outro. Segundo ele, A e B designam lugares determinados numa formação social, e não presenças físicas, e esses lugares é que serão colocados em jogo nos processos discursivos¹⁰.

Nesse projeto de concepção de um dispositivo de análise que permitiria compreender os discursos pela remissão às suas condições de produção, que é o texto AAD 69, está, então, o germe da teoria discursiva. Cabe, ainda, uma breve menção à utilização feita por Pêcheux da teoria distribucional de Harris na análise lingüística proposta em AAD 69. Segundo Malidier (1994), tal escolha tem três motivações centrais: o fato de significar um choque teórico no cenário lingüístico da França dos anos 60; o privilégio dado à palavra dentro dessa teoria, que seguia os métodos estruturais da lexicologia, e por ser ela capaz de levar a uma análise da superfície discursiva ao invés das estruturas profundas. Pêcheux enxergou em Harris a possibilidade de uma deslinearização que levaria à percepção dos traços dos processos discursivos o que, para Malidier, é representativo da forte influência ainda exercida pelo estruturalismo nos trabalhos que marcaram as primeiras formulações da teoria do discurso.

Essas formulações iniciais, no entanto, não fazem estagnar o trabalho de Michel Pêcheux que retorna incansavelmente à AAD 69 buscando reformular as noções apresentadas e retificar os possíveis erros decorrentes dessa primeira

¹⁰ “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social, regras de projeção, que estabelecem relação entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).” (PÊCHEUX, - 1969 - (1997), p. 82)

formulação. Aponta, assim, em seus textos posteriores, os limites e as falhas¹¹ dessa produção inicial (respondendo também às críticas recebidas, ora como momentos de reflexão que lhe permitirão avançar em seu projeto teórico, ora como reações de um meio acadêmico fechado em seu idealismo) consolidando a forma de trabalho que irá caracterizar a Análise do Discurso e fortalecendo-a teoricamente, promovendo a passagem, como já dissemos, da AD dispositivo de análise, para a AD como possibilidade de instauração de novos gestos de leitura.

Isso ocorrerá, por exemplo, na parceria com Fuchs, em 1975, quando Pêcheux encontra um momento propício para fazer uma revisão das interpretações sobre a AAD e lançar caminhos para os trabalhos que seguirão. Assim concebem *A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas – 1975 – (1997)* começando por definir o quadro epistemológico que norteará o trabalho e no qual três regiões de conhecimento se entrelaçam - (1) materialismo histórico, como a teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; (2) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; (3) a teoria do discurso, como teoria da determinação dos processos semânticos. (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 164) - atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica¹².

No centro desse empreendimento os autores colocarão a questão do efeito-leitor como constitutivo da subjetividade, trabalhando com a dissimulação, para o

¹¹Em **Semântica e Discurso** aponta como falha o fato de, em AAD-69, a remissão ao materialismo histórico reduzir-se ao tratamento das condições de produção e diz que: “[...] é preciso, ainda, poder explicitar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina”. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 254)

¹² A psicanálise de Freud e Lacan, que não teve grande visibilidade em AAD 69, começa a aparecer com mais força a partir desse texto dentro das pesquisas em Análise de Discurso. O que nos parece permanecer é o pensamento, anunciado em nota de rodapé no texto de 69, de que uma teoria do discurso não deve ser entendida

próprio sujeito, das condições de existência desse efeito como movimento necessário para que ele se realize. Nos deteremos em particular nas idéias apresentadas por Pêcheux e Fuchs sobre a relação entre formação social, língua e discurso (que corresponde à primeira parte de seu trabalho), ressaltando que consideramos esse texto, e assim o trataremos, como um trampolim para a formulação de Semântica e Discurso (PÊCHEUX, – 1975 – (1997)).

Trabalhar na articulação das três regiões de conhecimento acima citadas e pensar suas questões a partir do materialismo histórico, segundo Pêcheux e Fuchs, é quase superar uma barreira intransponível instaurada pela forma como está estruturado o meio acadêmico de seu tempo. Tal crítica, que abre o texto de 1975, repetir-se-á em textos posteriores, algumas vezes até de forma mais acirrada. Esse debruçar-se sobre a estrutura do meio acadêmico aparece sempre como um esforço de mostrar ao leitor a enganosa facilidade resultante tanto do isolamento da língua como objeto da lingüística, em que essa se colocaria como início e fim de toda trajetória, língua sem equívocos nem sujeitos, língua sem história nem memória, língua livre de obstáculos e portadora de toda transparência; quanto da conversão dos estudos da linguagem em parte das ciências sociais ou humanas, deixando de lado a especificidade da lingüística e reduzindo-a a investigações sociológicas, ou ainda deixando que o lugar da teoria lingüística seja ocupado por concepções de mundo ou filosofias espontâneas. Evitando os extremos, o que deseja a AD é promover a intersecção desses campos em busca de novas formulações, de outras

como uma substituta para uma teoria das ideologias ou do inconsciente, mas como uma forma de intervenção nestes campos. (PÊCHEUX, – 1969 – (1997), p. 161, nota 51).

reflexões, de compreensões novas que venham a desalojar as certezas que se instauraram tanto em um campo como em outro¹³.

O que os autores farão no caminho de preparação do terreno para a realização de sua revolução é chamar a atenção à falácia que consistiria identificar o materialismo histórico à sociologia e reduzir a teoria do discurso à simples análise do aspecto social da linguagem, bem como ao engano que seria a imersão nessas áreas em busca de uma instrumentalização ao invés de um trabalho crítico sobre essa intersecção. É, pois, identificando esses riscos e assumindo a possibilidade de se verem enredados neles que iniciam sua reflexão determinando o que do materialismo histórico interessa à AAD e como a teoria materialista deve ser compreendida para esse intento.

É a superestrutura ideológica, em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada (PÊCHEUX;FUCHS, – 1975 – (1997), p. 165), a região do materialismo histórico sobre a qual repousa seu/nosso interesse. Instância ideológica que possui uma materialidade específica e cujo funcionamento é uma das condições da reprodução da base econômica que, em última instância, a determina¹⁴. Num trabalho com a noção de interpelação ideológica enquanto reprodução das relações de produção, os autores formularão o conceito de formação ideológica¹⁵ para, posteriormente, distinguirem discurso e ideologia, classificando a identificação desses conceitos como um pensamento idealista em que a ideologia é compreendida como pertencente ao campo das idéias e dos discursos. O discursivo

¹³ “Prise entre le réel de la langue et le réel de l'histoire, l'analyse de discours ne peut céder ni sur l'un ni sur l'autre sans donner aussitôt dans la pire des complaisances narcissiques”. (PÊCHEUX, 1981b, p. 8).

¹⁴Ao falar sobre a instância ideológica, sua constituição, modo de funcionamento e determinação pela instância econômica, os autores remetem para o texto **Aparelhos Ideológicos de Estado**, de Louis Althusser (1987).

¹⁵“Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p.166)

aparece, desse modo, como um aspecto material que faz parte da materialidade ideológica e, por isso, a necessidade de falarmos em formações discursivas. Como parte integrante das formações ideológicas as formações discursivas (sempre derivadas de condições de produção específicas), interligadas entre si, serão responsáveis pela determinação, numa conjuntura específica (a partir de uma posição determinada), daquilo que pode e deve ser dito.

Como se pode ver, há uma dinâmica entre o discursivo e o ideológico que, se não nos permite identificá-los, nos impede, também, de recusarmos a recíproca determinação que há entre eles. Os autores apontam para a dificuldade encontrada pelos teóricos marxistas em caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos introduzidos (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 168) e que reside, acreditamos, justamente no fato dessas fronteiras não existirem como uma realidade concreta e palpável que se pode descrever, ao modo de um objeto, ou determinar, como se estivéssemos demarcando território. Há, como já dissemos, uma dinâmica que caracteriza a relação entre formação ideológica e formação discursiva, bem como entre essas e os esquecimentos do sujeito de que é fonte e origem do sentido e de que não detém o poder sobre o que diz, dos quais é resultante a impressão para esse sujeito de que domina a linguagem, tomando essa como transparente. E é justamente nessa inter-relação que esses conceitos funcionam e ganham existência.

A emergência desse novo pensar as questões da linguagem não se deu, como vemos, de forma gratuita. Reivindicar para o discurso um espaço consagrado ora à estrutura e aos seus limites, ora a um sujeito capaz de assenhorar-se de seu dizer, impôs a necessidade de deslocamentos e desestabilizações. Não por acaso palavras foucaulteanas como descontinuidade e ruptura caem tão bem para definir o

que fez a AD, rompendo com uma tradição lingüística e unindo três áreas do conhecimento, cada uma com suas especificidades, a fim de confrontar seus conceitos, seus limites, suas visões sobre o dizer, sobre a língua e o sujeito.

O discurso é o objeto de interesse dessa disciplina que olha para a história das ciências a partir de uma trilogia onde estão em contato psicanálise, marxismo e epistemologia. Constitui-se como uma ruptura epistemológica, trabalhando não na continuidade, mas numa mudança de terreno que levará ao rompimento com a ideologia que, então, domina nas ciências humanas, mudança que só pode ser compreendida se abandonarmos a idéia do sujeito que domina a língua, do sentido que existe como uma evidência, e da ausência de uma determinação histórica para ambos. Se voltarmos novamente a Foucault – 1969 – (1972) podemos reencontrar em suas formulações a descrença num fio cronológico, linear, capaz de dar conta dos movimentos da história e dos dizeres sobre eles produzidos, fazendo com que nos voltemos para a dispersão, para a descontinuidade, para esse discurso enquanto espaço onde se manifesta uma exterioridade, um sujeito disperso e fragmentado que nele ocupa espaços, 'lugares vazios'.

Certamente há muita proximidade entre o que formula Foucault e o que vai dizer Pêcheux na elaboração da sua teoria do discurso; salvo as especificidades de cada um, o atravessamento desejado e explícito do ideológico nos escritos do segundo, por exemplo, ambos querem o rompimento, esse olhar diferenciado que recusa-se a ver as evidências e procura aquilo que se esconde, que está mascarado, que emerge vez ou outra nas brechas que a estrutura não consegue impedir que se formem.

Consideramos pertinente ressaltar que passamos aqui muito rapidamente pelas discussões travadas no texto de 1975 sobre as *formações* e sua inter-relação,

tema tratado pelos autores com minúcia ao trabalharem com a paráfrase¹⁶ e a determinação do sentido pela formação discursiva. Percurso que é traçado rumo a uma caracterização da AAD como esboço de uma análise não subjetiva dos efeitos de sentido que atravessa a ilusão do efeito-sujeito (produção-leitura) e que retorna ao processo discursivo por uma espécie de arqueologia regular (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 170).

Todas essas definições concorrem, ainda, para nos mostrar a inexistência de uma origem no sujeito para o processo discursivo que, apesar disso, no sujeito e para ele se realiza. Essa *contradição aparente*, segundo Pêcheux e Fuchs, exige um retorno aos questionamentos sobre a constituição do sujeito e à noção de assujeitamento para uma revisão das formulações feitas em 69. Apontam no texto de 69 uma ambigüidade referente ao conceito de condições de produção que, então, “[...] designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se achava inscrito o sujeito e a ‘situação’ no sentido concreto e empírico do termo.” (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 171). Alertam para o fato de que tal formulação invalidava-se por opor a primeira definição à segunda, da mesma forma que se opõem o real e o imaginário. E era justamente uma definição de imaginário que faltava em 69, uma definição deste em relação ao real. “Em outros termos, o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em situação concreta de enunciados”, disseram eles (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 171). E é justamente nessa falta da teoria que encontram o espaço da reconstrução, assumindo a necessidade da criação de uma

¹⁶Numa relação entre duas formações discursivas a primeira serve, de algum modo, como matéria prima representativa da segunda (esquecimento nº1) - assim como é pela paráfrase discursiva que uma matriz de sentidos se constrói. Desse modo, é uma ilusão a crença de que a um discurso esteja relacionado um sentido que não seja determinado pela formação discursiva na qual se inscreve sua produção ou para a qual esteja sendo direcionado.

teoria não-subjetiva que dê conta dessa distinção e que possa explicar a constituição do sujeito.

2.2.1 Na busca de língua e discurso um diálogo com a filosofia da linguagem e a defesa da intervenção do materialismo histórico

Ao retomar algumas concepções de Frege em *Semântica e Discurso*¹⁷ e pensar a relação entre a filosofia da linguagem e a teoria do discurso, Pêcheux lança uma luz sobre as questões da semântica e os equívocos que a cercam e/ou constituem. Inicia apontando o afastamento da semântica a que foi levada a lingüística em seu desejo de cientificidade (conforme já discutimos em 2.1) e o retorno a ela como uma volta às origens. É assim que passa a responder às críticas que lhe foram dirigidas por buscar o materialismo histórico no tratamento das questões da linguagem, observando o erro decorrente do que classifica como uma má interpretação da teoria materialista. Tal interpretação consistiria em identificar-se as línguas às superestruturas ideológicas, fazendo da gramática um pivô da luta de classes, o que levaria o pesquisador a cometer um engano filosófico e político (a filosofia materialista imporia seus resultados a uma ciência) e outro teórico (confinar a língua à superestrutura ideológica de uma formação social). Longe disso, a intervenção do materialismo histórico deve abrir campos de questões, fazendo com

¹⁷ *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), parece-nos, resulta de uma longa reflexão que vinha acompanhando Pêcheux e que, longe de abandoná-lo, condensa-se nesse livro de forma exemplar. O autor dialoga, no decorrer da obra, com textos por ele escritos anteriormente e com toda uma produção dedicada aos estudos da linguagem que vem da lógica, passando pela lingüística e filosofia da linguagem até chegar à teoria do discurso. Nessa dinâmica constrói sua obra, mostrando sempre a possibilidade de um novo dizer sobre

que a lingüística se debruce sobre seus objetos para refletir a seu respeito a partir de uma relação com a ciência das formações sociais.

Distingue, então, língua e discurso, evocando a materialidade discursiva da primeira e fazendo a distinção entre base lingüística e processo discursivo¹⁸.

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados [...] (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 91).

Segue trabalhando sobre a autonomia relativa do sistema (cf. Paul Henry¹⁹) e sua relação com a luta de classes. Há, segundo ele, uma autonomia relativa da língua, que é indiferente à luta de classes e, enquanto sistema, se submete a leis internas (que por sua vez são a base para os processos discursivos). A luta de classes, porém, não é indiferente à língua (todo processo discursivo está inscrito numa relação ideológica), fazendo uso desta de uma forma particular e determinada dentro de seu campo.

Nesse diálogo com a filosofia da linguagem Pêcheux regressa novamente ao pensamento de Frege. Num primeiro momento, o retoma para se opor à crença de que os nomes possuam necessariamente uma denotação e lançar a idéia de que há algo que pode ser dito e que se refere a um dizer outro que se construiu antes e independentemente e que não faz referência a um objeto real. Citando Henry, define o pré-construído como remetendo a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente em oposição ao que é construído pelo enunciado. (PÊCHEUX, – 1975

questões que ganhavam a aparência de resolvidas e que acabam, em capítulos posteriores, retornando com outros moldes e novos questionamentos.

¹⁸Nesse ponto da discussão Pêcheux trabalha a noção de discurso e processo discursivo também para afastar o *discurso* de qualquer classificação reducionista que venha a identificá-lo com a *fala* (parole).

¹⁹HENRY, P. *Le mauvais outil: langue, sujet et discours*. Paris: Klincksieck, 1977.

– (1997), p. 99) Leva-nos, dessa forma, a pensar sobre os processos de determinação e indeterminação na relação com os nomes e ao modo como o referente se constrói no discurso.

Num segundo momento, analisa o pensamento fregeano sobre o objeto e remete para o que chama de esvaziamento do objeto pela função. Toma as considerações de Frege sobre os processos de indeterminação para trabalhar com o funcionamento do pré-construído na linguagem, mencionando o fato de Frege ter-se sentido impossibilitado de trabalhar mais detidamente com a indeterminação, preferindo acomodar-se com a idéia de um pensamento completo por natureza, naturalmente saturado. Nessa busca do “Sentido”, Frege teria esbarrado na impossibilidade de conceber um referente que já estaria construído a priori e para o qual a linguagem simplesmente apontaria, optando pela literalidade e eliminando o que é da ordem do equívoco como pontos de irrealidade que impossibilitariam a estabilidade do referente. A proposta de Pêcheux é trabalhar com o pré-construído e, em oposição, com o processo de sustentação²⁰, noções que remeteriam, respectivamente, ao que é exterior e pré-existente e ao que pode ser entendido como um retorno do saber no pensamento²¹.

Por essa oposição entre pré-construído e processos de sustentação, introduz uma discussão sobre as relações que se estabelecerão entre os domínios do pensamento. Antes disso, analisa as relações entre lógica e lingüística a partir:

[...] de dois ‘funcionamentos’ dos quais um deles diz respeito, em última instância, às modalidades de ‘preenchimento’ dos lugares de argumentos de um predicado, enquanto condições de formação de

²⁰Trataremos dessa relação mais detidamente quando entrarmos na definição de interdiscurso que nos oferece Pêcheux.

²¹Este capítulo, intitulado *Articulações de enunciados, implicações de propriedades, efeitos de sustentação* (p.105-123) traz, em seus parágrafos finais, uma crítica interessante do que Pêcheux classifica como *duas vertentes do idealismo* e que, consideramos, define o tom da crítica ao idealismo que permeia todo o livro, marcando, também, a oposição entre esse pensamento em relação à produção de conhecimento e o que o autor concebe a partir de sua leitura do materialismo histórico.

enunciados, e o outro incide sobre **a articulação entre enunciados, isto é, incide, na verdade, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do “texto”**. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 123, grifo nosso).

Esse duplo funcionamento lógico-lingüístico não é dotado de neutralidade, ao contrário, mascara uma descontinuidade entre ciências e ideologia que acaba por apagar o caráter ideológico do processo científico, como se esse ocorresse aleatoriamente a uma tomada de posição. Pêcheux aponta para o mascaramento que tal apagamento produz de um terceiro elemento²² (nem lógico, nem lingüístico) que seria o objeto de seu trabalho ao apresentar-se sob a forma de uma abordagem teórico-materialista do funcionamento das representações e do pensamento, supondo um exame da relação do sujeito com o imaginário.

Esse mascaramento da descontinuidade epistemológica (descontinuidade entre conhecimento científico e desconhecimento ideológico) pelo imaginário da identificação reaparece no texto de Pêcheux como uma crítica severa ao idealismo e ao intencional apagamento da ideologia nele realizado. Tanto esse apagamento quanto a construção de uma psicologia social não seriam mais do que a dupla face de um erro em relação às ideologias, deslize que consiste em considerá-las, por um lado, como idéias e não como forças materiais, e, por outro, como sendo originadas no sujeito, desconsiderando que são elas que o constituem como tal.

Tal posicionamento resulta de uma série de reflexões (entre outras, aquela sobre a independência do pensamento em relação ao ser e do apagamento da relação entre situação e propriedade) e de críticas feitas ao idealismo²³ (tendo como

²²Esse terceiro elemento é formado pelas relações entre os “domínios do pensamento”, *relações de discrepância que tomam a forma (1) da exterioridade-anterioridade ou do “retorno do saber no pensamento”*. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 125)

²³Pêcheux, ao pensar a teoria do discurso, reforça o perigo de um retorno a uma concepção idealista que significaria a impossibilidade de uma prática política e de uma prática da produção de conhecimentos.

alvo central a concepção de um sujeito individual, concreto, ao mesmo tempo elemento de um conjunto e fonte da metáfora constituída pela personificação desse conjunto - caminho para o sujeito universal) a partir das quais o autor justificará a necessidade da construção de uma teoria materialista do discurso. Ele lança, ainda, os princípios básicos sobre os quais se assentará essa teoria que será determinada pela interligação entre subjetividade, discursividade e descontinuidade ciência/ideologias. Considerando a complexidade de um trabalho sobre a ideologia, recorre a outros textos com os quais dialoga a fim de delinear com mais clareza a questão.

Ainda que nos ocupemos do tratamento dado ao conceito de ideologia dentro da teoria do discurso mais adiante, parece-nos importante salientar que Pêcheux ao tratar da forma-sujeito recorre à ideologia²⁴ para explicar como é regulada a ocupação desse lugar vazio no espaço dos discursos. Tomado como uma evidência, tal movimento realizar-se-á pela interpelação ideológica, igualmente responsável pela evidência do sentido e a unicidade do sujeito. Do mesmo modo que é por um efeito ideológico que consideramos transparente a linguagem e uno o sujeito, não passa de um efeito a evidência de que a tomada de um lugar pelo sujeito num universo discursivo se tenha feito sempre dessa forma.

O que o sujeito encontra na formação discursiva é a legitimação do seu dizer, daí a evidência. No entanto, sabemos que o sentido é atravessado pelo ideológico e que esse atravessamento é que lhe confere uma materialidade específica, sendo seu efeito a estabilização dos sentidos em uma determinada FD. Não há uma

²⁴ “Não partimos da ideologia (como dissimulação, ou não, do real) para o sentido, mas procuramos compreender os efeitos de sentido a partir do fato de que é no discurso que se configura a relação entre língua e ideologia.” (ORLANDI, 1990, p. 36). “A possibilidade mesma da relação mundo-linguagem se assenta na ideologia. [...] Se linguagem e ideologia fossem estruturas fechadas, acabadas, não haveria sujeito, não haveria sentido.” (Id., 1998).

literalidade que preexista à formação discursiva, que constitui-se como a referência dos sentidos que nela circulam, o que faz com que entendamos que a ideologia é o que nos dá o direcionamento dos sentidos, é o que direciona a interpretação.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux – 1983 – (1990), analisando o entrecruzamento entre o acontecimento e a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação, afirma que começamos a fazer trabalhar um acontecimento quando produzimos discursos sobre ele. Isso significa dizer que, quando da eclosão de um acontecimento, ele passa a ser trabalhado sob dois prismas: aquele da atualidade, da inserção do fato em seu tempo, e o do retorno a uma memória, despertada e reorganizada pelo acontecimento. É por isso que temos a possibilidade de dizer um acontecimento muito antes de que ele se realize, antecipando-o.

Essa antecipação, que é possível pelo recurso a um já-dito, situa um acontecimento em relação aos diferentes saberes que sobre ele produzem enunciados. Se a referência dos dizeres que se constroem sobre o "fato" é a mesma, diversas são as possibilidades de significação que encontramos para o mesmo, o que significa afirmar que um acontecimento não passa para a história como o que é, mas pelo modo como é interpretado. A forma de sua permanência será o resultado das formulações elaboradas a partir de sua existência, determinadas pela forma de apreensão que o caracteriza, e, em última instância, pelos efeitos de sentido produzidos a partir de sua leitura por sujeitos que se inscrevem em uma FD determinada.

É importante salientar que esse processo de interpelação pelo qual se dá a ocupação dos espaços que comporta uma FD é passível de falhas, fazendo com que seja a FD também o espaço do heterogêneo e da contradição. Não há, entretanto,

como negarmos que a estabilização dos sentidos (múltiplos) é responsável pela possibilidade da repetibilidade, do retorno ao dizer para a sua reprodução ou transformação, criando uma dinâmica entre a estrutura, pela qual se fixa o dizer, e o acontecimento, que vem para reorganizar esse universo discursivo.

3 EM BUSCA DA LÍNGUA: MATERIALIDADE E REAL

3.1 No rastro de nossa 'imperfeita ferramenta' o encontro com o real da língua

Tem mais presença em mim o que me falta.

Manuel de Barros em *Livro sobre nada*.

Paul Henry – 1977 – (1992) não constrói uma trajetória muito distinta daquela de Pêcheux quando recorre a Frege para falar sobre as questões da língua, fazendo da pressuposição seu tema de interesse. Segundo Henry, Frege toma a pressuposição como um defeito da linguagem, concepção que rejeita, alertando, no entanto, para a permanência de questões propostas pelo filósofo e que devem nos acompanhar na reflexão sobre a lingüística; quais sejam, seu estatuto de cientificidade e a característica de seu objeto. É pensando nisso que aponta uma ambigüidade presente no *Curso de lingüística geral*, no qual a língua faz a unidade da linguagem ao mesmo tempo em que é concebida como uma instituição social, ambigüidade que faz aparecer o que chama de *contradição no sentido materialista* pois, apesar da dicotomia língua/fala, “Saussure reintroduz a subjetividade na língua na medida em que trata de significações, principalmente a respeito da analogia” (HENRY, – 1977 – (1992), p. 15).

Para Henry, o crucial em tal discussão é perceber que *com o sentido retorna o sujeito* e que acabamos por colocar em questão, nesse movimento, também a materialidade da língua. Articulamos, dessa forma, língua, sentido e sujeito, trazendo

à tona a contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, contradição fundante em toda ciência que está sempre obrigada a forjar seu objeto de interesse.

O objeto de investigação de uma ciência não se oferece espontaneamente aos olhos do cientista, é preciso criá-lo, por vezes duramente, definir seus limites, redesenhar as bordas. Assim, tal objeto é sempre uma construção, um trabalho do pesquisador, um efeito do seu olhar sobre o objeto real no qual repousa seu interesse, uma forma particular de apreensão da realidade e jamais a realidade mesma (que temos a ilusão de poder apanhar). Crer na evidência do objeto, na sua verdade ou na verdade das respostas que resultam de sua observação é, só podemos crer, um efeito ideológico em última instância. Assim, dirá Henry – 1977 – (1992, p. 21) que, “[...] na prática científica, a apropriação da relação entre o objeto real e o objeto de conhecimento apela necessariamente para as formações ideológicas, variáveis segundo as teorias, pelas quais se realiza concretamente essa apropriação”, movimento que chamará de *apropriação de uma contradição*²⁵.

A análise da forma de tratamento da pressuposição oferecerá, através do texto de Henry, um panorama da forma de tratamento da língua em diferentes momentos do estudo da linguagem. Para ele há um momento em que a teoria da gramática rouba a cena dos estudos da pressuposição, antes consagrada à fonologia, trabalhando a língua como uma estrutura complexa cujas unidades mínimas, os fonemas, fazem derivar, por combinações, os outros níveis de estruturas. Some-se a isso o pensamento de Jakobson sobre uma crescente

²⁵ Para esse estudioso o importante é compreender as noções de *contradição* e *apropriação*. A contradição deve ser tomada no sentido que lhe é dado Marx (*contradição da história no sentido do materialismo histórico*). “O processo de produção do conhecimento, enquanto processo histórico, realiza-se concretamente sob formas históricas variadas” (HENRY, – 1977 – (1992), p. 21-22), sendo a prática científica, antes de mais nada, uma prática social, e os sujeitos dessa prática agentes que, como tais, são constituídos nas práticas sociais e por elas. Isso, para Henry, resulta em duas conclusões: a primeira de que a “[...] apropriação de uma contradição, que como tal escapa à categoria de sujeito, possa realizar-se concretamente em um prática”; e a segunda de que, “[...]”

liberdade dos que usam a língua e pode-se chegar ao *lugar da subjetividade dos falantes da língua*. Esse recurso à teoria da gramática nos permitirá a distinção de duas correntes nos estudos da pressuposição que diferenciam-se pelo lugar consagrado à dita teoria: uma estruturalista, ao modo de Ducrot, outra transformacionista, originada em Harris e Chomsky, teórico que atribui o poder criativo da língua a ela mesma, e não ao sujeito que dela faz uso.

O que se fará, então, é um questionamento do modelo de gramática acima esboçado. Chomsky quer a separação dos componentes semântico (puramente interpretativo) e sintático, sendo o objetivo de uma gramática não

[...] dar conta do sentido ou das significações das frases que podem ser produzidas, mas formalizar o saber lingüístico ou competência de todo o sujeito falando uma certa língua, saber ou competência que lhe permita formular, a propósito de toda frase enunciável, um julgamento que diga se essa frase é ou não correta (HENRY, – 1977 – (1992), p. 44)²⁶.

No tratamento da pressuposição as teorias gerativistas foram acusadas de uma certa imprecisão da qual tentará fugir Ducrot²⁷ ao olhar para o conceito procurando distanciar-se das contradições inevitáveis que decorrem de um tratamento subjetivo da pressuposição. Resumidamente podemos dizer que Ducrot trabalha, pelo viés da negação, na distinção, em um enunciado, do que nele é pressuposto e do que está posto, fazendo do pressuposto um elemento do conteúdo de um enunciado. O que quer provar Ducrot é a existência de uma *lógica na*

quando direta ou indiretamente levanta-se a questão da relação entre objeto de conhecimento e objeto real de uma ciência, encontra-se necessariamente, de um modo ou de outro, a categoria de sujeito” (Ibid, p. 23).

²⁶ Ainda que coloque o componente sintático como o centro de sua teoria, Chomsky reconhece um lugar para *um externo à linguagem na língua* a fim de explicar o que *escaparia à universalidade que fundaria a competência lingüística (...)*. Ver sobre esse tema e a noção de *subjetividade individual* na teoria de Chomsky as palavras de Henry – 1977 – (1992, p. 50-52).

²⁷ Foram aqui mencionados os textos daquela que constitui a primeira fase dos trabalhos de Ducrot, não tendo sido considerados seus trabalhos mais atuais.

*língua*²⁸, lógica que constituiria também uma *psicologia social da língua* na medida em que, concebida como uma semântica, é assimilada “[...] às regras do jogo instituindo as relações entre indivíduos na linguagem” (HENRY, – 1977 – (1992, p. 74).

Para Henry, Ducrot vira pelo avesso o problema de Frege que reuniu esforços para

[...] liberar a linguagem da ilusão e da demagogia que nela se imiscuem devido a certos ‘defeitos’ da linguagem ordinária. Ducrot, ao contrário, parte da idéia de que existe uma necessidade ao mesmo tempo social e psicológica de ilusão e demagogia, conscientemente desejadas, para fazer a hipótese de que a língua deva necessariamente ser tal que torne possível essa produção voluntária de ilusão e de demagogia (HENRY, – 1977 – (1992), p. 75).

Do trabalho de Ducrot resulta uma *semântica da língua* que tem na noção de significação literal²⁹ seu ponto chave. Acaba por jogar para a teoria do desempenho as relações entre as representações semânticas e as significações, crendo na possibilidade de afastar-se do contexto para chegar às primeiras através da intuição lingüística. Se os estudos desse teórico sobre a pressuposição permitem criticar a redução da língua a um código, não conseguem evitar, no entanto, um retorno ao funcionalismo uma vez que é colocada como base para a compreensão da pressuposição a existência de algo na língua que permitiria a inserção dos conteúdos na forma de um implícito literal. Também as teorias gerativas parecem não ter conseguido dar conta dos movimentos da pressuposição, utilizada apenas como possibilidade de compreensão de certos efeitos de significação. O que

²⁸ Para Ducrot, muito mais do que instrumento de comunicação, a língua traz todo um código das relações humanas que está inscrito na sintaxe e no léxico.

²⁹ “[...] contestamos a idéia de que seja possível falar de uma semântica da língua cujo processo de constituição está implicitamente contido na própria noção de literal tal como foi entendida por Ducrot, isto é, fantasiada pelas propriedades de imediatismo, estabilidade, acessibilidade direta à intuição lingüística”. (HENRY, – 1977 – (1992), p. 79)

percebe-se, em ambos os casos, é uma prisão da pressuposição à significação literal, ainda que os exemplos de Ducrot permitam-nos chegar, se extrapolarmos os limites por ele estabelecidos, aos efeitos de pressuposição que, para além da sintaxe, se realizam na dependência do sentido.

Nesse movimento teremos que abandonar a separação entre sintaxe e semântica, caminhando, com Henry, para as formulações de Foucault e sua consideração de que as relações entre as frases devem ser concebidas baseadas nas relações de coexistência entre enunciados no interior das formações discursivas. Foucault trabalhará, no nível enunciativo, com as posições de sujeito, tema que voltaremos a abordar no decorrer deste trabalho.

Parece que falar da língua é propor-se a um retorno incansável às mesmas questões na tentativa de desvendá-las. Lingüistas debruçam-se sobre temas como referência e representação sem descobrir o que fazer com eles, por isso se esgueiram, fugindo do que não pode ser dito, desse impossível³⁰ que habita a língua. Também Gadet em *La double faille* (1978) ressalta o quanto o olhar do lingüista sobre a língua está determinado por uma necessidade de cientificidade que a disciplina reclama, apoiando-se, segundo ela, sobre o par consistência/completude. A autora questiona a possibilidade de que os estudos da língua possam se apoiar sobre um único princípio de explicação, pressupondo uma clareza e uma unidade que esse objeto não parece permitir. É a perseguição de uma verdade para os estudos lingüísticos que, como apontou Milner em *O amor da língua*, aproxima a lingüística da cabala, ambas girando em torno da decisiva palavra e daquele que pode ser o senhor dessa palavra, o mestre.

³⁰ “Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o lingüista. Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser.” (HENRY, – 1977 – (1992), p. 195).

O que interessa para Gadet em seu trabalho é o encontro da sintaxe com o discurso, que analisará pensando sobre os trabalhos de linha chomskyana e de alguns analistas do discurso. Segundo ela, a primeira crítica a se fazer é a da possibilidade de considerar-se a língua como representável a partir da imagem de círculos concêntricos que se superpõem, comportando um núcleo central, no qual se situariam os fatos a serem tratados pela sintaxe, bordas e margens, problemáticas e resistentes a uma ideal descrição sintática, e um exterior identificado com o discurso. Alerta para o enclausuramento característico dos trabalhos sintáticos que seguem essa linha e o equivocado recurso de alguns analistas do discurso a tais concepções, o que particularmente nos interessa. Esses, afirma, apesar de criticarem as limitações de tais conceitos lingüísticos, acomodam-se em sua estabilidade, apagando as ambigüidades e fazendo do discurso um simples prolongamento da sintaxe.

Um dos caminhos apontados por ela são os trabalhos que, tendo como base a teoria de Foucault, pensarão a relação entre língua, discurso e história. Trata-se das produções de Michel Pêcheux e Paul Henry (acima citados), teóricos que se ocuparam dos efeitos discursivos que se produzem a partir de uma base lingüística, ou seja, trabalham com a língua em sua materialidade produzindo sentidos a partir da relação com um sujeito, estando esse inscrito nos processos históricos de que é parte. Olha-se, assim, para aquilo que é visível na sintaxe e o que não o é, exigindo um pensar, de um lado, sobre o inconsciente, e, de outro, sobre a história.

Não é simples, no entanto, esse entrecruzamento. Onde encontrar inconsciente e história na sintaxe? Como pensar, por exemplo, pergunta-se Gadet, o sujeito desejante de Milner – 1978 – (1987) Qual a sua natureza? É ele

complementar ao sujeito de Chomsky ou uma subversão desse? Ou seria possível pensar a sintaxe como um corpo concebendo para a língua a capacidade de sustentar os efeitos inconscientes?

Se não encontramos as sempre tão desejadas respostas, um importante caminho nos aponta Gadet, qual seja o da impossibilidade de que sigamos considerando inconsciente e história como um exterior da sintaxe - a velha história da margem, do apêndice que dedicamos a tudo o que não se pode explicar com precisão e correção, com definitivas repostas. Inconsciente e história estão inscritos na sintaxe, cravados em seu interior e ali fazendo sentido, ou seja, o discurso não pode fazer parte dessa exterioridade marginal que o afasta do "duro núcleo sintático", ele é interior, como toda a exterioridade que, na AD, é constitutiva.

O que vemos é que a língua vive a tensão entre o possível (gramatical) e o impossível (agramatical), tantas vezes deixado de lado na busca da transparência e da correção no colocar em funcionamento a linguagem, tensão que remete-nos, novamente, para Milner³¹ e sua afirmação de que em termos de língua, tudo não pode ser dito. Assumindo uma posição materialista em lingüística, esse autor afirma que toda língua possui uma divisão que se sustenta pela existência de um impossível inscrito na língua, divisão essa representada pela distinção entre o correto e o incorreto.

Milner em *O Amor da língua* – 1978 – (1987) trabalha de forma profícua com a noção de **real da língua**, começando por definir o que seja **a língua**; para ele “[...] um núcleo que em cada uma das línguas suporta a unicidade” (MILNER, – 1978 – (1987), p. 12). Reconhece em toda locução uma dimensão do não-idêntico, ou seja,

³¹ Ver sobre a questão Ferreira (2000), mais especificamente o capítulo A questão do impossível como condição da língua (p. 85-103).

o equívoco³² que faz emergir tudo o que, longe da homogeneidade, permite o duplo sentido no dizer. E é para tratar do equívoco que recorre ao conceito, forjado por Lacan, de **alíngua**, que é

[...] o que faz com que uma língua não seja comparável a nenhuma outra, enquanto que justamente ela não tem outra, enquanto, também, que o que a faz incomparável não saberia ser dito. [...] Alíngua é, em toda língua, o registro que a consagra ao equívoco (MILNER, 1978 – (1987), p. 15).

Uma língua é, desse modo, entre outras, uma forma particular de produzir equívoco, sendo a alíngua a possibilidade de que exista língua e inconsciente. A língua com a qual trabalha Milner é, portanto, aquela na qual o não-todo se inscreve pela alíngua. As constatações de que tudo da alíngua não se pode dizer em nenhuma língua e de que esse impossível possa dar lugar a uma proibição³³ provam a existência de ao menos um lugar no qual se fala do que não pode ser dito: esse lugar é a alíngua, o real da língua, é aquilo que está ausente mas que ecoa.

A lingüística, no entanto, persegue o Um, demanda o Todo. Porém, para que algum Todo possa se mostrar é necessário que limites sejam estabelecidos, e o preço desse limite é que algo sempre se perca.... Milner afirma que os lógicos procedem por vias diversas dos lingüistas em sua operação de salvamento do Todo

³² “[...] vê-se bem que uma locução, trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma outra. Sua unicidade se refrata [...]” (MILNER, – 1978 – (1987), p. 13). Consideramos pertinente citar, aqui, a diferenciação que podemos encontrar em Ferreira (2000) entre a *ambigüidade* e o *equívoco* e da qual tentaremos dar conta em breves palavras. A refração que o equívoco provoca em uma locução seria a prova da impossibilidade, a ineficácia de tratá-lo como um problema a ser solucionado, crendo na possibilidade da escolha de um ou outra forma capaz de eliminá-lo do dizer, uma vez que se apresenta como um fantasma *não-exorcizável* nos movimentos da linguagem. Dessa forma, enquanto a ambigüidade está na ordem da língua, é no plano do discurso que encontramos o equívoco, daí a diferença de efeitos e de tratamento.

³³ Essa proibição de que se fala é a possibilidade de que exista sempre um **não** pronto a manifestar-se em todo o discurso e que se diz a partir da formação discursiva a que tal dizer se inscreve. Esse **não**, determinado pelas condições de produção de um dizer, limita os efeitos de sentidos possíveis: pode ser um não ideológico impedindo que um efeito de sentido determinado ganhe validade; ou, um não histórico, invalidando um dizer pelo apagamento da memória.

de cada linguagem lógica, cujo limite só pode vir das estruturas das próprias linguagens lógicas:

[...] é a que se presta o conceito de metalinguagem, que não é nada mais do que isto: qualquer que seja a interpretação ou a potência de uma linguagem lógica existe sempre ao menos uma entidade que escapa: é a própria linguagem. Forçar este ponto de suspense, querer que a linguagem tome-se como objeto é, pois, reinscrevê-la necessariamente do lado do não-todo (MILNER, – 1978 – (1987), p. 49).

Assim, se existe metalinguagem, ela, no entanto, não é capaz de dar conta de todos os movimentos da linguagem³⁴ que carrega em si um lugar do impossível, espaço da falta, da incompletude. É próprio da linguagem o espaço do novo, daquilo que é latente e se mascara numa forçada unicidade esperando o tempo de mostrar-se.

O não-todo é a própria razão do dizer, a busca da completude que também aparece no ser, marcado pela incompletude e, por isso mesmo, sujeito de linguagem. *Ser, é ser nomeável*, diz Milner, e se a língua pode ser tomada como o lugar a partir do qual um ser pode ser dito falante, *toda questão sobre a língua pode ser traduzida como uma questão sobre o ser falante*. Pensar a incompletude é pensar, então, língua e sujeito a partir do que lhe é mais próprio, libertando-os da opressão do Todo.

Basta lembrar Freud e o que ele afirmava sobre o narcisismo ferido: a astronomia de Copérnico, dizia ele, e a psicanálise têm isso em comum: elas atentam contra o narcisismo, a primeira deslocando o homem do centro do universo, a segunda roubando-lhe o domínio de seu psiquismo. Não é difícil perceber que acontece o mesmo em relação ao ponto de vista gramatical ou lingüístico: dedicar-se à língua enquanto tal, reconhecer nela as facetas de um real é, quanto à experiência das pessoas, dizer ao sujeito falante que ele é, na

³⁴ Recorremos ao *Glossário de termos do discurso* (FERREIRA, 2001, p. 20) para uma concisa distinção entre língua e linguagem. Podemos definir língua, então, como “[...] a condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo lingüística e histórica, produto social de um trabalho com a linguagem [...], sendo esta entendida como uma ação transformadora, trabalho, produção social, interação, na medida em que se define na relação necessária entre indivíduo e a exterioridade”.

língua e em toda locução, alguma coisa da qual ele não é mestre nem responsável (MILNER, – 1978 – (1987), p. 77-78).

A noção de **real**³⁵ da língua é, para a AD, a possibilidade de trabalhar com uma língua na qual o equívoco é reconhecido como elemento constitutivo, fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Quando falou da relação entre estrutura e acontecimento Pêcheux mostrou-nos como é a repetição dos enunciados que faz com que tenhamos a impressão que eles estejam sempre *colados* ao acontecimento. É, portanto, a insistência do dizer a responsável pela transparência que supomos entre ele e a realidade, não sendo, o acontecimento, mais do que um eco do enunciado.

Precisamos admitir, desse modo, que há uma distância entre o objeto e aquilo que sobre ele é dito, e é nesse espaço que nos deparamos com o real - impossibilidade de tudo dizer e, ao mesmo tempo, de dizer de outro modo. Essa realidade logicamente estabilizada com a qual trabalhamos é fruto de nossa necessidade de assim compreendê-la, aceitar essa determinação como uma verdade é provocar (entre outras conseqüências) a negação do fato de que seja a história uma ciência da interpretação.

Recuperar o real e distingui-lo da realidade significa, para a AD, a possibilidade do entrecruzamento entre linguagem e história. Esse movimento levamos, ao mesmo tempo, à possibilidade de que encontremos no dito o não-dito, aquilo

³⁵ Em GADET & PÊCHEUX (-1981 - (1984), p. 62-65) somos lembrados de que a loucura e a poesia, assim como a ciência, fazem uso da linguagem, estando elas ancoradas no real e sendo, portanto, representativas da relação entre o desejo, o real e o impossível. Dizem eles: "No existe poesía porque lo que afecta y corrompe el principio de la univocidad en la lengua no es en ella localizable: el equívoco aparece entonces como el punto en que lo imposible (lingüístico) llega a unirse con la contradicción (histórica); el punto en que la lengua toca la historia." (Idem, p. 63). Para os autores é preciso reconhecer que todo os processos sociais afetam o espaço da língua, que deles não está protegida, modificando-se ao passo que se modificam as relações sociais. Há uma via de mão dupla entre língua e história, que se afetam mutuamente: assim como os processos sociais modificam a língua também o real da história é afetado pelo equívoco - as massas ao tomarem a palavra, dizem eles, realizam, na língua, em grande escala, as transformações que limitados ao seu espaço os poetas costumam fazer.

que escapou ao dizer, mas que segue produzindo efeitos de sentido, resultando, ainda, na consideração de que todo o fato é, sempre, produto de uma interpretação. Por tudo isso é que Pêcheux afirmará que a descrição se instaura sobre o reconhecimento do real da língua pelo qual constata-se que o equívoco e a contradição não são defeitos da língua, mas elementos constitutivos dela. Toda descrição, dirá ele, está exposta ao equívoco da língua, do mesmo modo que todo enunciado é suscetível de tornar-se outro.

[...] É porque há o **outro** nas sociedades e na história [...] que aí pode haver ligação identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. [...] a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. (PÊCHEUX, – 1983 – (1990), p. 54).

Não temos mais, assim, uma língua que possa ser compreendida como simples instrumento de comunicação. Em sua dupla materialidade - lingüística e histórica - ela é lugar onde os efeitos de sentido se realizam. Pensar discursivamente a língua é conceber que o histórico e o cultural possuem um caráter constitutivo em relação à mesma, não podendo ser tratados como meros complementos que a ela vem agregar-se para, vez ou outra, ajudar-nos a entendê-la. Da mesma forma o social não está na linguagem, no discurso, para explicá-los, isso porque o ato de produzir um discurso é desde sempre um ato social. E se o social, o histórico, o cultural são partes dos movimentos de linguagem, atravessam as línguas como parte destas e não como elementos exteriores, podemos conceber que não há como entender todas as línguas da mesma forma, tratá-las como variações de um mesmo tema. Se em línguas distintas diferentes discursos são produzidos é porque essas línguas possuem uma forma diferente de historicizar-se, produzindo sentidos de forma distinta.

Não haveria, assim, como se chegar à língua da Análise do Discurso, produto social de um trabalho com a linguagem, local de encontro do social e do histórico, condição de possibilidade de um discurso que é dotada de uma dupla materialidade³⁶, sem que houvéssimos passado pelo real³⁷ da língua, realizando os deslocamentos que tal noção propicia ao fazer com que nos desloquemos do espaço da univocidade, da completude, da transparência. Foi isso que fez Pêcheux ao recorrer a Milner. Porém, se concorda com este no que diz respeito ao real da língua, Pêcheux não deixa de observar o posicionamento, segundo ele equivocado, que toma Milner em relação ao real da história.

Pensando o real da história dentro do materialismo histórico como uma contradição, Pêcheux critica em Milner o tratamento dado à história, por ele. Considerada como simples efeito imaginário, e não como um real contraditório, a história estaria sujeita unicamente a conclusões práticas e a oposições simplistas como seriam aquelas entre a ditadura e a liberdade, entre dominantes e dominados, sem que se façam visíveis as nuances de posicionamento e os efeitos de sentido diversos que podem ser produzidos no movimento entre esses pólos. Em *La lengua de nunca acabar*, de Gaded e Pecheux – 1981 – (1984, p. 50) reivindica-se, ao contrário, a consideração do real da história como uma contradição complexa.

³⁶ Ao comentar a posição da AD em relação à língua (*tentativa antipositivista de dar conta de um real da língua*) disse Silvana Serrani-Infante (1998a, p. 247): “Nessa atitude heurística, colocou-se em questão a articulação dual do biológico com o social, pela inclusão da dimensão simbólica e significante. Mas, caiu-se no que Michel Pêcheux chamou de 'o narcisismo da estrutura. Assim, nas abordagens de sequências discursivas, transpunham-se 'enunciados empíricos vulgares' em 'enunciados estruturais conceituais. Uma das exigências na revisão crítica dessa posição de 'ciência régia' do Estruturalismo na Análise do Discurso, tem consistido em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, supondo o reconhecimento desse real da língua, dessa condição de existência sob a forma do silmbólico [...]; isto é, do próprio da língua, através do papel do equívoco, da elipse, da falta”.

³⁷ Em nota de rodapé (nota 36, p. 50) Gadet & Pêcheux – 1981 – (1984) trazem interessante contribuição sobre o posicionamento do lingüista em relação ao real da língua. Dizem eles: “El objetivo del gramático y del linguista consiste en construir el tejido de lo real de tal manera que ese tejido forme un todo, no por efecto de decisiones que delimitarian arbitrariamente esa unidad dentro de un flujo, sino por reconocimiento de ese todo como real, es decir, como causa de sí mismo y de su orden próprio. Ocuparse de lingüística, es suponer que lo

O real da língua é o ponto do impossível, lugar de encontro entre este, que é da ordem do lingüístico, com a contradição histórica. Podemos dizer, desse modo, que o espaço da língua é afetado pelo real da história, o que nos leva a pensar nos movimentos sociais fazendo também a língua mover-se.

3.2 Sujeito, ideologia e discurso nos caminhos da língua

*“Con alivio, con humillación, con terror comprendió que él también era una
apariciencia, que otro estaba soñándolo.”*

Jorge Luis Borges em *Las ruinas circulares*.³⁸

*“O lugar atribuído ao sujeito nas teorias lingüísticas comanda a posição tomada
com relação ao sentido, naquilo que se entende por língua[...].”*

Paul Henry em *A ferramenta imperfeita*.

real de la lengua es representable, que encierra lo repetible y que ese repetible forma un tejido que autoriza la construcción de reglas.”

³⁸ BORGES, J. L. *Obras Completas I*. Barcelona: Emecé, 1996. p. 451-455.

“Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.”

Marx e Engels em *A ideologia alemã*.

Pensar sobre o papel da análise lingüística dentro de uma análise discursiva exigiu dos teóricos trabalhar a relação da língua, lugar discursivo no qual os efeitos de sentido se realizam, com os processos discursivos, fonte de produção desses efeitos. Observar essa relação permitiria ao analista, através de uma análise lingüística de natureza sintática, sair da linearidade lingüística dos textos indo em direção ao lugar onde a língua é atravessada pelo efeito-sujeito. Por isso a necessidade da criação de uma teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 173) que se poderia identificar com uma semântica formal ao modo de Culioli³⁹.

Essa necessidade resulta na formulação de uma nova proposta para a questão da enunciação em que ela é retirada do idealismo que no nível teórico acaba por reproduzir a ilusão do sujeito como dotado de intencionalidade e poder de decisão. A enunciação passa a ocupar o centro da análise lingüística dentro da AAD, provocando modificações no conceito de léxico (lista de morfemas sem conexão com a sintaxe) e de sintaxe (domínio neutro de regras formais) no sentido de articulá-los, definindo-os a partir da compreensão da língua como materialidade discursiva. Para Orlandi (1998), quando se está no campo do discurso, é necessário que se passe a olhar a língua como ordem e não como organização. Pensar a ordem da língua é colocar-se no espaço das materialidades, é reconhecer a ordem do discurso como o lugar de observação do analista que busca desvelar aquilo que

³⁹”A expressão “semântica formal”, tomada de empréstimo de A. Culioli, que definiremos adiante como o último nível da análise lingüística, atingiria, neste sentido, o lugar específico da língua, que corresponde à construção do efeito-sujeito.” (PÊCHEUX; FUCHS, – 1975 – (1997), p. 173-174)

resulta do encontro entre língua e história com suas materidades específicas, assumindo, ainda, a existência de um real da língua e de um real da história que nos discursos se entrelaçam, uma vez que a língua significa porque nela a história intervém.

Na análise não é a relação entre, por exemplo, sujeito e predicado (SV e SN) que é relevante, mas o que essa organização sintática pode nos fazer compreender dos mecanismos de produção de sentidos (lingüístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante. [...] Ultrapassando desse modo a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à variedade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento). (ORLANDI, 1998, p.46-47)

Diante do que se disse até aqui vemos que o lingüístico, o discursivo e o ideológico encontram-se numa relação constante e tensa uns com os outros, o que não quer dizer que se possam sobrepor, existindo cada um com sua materialidade específica. Se a AD não prescinde de um momento de análise lingüística, é para ultrapassar essa etapa que ela deve ser realizada, com a finalidade última de que se encontrem os efeitos de sentido produzidos sobre essa materialidade lingüística específica⁴⁰. O próprio Pêcheux em algum momento de sua reflexão alerta para a não sobreposição de uma teoria do discurso, como a por ele desejada, às teorias da ideologia e do inconsciente, ainda que seja no diálogo com elas que a primeira se constituirá. Dirá, aproximando-se das formulações de Althusser em *Aparelhos ideológicos de estado* (1987), que o sujeito ideológico é um sempre já-sujeito, ou seja, não deve ser tomado como um *a priori*, mas visto a partir de sua identificação com uma ideologia. Esta noção, fruto do estudo que faz Pêcheux do conceito de interpelação, conforme o entendeu Althusser, é representativa da busca de

aproximar, na compreensão da subjetividade, as dimensões psicanalítica e ideológica. A questão perseguida é a retirada do sujeito de seu lugar central no processo de enunciação, negando-lhe sua tão cara transparência. Assim define-se "[...] a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui" (FERREIRA, 2001, 15), sendo a **forma-sujeito** a responsável pela simulação de uma unidade para esse sujeito do discurso

Compreender o lugar do sujeito, sua interpelação e os movimentos que realiza no discurso obriga-nos a dedicar um olhar à intervenção do ideológico na linguagem. Começamos, então, por ver como concebe Henry – 1977 – (1992) a relação entre língua e sociedade. Negando a possibilidade de que se classifiquem as línguas como superestruturas, sem afirmar no entanto que elas estejam fora da história das formações sociais, afirma que as línguas não se criam *por decretos*, sendo por intermédio dos aparelhos ideológicos de estado que se faz a intervenção⁴¹ do Estado sobre uma língua. O que promoverá a intervenção ideológica do Estado é uma *unidade fictícia da formação social*, produzindo um efeito de literalidade, já que não há significado que seja válido para todos, não havendo, portanto, o literal, o que se deve justamente ao fato de nas formações sociais existirem não sujeitos, mas *lugares* aos quais vinculam-se as condições de produção e reprodução de significações, lugares que nos permitem prever os efeitos de sentido a serem produzidos no discurso.

É na formação social, então, que esses lugares encontram seus contornos, lugares que se verão representados no processo discursivo por posições de sujeito.

⁴⁰ Há sempre um ponto de partida para uma análise discursiva e será ele o responsável pela definição dos resultados a serem obtidos, daí a impossibilidade de generalização desses resultados, bem como da transposição destes para outros *corpus* ao modo de um modelo a ser seguido.

⁴¹ “Sendo de natureza ideológica, essa intervenção legislativa do Estado em matéria de língua pode apenas codificar empregos, ela não produz por si mesma significações.” (HENRY, – 1977 – (1992), p. 94)

A compreensão da noção de formação social e de sua relação com as outras formações (discursiva, ideológica) implica conhecer o funcionamento da ideologia e a forma como essa é concebida na teoria do discurso. Esse trabalho Pêcheux fez em *Semântica e discurso* – 1975 – (1997) retomando o artigo *Observações gerais para uma teoria das ideologias*, publicado sob o pseudônimo de Thomas Herbert – 1967 – (1995). Ao rever suas formulações, o pesquisador apontou dois deslizes que, no mencionado artigo, resultariam da posição idealista tomada no citado texto em relação à questão da ideologia: (1) em que se identificaria a ideologia à forma geral do discurso, identificação que desconsidera a luta de classes, desconsiderando, também, a contradição; (2) outro decorrente da desconsideração da luta política, uma vez que a luta de classes só é mencionada em termos de mutação/variação do processo ideológico (final do texto).

Diante dessas constatações Pêcheux nega na obra de 1975 a possibilidade de que sejam aproveitadas as formulações deste texto referentes: (1) à metáfora como processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação de objetos para sujeitos; (2) à distinção entre as duas figuras articuladas do sujeito ideológico (identificação-unificação do sujeito consigo mesmo e identificação do sujeito com o universal), e (3) à teoria não subjetiva da subjetividade. O que faz com que ele acabe por filiar-se a Althusser (1987) em sua formulação de uma teoria não-subjetiva do sujeito como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção.

Ainda que apresente alguns tropeços, acreditamos que o texto de Herbert tenha mais elementos em comum do que pontos que o distanciem de uma teoria materialista do discurso. A começar pela premissa sobre a qual assenta-se o artigo de que

[...] toda ciência, qualquer que seja seu nível atual de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica - é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento de errâncias anteriores e a garantia de sua própria cientificidade. **Nesse sentido toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca.** (HERBERT, – 1967 – (1995), p. 63-64, grifo nosso)

concebendo, dessa forma, o movimento que permite a ultrapassagem de uma teoria a outra como o resultado de um trabalho teórico que consegue vencer as resistências que asseguravam à ideologia em vigor sua inviolabilidade. Pensamento muito semelhante, cremos, ao que vai enunciar Pêcheux em *Semântica e discurso* – 1975 – (1997, p. 192) quando fala da relação entre conhecimentos (e sua existência sob a forma de um sentido evidente) e forma-sujeito, apontando para a impossibilidade de instauração de uma nova prática teórico-científica senão através de um corte epistemológico que marca a descontinuidade do que vinha sendo produzido e que responde a um acúmulo de condições de produção favoráveis ao seu acontecimento⁴².

Ainda na observação das ciências em seu movimento, no texto de Herbert são identificados dois momentos no trabalho científico, um primeiro de transformação produtora (trabalho teórico-conceptual), e um segundo de reprodução metódica (trabalho conceptual-experimental). Distinção que é usada como base para uma crítica às ciências sociais que desconsideram o primeiro momento e, com isso, não produzem um efeito de ruptura com a ideologia, reproduzindo-a pela experimentação de modo a afirmar sua realidade ilusória. Equívoco no qual a teoria discursiva busca não cair ao explicitar as concepções às quais se opõe, instaurando

⁴²É particularmente interessante o retorno a esse momento do texto de Pêcheux onde ele fala, ainda, no momento histórico do corte epistemológico como o lugar de questionamento da evidência do sentido e da forma-sujeito nela incluída, trabalhando com os conceitos de uma ciência não como possuidores de um sentido, mas sim de

pontos de divergência e apropriando-se criticamente dos conceitos das áreas com as quais trabalha e que coloca em contato/confronto. Ao recusar-se a acreditar na continuidade e na neutralidade do processo de produção do conhecimento, a análise do discurso produz rupturas e espaços de questionamentos a partir dos quais se construirá a teoria, num embate tenso e constante com a prática da análise.

Não nos demoraremos mais na análise das distinções entre ideologias de tipo A e de tipo B, ou na já citada entre ideologia empírica e especulativa, que no próprio artigo mencionado e em *Semântica e Discurso*⁴³ recebem críticas quanto aos limites de tais distinções e aos problemas que apresentam. Não negamos a existência de tais limites ou imprecisões teóricas na definição do que seja a ideologia, principalmente no que diz respeito ao excessivo empirismo que acompanha o termo em muitos momentos do texto, gostaríamos de chamar a atenção, porém, para a crítica ferrenha à não-explicitação da influência da luta de classes no processo ideológico feita ao texto de Herbert e que nos parece muito mais um jogo político do que uma retratação teórica (e usamos retratação por ser uma crítica de Pêcheux a um texto por ele mesmo escrito). Acreditamos que esse destaque dado à luta de classes é uma tentativa de ligar irremediavelmente a teoria do discurso a uma base marxista que lhe daria sustentação, colocando a teoria a serviço das transformações das relações de produção. Tal posicionamento parece se relativizar com o desenvolvimento da teoria, deixando, a ideologia, de ser tão fortemente determinada pela instância econômica e passando-se a observar muito mais a forma de relação

uma função em um processo. Vale ressaltar, ainda, que o autor marca a impossibilidade de uma separação entre a história da produção de conhecimento e a história da luta de classes.

⁴³Em **Semântica e Discurso**, quando trata da relação do sujeito com o interdiscurso e sobre o desconhecimento do sujeito fundado num reconhecimento, Pêcheux retorna a essa distinção do texto de Herbert ao falar do “[...] caráter fortuito mas absolutamente necessário, da dupla forma (empírica e especulativa) do assujeitamento ideológico”. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 170)

entre a ideologia e os processos de linguagem, ainda que nunca se apague o fato de que a apropriação de um objeto para análise é sempre uma tomada de posição que, como não poderia deixar de ser, também é política⁴⁴.

Inegável é, no desenvolvimento das questões ideológicas dentro da teoria discursiva, a contribuição do trabalho de Althusser (1987), segundo o qual toda formação social resulta de um modo de produção dominante e, para existir, deve, “[...] ao mesmo tempo que produz, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes” (ALTHUSSER, 1987, p. 54). A partir dessa definição do que sejam as formações sociais e da consideração das lutas de classe nesse processo é que ele iniciará a formulação de uma teoria das ideologias.

Althusser vai fundamentar seu pensamento num trabalho sobre a questão da reprodução das relações de produção (o funcionamento da escola como aparelho reprodutor desse sistema), trabalhando com os conceitos de *infra e superestrutura ideológicas*. Para tanto, busca em Marx a idéia de que toda sociedade é constituída por “níveis” ou “instâncias”, a infra-estrutura ou base econômica (unidade de forças produtivas e relações de produção) e a superestrutura (com os níveis jurídico-político e o ideológico), articuladas por uma determinação específica, sendo a estrutura de uma sociedade determinada, em última instância, pelo fator econômico. Chegando à conclusão de que a superestrutura só é determinante enquanto determinada pela base econômica.

Está no materialismo histórico, e em sua proposta de explicar as idéias tendo como norte as relações de produção da sociedade e o modo como elas se estabelecem a base sobre a qual se construirá o pensamento althusseriano. O

⁴⁴ Sobre a questão é interessante a leitura de O discurso intangível: marxismo e lingüística, texto de Courtine (1999) que apresenta reflexões sobre a influência dos movimentos políticos nos procedimentos teóricos, em especial na elaboração da teoria do discurso e em sua relação com o marxismo.

materialismo pensa a história a partir das relações de produção de trabalho estabelecidas pelos homens e que acabam por determinar as relações sociais e políticas, sendo a estrutura social e o Estado decorrências do processo de vida dos indivíduos, compreensão marxista de Estado que encontramos em Althusser, aparecendo este como um aparelho repressivo, máquina de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submetê-la à exploração capitalista.

É a tomada de poder o objetivo último da luta de classes, sendo somente em função do poder (sua conquista ou manutenção) que o Aparelho de Estado tem sentido. Com base nessa formulação Althusser produz uma diferenciação em que coloca, de um lado, os Aparelhos Repressivos, garantindo, pela força, “[...] as condições políticas da reprodução das relações de produção” (ALTHUSSER, 1987, p. 74), e, de outro, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), tendo como função primordial a reprodução das relações de produção. É nos Aparelhos Repressivos que os AIE encontram garantidas as *condições políticas* de seu exercício.

Passa, então, a enunciar as teses que sustentarão sua teoria das ideologias retomando, antes disso, a definição de Marx sobre esta (definição que vem contrapor, nos anos 50, uma ideologia compreendida como *teoria genérica das idéias*) na qual a mesma é concebida enquanto *sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social*, e diz Althusser (1987, p. 83):

A ideologia é então para Marx um bricolage imaginário, puro sonho, vazio e vão, construído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. É nesse ponto que, na **Ideologia Alemã**, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos [...].

Acolhendo o pensamento de que a ideologia não tem história e ligando tal afirmação àquela de Freud na qual o inconsciente é eterno, Althusser concebe a ideologia como eterna, onipresente e imutável, e então passa a enunciar suas teses⁴⁵, colocando-nos diante do que chama de *jogo de dupla constituição* entre sujeito e ideologia no qual se localiza o funcionamento desta última. Como já dissemos, toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos através do funcionamento da categoria de sujeito, não havendo separação entre a existência da ideologia e a interpelação do sujeito que ela produz. Por esse processo de interpelação é que se produzem, como efeitos ideológicos, tanto a evidência da categoria de sujeito quando a da transparência da linguagem (conforme esquecimentos nº 1 e nº 2⁴⁶). É um efeito característico da ideologia, função de reconhecimento ideológico, a imposição das evidências como tal sem que possamos deixar de reconhecê-las⁴⁷.

⁴⁵ **Tese I** – “A ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. (ALTHUSSER, 1987, p. 85), tese que nega a possibilidade de aceitarmos a ideologia como “concepção de mundo”, assunção que nos levaria a crer na possibilidade de encontrarmos a realidade na interpretação dessas concepções, colocando a ideologia no lugar de uma ilusão que apontaria para essa realidade. **Tese II** - *A ideologia tem uma existência material*, existe sempre em um aparelho e em sua(s) prática(s) e nos sujeitos e para eles. Os indivíduos vivem **na** ideologia, é ela quem interpela os indivíduos em sujeitos, sendo pelo sujeito, ou melhor, pela categoria de sujeito e seu funcionamento que a destinação da ideologia se torna possível.

⁴⁶ Pêcheux e Fuchs – 1975 – (1997) elaboraram para a teoria do discurso a diferenciação entre os esquecimentos nº1 e nº2. Trabalharam, para tanto, com a possibilidade de penetração consciente do sujeito no esquecimento nº2, que se dá no nível da enunciação, enquanto retorno ao seu próprio dizer (que pode ocorrer por inúmeros motivos), entrada consciente que não ocorre, em hipótese alguma, no que diz respeito ao esquecimento nº1, que se refere à interpelação ideológica e que é de natureza inconsciente. Essa distinção vai ao encontro das formulações psicanalíticas que farão a diferenciação entre pré-consciente, consciente e inconsciente (mais precisamente aos trabalhos de Freud em que esse considerou que todo o discurso é de alguma forma ocultação do inconsciente) e que nos permitirão, também, trabalhar com a dominância de um processo, no nosso caso esquecimento, sobre o outro.

⁴⁷ Althusser afirma, ainda, que a ideologia não possui uma exterioridade (sendo ela mesma a exterioridade para a ciência e para a realidade), e oferece algumas garantias advindas de seu modo de funcionamento (garantia da submissão do sujeito e do reconhecimento mútuo entre os sujeito e o Sujeito, entre os próprios sujeitos e de cada sujeito por si mesmo). Podendo, esta última, ser resumida nas palavras do próprio Althusser (1987, p. 104) quando diz que: “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que caminham por si mesmos.”

Como já foi afirmado anteriormente, é abandonando as formulações de Herbert e filiando-se ao texto althusseriano que Pêcheux se propõe a ver a questão da ideologia, buscando observar o tratamento dado às *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* (ainda que em Pêcheux a possibilidade de transformação ganhe espaço de destaque, conforme veremos a seguir) e à relação entre inconsciente e ideologia, relação para a qual Herbert teria dado uma pseudo solução.

Considerando as condições de base econômica como fator definatório (a ideologia não é o único lugar em que a reprodução/transformação das relações de produção se realiza), e entendendo que todo modo de produção (cujo princípio é a luta de classes) é marcado por seu caráter intrinsecamente contraditório, representado pela reprodução/transformação das relações de produção, Pêcheux define o que são as *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*. Passa, então, a apontar as formulações que lhe interessam de *Aparelhos Ideológicos de Estado*, texto com o qual concorda na consideração de que não é possível atribuímos às ideologias⁴⁸ um papel de espírito do tempo, mentalidade de época, podendo ser, assim, impostas de forma homogênea, concebendo-as, ao contrário, como formadas por *práticas* e não por idéias.

E é pela prática nos AIE que a ideologia dominante conquista sua dominância, que não existe desde sempre como imposição, mas que se impõe pelo

⁴⁸Há, em Pêcheux, uma diferenciação entre as ideologias e a Ideologia, sendo as primeiras práticas de classe dentro da Ideologia. Ele distingue, ainda, ideologia, ideologia dominante e formação ideológica. Para ele, ao modo de Althusser, a **ideologia** não tem uma história, se caracteriza *por uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica*, uma vez que esta *estrutura e este funcionamento se apresentam de forma imutável em toda história*. A **ideologia dominante**, diferentemente, seria a *forma histórica concreta resultante das relações de desigualdade-contradição-subordinação que caracterizam, numa formação social historicamente dada, o 'todo complexo com dominante' das formações ideológicas* (materialidade concreta da instância ideológica) *que nela funcionam*, tendo, assim, as ideologias, uma história própria (existência histórica e concreta). (PÊCHEUX, -1975 - (1997), p.151)

funcionamento dos aparelhos ideológicos. Não se pode, porém, segundo concebe Pêcheux, reduzir os AIEs a instrumentos ideológicos da classe dominante. Ele os entende, também, como o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. Chama a atenção, ainda, para a impossibilidade de que a cada classe seja atribuída uma ideologia, pensamento que nos levaria a entender a luta de classes como um confronto entre dois blocos homogêneos, dois mundos distintos e preexistentes.

Segundo Teixeira (2000), Pêcheux, na leitura de Althusser, promove três ampliações na teoria por ele formulada: 1) a de trazer para o discurso a teoria althusseriana da interpelação ideológica - tomando “[...] a teoria de Althusser sobre o sujeito para formular uma teoria semântica que busca desmistificar a ‘evidência’ do sentido” (TEIXEIRA, 2000, p. 46) -, formulando o conceito de forma-sujeito; 2) aquela pela qual concebe a ligação material entre o assujeitamento ideológico e o recalque inconsciente, ao identificar o sujeito absoluto e universal de Althusser (com **S** maiúsculo) ao Outro (também com **O** maiúsculo) lacaniano, e, finalmente, (3) a relação estabelecida entre a noção de *pré-construído*, tomada de empréstimo a Paul Henry, e a de *interpelação*, leitura da qual resultam as primeiras formulações sobre o esquecimento. Essa compreensão da interpelação ideológica, bem como o tratamento recebido por tal conceito dentro da teoria do discurso serão revistos por Pêcheux, buscando-se, principalmente, como também apontou Teixeira, a consideração da possibilidade de falha nesse encontro do sujeito com a ideologia.

As transformações que ainda deve sofrer a teoria são apontadas nos parágrafos finais de *Semântica e Discurso*, que o próprio Pêcheux chama de ‘início de uma retificação’, e nos quais fala da coexistência indissociável na forma-sujeito de interpelação, identificação e produção de sentidos. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997),

p. 295). Justifica, ainda, o posicionamento fechado de Althusser no que diz respeito à noção de ideologia e sua ligação com a luta de classes, atribuindo-o a uma necessidade de transformação das relações de produção, o que, nos parece, é uma justificativa ao seu próprio posicionamento em muitos momentos da reflexão e uma sinalização de um repensar posições que se esboça. Pêcheux, nessas linhas finais, reflete sobre a *heresia* que significava, então, (e talvez ainda signifique) se considerar o político como elemento do fazer teórico, como se fosse possível apartá-los, como se a ciência pudesse seguir ignorando “[...] o princípio de que o observador intervém para modificar de alguma forma o fenômeno observado” (CALVINO, 1990, p. 123). Ele, portanto, reserva o lugar do político nessa reorganização que a teoria parece esperar, da mesma forma que consagra o espaço da falha, encontrando na contradição a chave para a compreensão de muitos processos antes entendidos como movimentos guiados por um poder uno, indivisível, inapto para a aceitação da diferença. Essa consideração da contradição revela-se principalmente pela referência à importância do pensamento de Foucault, ainda que sob a ressalva de uma discordância em relação ao posicionamento - ou ausência dele - desse pensador diante da luta política.

Pêcheux não esquece de definir, ainda, o que quer da relação entre lingüística e filosofia, desejando que se faça não uma reflexão filosófica sobre a linguagem, importação da filosofia para dentro da lingüística, mas um trabalho de reflexão na intersecção das disciplinas pela inscrição da filosofia através dos questionamentos sobre sujeito-falante, sentido, comunicação, entre outros. Faz, então, algumas constatações, entre elas a de que a semântica constitui, para a lingüística, um ponto de retorno da Filosofia nessa disciplina (PÊCHEUX, – 1975 –

(1997), p. 243), uma vez que representa, para ela, o ponto em que se depara com os limites de sua autonomia relativa.

Define o recurso ao materialismo histórico e ao materialismo dialético como uma busca de novos espaços de questionamentos, afirmando a necessidade de não confundi-los com a coabitação espontânea da semântica e da ideologia das “Ciências Humanas” sob o disfarce de expressões cuja ambigüidade deverá ser dissipada um dia (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 244). Passa, então, a trabalhar sobre várias teses que enuncia, tocando em questões como a relação entre real e pensamento (sendo as formas de existência do pensamento determinadas pelo real), a produção de sentidos como parte da interpelação do indivíduo (uma vez que o sentido não preexiste à FD na qual se constitui) e a prática da produção de conhecimento funcionando como interpelação (assim como qualquer outra prática social). Afirma, ainda, a concepção de ideologia como força material e a necessidade de intervenção do materialismo histórico e da lógica para a dissolução da crença neo-positivista de que se possa distinguir expressões dotadas de sentido daquelas desprovidas (como se o reconhecimento do ‘Sentido’ não fosse um efeito ideológico).

3.2.1. A interpelação ideológica: um encontro entre ideologia e inconsciente

Ao tratar do caráter omni-histórico da ideologia, que é eterna dentro do processo da história como “[...] imenso sistema ‘**natural humano**’ em movimento cujo motor é a luta de classes” (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 152), Pêcheux nos leva novamente a pensar a articulação entre *ideologia* e *inconsciente*, uma vez que há uma relação inegável, ligação material (ainda que não-confusão) entre a interpelação ideológica (Althusser) e o inconsciente como discurso do Outro (Lacan). Ideologia e inconscientes são estruturas-funcionamentos comuns que dissimulam (de forma comum) “[...] sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidência ‘subjetivas’ nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 153). Essa dissimulação provoca as evidências do sujeito e do sentido de que falamos e, para Pêcheux, é reveladora da necessidade do surgimento de uma teoria materialista do discurso fundada sobre a existência de tais evidências.

O processo de interpelação-identificação se dá sob *a evidência de que “eu sou realmente eu”*, sendo também um efeito ideológico o fato de que um enunciado queira dizer o que realmente diz. Esse efeito apaga o caráter material do sentido de um enunciado que não existe enquanto dado e depende do todo complexo das formações discursivas (FDs). Ou seja, *palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (...), elas adquirem sentido em referência a essas posições (às formações ideológicas)*. O que nos leva a entender a formação discursiva (FD) como determinante daquilo “[...] que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina **o que pode e o que deve ser dito**” (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 160).

Apontamos anteriormente, na teoria do discurso como a idealizou Pêcheux, uma flexibilização no tratamento dado à FD. Essa, de bloco homogêneo e fechado de tomada de posições, ganha abertura e passa a ver a heterogeneidade funcionando em seu interior. Em *Remóntemonos de Foucault a Spinoza*⁴⁹, de Pêcheux – 1977 – (1980), texto que o teórico dedicou ao tratamento do discurso político, retorna-se à discussão da ideologia e, a partir dela, da FD. Contradição e pluralidade voltam à cena para construir uma noção de FD em que essa comporta, ao mesmo tempo, identidade e divisão, caráter que recebe da própria ideologia⁵⁰, a qual, segundo Pêcheux, *é não idêntica a si mesma*, não existindo senão sob a modalidade da divisão. Seu lugar de realização é a própria contradição, diz ele, que “[...] com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 192).

Do encontro desse modo de ver a ideologia (e suas contradições) com as formulações de Foucault forja-se o conceito de FD, que esse último definiu como a possibilidade de que encontremos, entre um certo número de enunciados, um sistema semelhante de dispersão, podendo-se definir entre os tipos de enunciação uma regularidade. Para Pêcheux, essa compreensão da FD em sua heterogeneidade afeta diretamente a prática da análise do discurso:

Así, resulta imposible caracterizar una formación discursiva clasificándola entre otras formaciones mediante alguna tipología. Por el contrario, hay que definir la relación interna que mantiene con su exterior discursivo específico; en suma, **determinar los avances constitutivos mediante los cuales una pluralidad contradictoria,**

⁴⁹ Nesse texto Pêcheux analisa a forma de tratamento do discurso político confrontando as produções de Spinoza e Foucault, dizendo que determinada maneira de trabalhar os textos está indissolivelmente unida a determinada maneira de fazer política. Se critica Foucault em sua dificuldade de pensar e, conseqüentemente, utilizar a categoria de contradição, como melhor teria feito Spinoza, Pêcheux assinala a importância da produção foucaultiana para os analistas de discurso, assinalando-a como um lugar privilegiado para o repensar as bases da teoria do discurso, bem como para que fossem feitas as reformulações necessárias.

⁵⁰ "Por lo tanto, a propósito de la ideología se trata de pensar **la contradicción de dos mundos en uno solo**, puesto que como dice Marx, 'lo nuevo nace en lo viejo', frase reformulada por Lenin: 'uno se divide en dos'. " (PÊCHEUX, – 1977 – (1980), p. 195)

desigual e interiormente subordinada de formaciones discursivas se organiza en función de los intereses puestos en juego en la lucha de clases, en un momento dado de su desarrollo y en una formación social dada. (PÊCHEUX, – 1977 – (1980), p. 196, grifo nosso)

O que sempre nos faz lembrar Pêcheux é o fato da AD viver a impossibilidade da realização de suas práticas sem que elas estejam circundadas por uma intensa reflexão crítica. Tal consciência foi a responsável por se chegar a conceitos como o de enunciado dividido, que formulou Courtine (1981) em sua análise do discurso comunista. Essa noção tem seu lugar no interdiscurso e é exemplar da contradição nuclear de uma formação discursiva, uma vez que coloca em xeque tanto a possibilidade de que encontremos um sujeito pleno, que seja representação de uma interpelação sem falhas, constituindo a própria "voz" da formação discursiva em que se inscreve; quanto a crença de que as FDs sejam dotadas de uma homogeneidade que nos permita definir com precisão seus limites. O que é preciso reconhecer é que no universo das formações discursivas não só as posições antagônicas entram em choque provocando conflitos. A contradição é um fantasma que habita toda e qualquer FD, passível de sofrer os efeitos de sobredeterminação pelos quais o mesmo, o igual é afetado pela alteridade.

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que ele se põe a falar, é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele se persegue e recomeça indefinidamente; é porque ela está sempre aquém dele, e que ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, se metamorfoseia, escapa por si mesmo à sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade. (FOUCAULT, – 1969 – (1972), p. 186)

A citação de Foucault (acima reproduzida), juntamente com as palavras de Kundera pelas quais o autor afirma que a luta do homem contra o poder é a luta da

memória contra o esquecimento⁵¹, são as epígrafes que introduzem as reflexões de Courtine sobre as bases do projeto gerador da AD e sobre noções centrais dessa teoria tais como condições de produção e formação discursiva, como já mencionamos anteriormente. Courtine apontará para as reformulações que a teoria abrigou, trabalhando principalmente com os elementos que trazem a contradição para o cerne da teoria discursiva.

Aceitar o fato de que adotar uma posição discursiva de análise é reconhecer o discurso como o lugar em que se cruzam o real da língua, e o impossível por ele representado, e o da história, apreendido pela contradição que lhe é inerente, implica deixar de lado a suposta homogeneidade das FDs, relativizando suas fronteiras, cada vez mais frouxas, cada vez mais porosas. Tal posicionamento vai desvinculando progressivamente as análises de discursos de uma certa prisão ao repetível, em que era restrito o espaço para o novo, para o rompimento, uma vez que fechadas em si mesmas, as FDs não poderiam comportar posicionamentos contrastantes, tão pouco permitir ao sujeito uma forma de relação com o saber em que ele pudesse tomar a palavra. O que faz Courtine nesse sentido é colocar a paráfrase discursiva no nível do interdiscurso, já que discursivamente não a podemos conceber como identidade de sentido, como é vista a paráfrase lingüística, entendendo-a como relações entre efeitos de sentido.

É, portanto, com espaços discursivos heterogêneos que vamos trabalhar. Isso não significa, entretanto, negar o fato de ser a FD o lugar de constituição do sentido, tampouco desconhece-se a relação dela com o interdiscurso, que o próprio Courtine lembra ser a via de acesso aos modos de realização da identificação-interpelação do sujeito, uma vez que há sempre algo que fala antes e em outro lugar, sendo

⁵¹ *La lute de l'homme contre le pouvoir est la lutte de la mémoire contre l'oubli.* M. Kundera. *Le Livre du rire*

característico de toda FD a dissimulação, pela ilusão de transparência do sentido que nela se produz, da *objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina*. É também por identificação a uma FD que o sujeito é interpelado, identificação essa que é fundadora de sua unidade imaginária.

O interdiscurso, lugar no qual pode aparecer o enunciado dividido de Courtine, possui uma dupla forma e aparece tanto como efeito *pré-construído* (o sempre-já-aí da interpelação ideológica) quanto *como efeito de sustentação/articulação* (que constitui o sujeito em sua relação com o sentido). No discurso do sujeito, os elementos do interdiscurso podem ser considerados como os traços daquilo que o determina, que ficou esquecido e que nele retorna por esses dois movimentos descritos. Pêcheux trabalha sobre a existência de uma relação direta entre o processo de sustentação/articulação, o discurso transversal e a metonímia, relação que se define pela linearização do discurso-transversal no eixo intradiscursivo, caracterizando o funcionamento do discurso em relação a si mesmo (fio do discurso). Sobre isso dirá, ainda, que o interdiscurso enquanto discurso-transversal atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito-falante, com a formação discursiva que o assujeita. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 167).

Por essa relação entre interdiscurso, assujeitamento e inconsciente chegamos a uma compreensão de *tomada de posição* não como ato originário (desconhecendo a determinação do sujeito no discurso), mas como “[...] efeito, na forma-sujeito, da determinação do intradiscorso como discurso-transversal”. (PÊCHEUX, – 1975 – (1997), p. 172). No aprofundamento do trabalho com os esquecimentos Pêcheux

chega à relação desses com o inconsciente freudiano, refletindo sobre as possibilidades que tais formulações apresentam no que se refere à compreensão do modo de acesso ao “não-dito” como “dito de outro modo” e, também, à impressão de realidade do pensamento que a intervenção ideológica provoca no sujeito. Nessa aproximação com a psicanálise, trabalha na associação das noções de pré-consciente e representação-objeto, criticando a separação entre pré-consciente e inconsciente (Freud) ao classificá-la como um efeito da ilusão de autonomia, voltando-se, então, para o texto lacaniano que retoma Freud a fim de refazer o processo *consciente - pré-consciente*⁵² - *inconsciente*.

A psicanálise, nos diz Henry – 1977 – (1992), ao operar com noções como inconsciente, sujeito e linguagem, formulando proposições segundo as quais é no encaixe do que age na constituição do sujeito que se pode forjar o conceito de inconsciente e de que este é estruturado como uma linguagem, acaba por oferecer-nos uma formulação de sujeito na qual este aparece como efeito de linguagem. Ela não é, entretanto, uma teoria do sujeito, tampouco uma teoria da relação do sujeito com a linguagem. Mariani (1998) reflete sobre a relação entre ideologia e inconsciente pensando sobre a constituição do sujeito pelo *simbólico*, compreendido aqui, segundo definição de Paul Henry, “[...] como aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito.” (MARIANI, 1998, p. 88). Essa entrada do sujeito no simbólico é apagada pela sua evidência como unidade construída pela identificação do sujeito com uma FD. Por essa mesma identificação apaga-se, também, a interpelação/identificação do sujeito pelos processos sócio-ideológicos.

⁵²O pré-consciente como representação verbal consciente retomada inconscientemente e devolvida como se houvesse uma relação real e consciente com a primeira.

Processo de interpelação que, segundo Mariani, nunca é completo ou total, havendo sempre a permanência de um espaço de resistência e de falhas.

Essa possibilidade da falha na interpelação ideológica instaura um novo momento de reflexão a respeito das noções de assujeitamento e formação discursiva. Se retomarmos a noção de formação discursiva trazida das formulações de Pêcheux, veremos que há, em seu texto, a passagem de uma homogeneidade característica da FD, identificação direta do sujeito com a forma-sujeito representante dessa FD, para uma consideração da heterogeneidade⁵³ dentro da formação discursiva. Essa heterogeneidade é decorrente do fato de que cada sujeito, ao identificar-se com a forma-sujeito de uma FD, o faz de um modo particular e diferenciado, levando à instauração de diferentes posições-de-sujeito dentro da FD que representarão, por sua vez, níveis diferenciados de identificação com esse discurso. Esse salto, fundamental para a teoria, conforme assinalamos acima na remissão ao trabalho de Courtine, remete para a possibilidade de um trabalho que não se limita ao que é da ordem do idêntico, do parafrástico, mas concebe a diferença advinda dos diferentes modos de identificação do sujeito com a forma-sujeito de uma FD. Acreditamos, dessa forma, que a consideração da possibilidade de falha na interpelação ideológica seja fundamental para a compreensão da relação entre forma-sujeito/posições-de-sujeito e da FD enquanto lugar da heterogeneidade.

Se antes tínhamos a FD caixa fechada a encerrar saberes que seriam incansavelmente repetidos, é agora com uma FD esponjosa que nos obrigamos a

⁵³Não faremos, aqui, uma exposição exaustiva dessa passagem, limitando-nos a remeter o leitor para o texto de Pêcheux – 1975 – (1997, p. 213-231) onde o autor trabalha sobre o desdobramento entre sujeito da enunciação e sujeito universal, desenvolvendo a distinção entre primeira a segunda modalidade, representando respectivamente o *bom* e o *mau* sujeito, e apontado para uma terceira modalidade. Sobre a questão do sujeito na

trabalhar. A contradição trazida para o interior da formação discursiva a torna porosa, vai fazendo furos, vai abrindo espaços, e os sujeitos que a ela se identificam organizam-se em torno desse saber comum sem que por isso tenham que abrir mão do diverso, da possibilidade do novo, de que posições múltiplas se instaurem nesse espaço em que agora sim é possível respirar, é possível fazer a unidade a partir da acomodação das diferenças nesses falhos e moldáveis lugares. Num mesmo contexto enunciativo, afirmou Courtine, não é possível a sobreposição de dois elementos heterogêneos e antagônicos como estratégia para se conseguir a unidade, é preciso, portanto, deixar viver a contradição, aprender a trabalhar com ela.

Tais considerações são esclarecedoras, ainda, no que diz respeito ao assujeitamento, tão comumente tratado como se representasse a força esmagadora da ideologia sobre o sujeito. Essa força funcionaria como um bloco de concreto (ou de idéias que o sujeito receberia com a finalidade de reproduzi-las) a comprimir os sujeitos moldando-os segundo as suas formas. A possibilidade de falha nos ajuda a contrapor tal pensamento que, ao recusar a determinação do sujeito pela ideologia em busca de um sujeito livre e onipotente, desconsidera que ele é trabalhado pela língua, que está inscrito numa rede de sentidos e que a ideologia, enquanto necessidade de atribuição de sentidos, direção dos processos de significação, enquanto *injunção*⁵⁴ à interpretação, não existe senão na relação entre sujeito, língua e história.

A consideração da falha na interpelação ideológica permite um repensar a noção de ideologia com a qual trabalha a AD. Com fortes raízes marxistas, com sua

teoria do discurso ver, ainda, INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In. INDURSKY; CAMPOS. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. p. 70-81.

⁵⁴ORLANDI (1998).

existência material, ela é **constitutiva** do discurso e, pelos efeitos de sentido nesse produzidos, manifesta-se no fazer discursivo como uma representação da “[...] relação imaginária com o mundo real no interior dos processos discursivos” (INDURSKY, 1997, p. 20). Daí a possibilidade de falar-se da dupla materialidade, lingüística e histórica, do discurso.

Mas é a consideração da ideologia como direcionamento dos processos de interpretação que predomina nos trabalhos em análise do discurso. Buscar o lugar da interpretação nos campos da história e do discurso foi o que fez Pêcheux, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* – 1983 – (1990). Nesse texto percorre três caminhos: “[...] o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso”. (PÊCHEUX, – 1983 – (1990), p. 18-19).

O ponto de partida para a realização deste trabalho é o enunciado “*on a gagné.*”, proferido quando da vitória de François Mitterrand nas eleições para a presidência da França (10 de maio de 1981), que deslocou para o espaço do político um dizer que era do meio esportivo. Analisando os efeitos de sentido provocados por este proferimento, os ecos de seu deslocamento e do apagamento do agente desse dizer, Pêchex nos coloca diante do *acontecimento* que ele representa e da instauração de um novo processo discursivo a partir da ruptura que provoca.

A partir desse fio desenrola um novelo de discussões que passam pela noção de real, sua existência dentro das ciências exatas, a necessidade de normatizá-lo perseguindo os estudiosos e a existência de diferentes tipos de real (o real nas disciplinas da interpretação). Discute, ainda, a negação da interpretação e a crença no domínio do sujeito sobre sua fala, além de voltar o seu olhar para o papel do

estruturalismo no campo das ciências e o resultado dos estudos de Marx, Freud e Saussure para o pensamento do séc XX.

Seu objetivo central é chamar a atenção para a relação entre descrição e interpretação, o que deve ser feito a partir do reconhecimento do real da língua sobre o qual se instaura a descrição. Assim, não mais serão o equívoco e a contradição defeitos da língua, mas elementos constitutivos da mesma. O que ressalta Pêcheux é que toda descrição está exposta ao equívoco da língua, e por isso todo enunciado é suscetível de tornar-se outro⁵⁵.

O que nos traz a possibilidade, então, da consideração da heterogeneidade de uma FD é a possibilidade de que, ainda que inscrito numa rede de memórias e de práticas sociais, todo discurso marque uma possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos Isto é, toda identificação é marcada pela falha, e essa falha que faz com que os discursos sigam a reestruturar-se, repetir-se, negar-se, num movimento incessante que coloca em jogo a tensão entre a estrutura e o acontecimento. Podemos dizer, desse modo, que uma rede de discursos forma, a partir de um acontecimento, uma estrutura propícia à repetição, mas o acontecimento não está preso nessa rede, pode emergir como o novo, como um novo discurso e romper essa série de repetições instaurando a contradição, a possibilidade de que um efeito de sentido diverso passe a ecoar.

Foi para chegar a isso que Pêcheux questionou o fato de ser a discursividade estrutura ou acontecimento. O fato dele chamar a atenção para o acontecimento e a necessidade de sua consideração não significa, no entanto, proclamar a independência do discurso das

⁵⁵ [...] a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. (PÊCHEUX, - 1983 – (1990), p. 54-55).

[...] redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço [...]. (PÊCHEUX, - 1983 – (1990), p. 56)

Para encerrar, e voltando à tão fundamental questão da interpretação e, com ela, da leitura, nos remetemos a outro texto de Pêcheux – 1981a – (1994) em que ele tocará nessas questões ao propor-se a examinar o “[...] desenvolvimento atual das questões que envolvem a análise de discursos, textos e arquivos”. (PÊCHEUX – 1981a – (1994), p. 55). Ele fala da distinção entre dois tipos de leituras consagradas que, uma por acreditar-se dotada do poder de ‘interpretar’, vendo no sujeito a origem do dizer, e a outra buscando a ‘literalidade’, lendo como se não houvesse sujeito nesse movimento, negam a interpretação tal como a compreende a AD, negando à língua a sua materialidade. Falamos, respectivamente, dos trabalhos literário e científico da leitura sobre os quais, ao falar de sua oposição, diz Pêcheux – 1981a – (1994, p. 58):

[...] esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre [...] uma **divisão social do trabalho de leitura**, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns o direito de produzir leituras originais [...]; a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’ [...]

Um trabalho de leitura exige, de um lado, a consideração da **língua** como *sistema sintático intrinsecamente passível de jogo* e, de outro, o entendimento da **discursividade** enquanto “[...] inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história”. (PÊCHEUX – 1981a – (1994), p. 63) resultando no estabelecimento de uma relação

entre elas. Tal posicionamento não nos levará até 'a interpretação', nem nos colocará diante da verdade do dizer, mas possibilitará o múltiplo, o questionamento, a produção do dizer (de outros dizeres).

4 NO TERRENO DO OUTRO: O SUJEITO ENTRE A LÍNGUA MATERNA E UMA ESTRANGEIRA LÍNGUA

4.1 Os analistas de discurso e suas reflexões sobre o ensino de segunda língua

4.1.1 No encontro com a língua do outro um novo olhar para a língua materna

Los Otros que invento dicen a veces cosas que yo no habria dicho ni aunque fuera outro.

Mario Benedetti em *Inventario*.

Não é de hoje que a teoria do discurso se interessa pelos processos de ensino-aprendizagem de segunda língua. Sem a pretensão de darmos conta de tudo o que se disse sobre o tema dentro dos estudos discursivos, pontuaremos discussões que nos foram caras durante o período em que estivemos refletindo sobre as contribuições da Análise do Discurso para esse campo, tratando, ainda, de reforçar alguns conceitos que retornam freqüentemente em tais discussões.

Foi em um artigo de Serrani (1988), que integrava o livro *Política lingüística na América Latina*⁵⁶, que encontramos os germens desse trabalho. Pontuando a necessidade de voltarmos a adotar uma política plurilingüística na rede de ensino de línguas estrangeiras no Brasil, a autora pensa a pedagogia de línguas voltando-se para a importância da consideração da historicidade inscrita na linguagem e dos processos de constituição social do sentido, questionando-nos sobre o porquê de havermos abandonado as *outras* línguas estrangeiras em favor de uma política

⁵⁶ ORLANDI, E. P. *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

monolingüística que elegeu o inglês como a língua a ser ensinada **obrigatoriamente** em nossas escolas.

Voltando-se para a história dos povos latino-americanos, Serrani analisa a tensão entre a proximidade geográfica e o distanciamento lingüístico (porque não dizer, histórico e político) que marca a relação entre os países de língua espanhola e a nação brasileira, isolada em sua lusitana fala. Para ela há uma necessidade urgente de recuperarmos, para a língua espanhola, o espaço que lhe foi tirado ao adotar-se essa política monolingüística, instaurando um movimento de integração que sirva como elemento motivador das reflexões sobre nossa condição de latino-americanos, de brasileiros⁵⁷, já que deve tratar-se de uma integração que considere as diferenças, os distanciamentos, os embates, os encontros e os desencontros de nossas "histórias", fazendo-nos reconhecer a heterogeneidade que nos constitui e caracteriza. Esse passo, no entanto, não se pode dar, como alerta, pela simples inclusão em nossos currículos do ensino da língua espanhola, sendo necessária uma responsável e intensa discussão teórico-prática do tema.⁵⁸

Nesse texto a autora apresenta uma proposta pragmático-discursiva para o ensino de línguas estrangeiras, partindo do princípio de que

En la perspectiva del Análisis del Discurso (AD) es fundamental considerar los **procesos** sociales de constitución del sentido en la producción del lenguaje. Esto significa que los **productos** lingüísticos, es decir, lo sistemático en las lenguas, son concebidos como cristalización de efectos de sentidos entre locutores (cf. Pechêux, 1969) siendo que a cada nueva instanciación los productos lingüísticos vuelven a recolocarse como **proceso**. (SERRANI, 1988: 184)

⁵⁷ Amaral (1998) afirma que o ensino da língua espanhola para brasileiros deve ser entendido como uma caminho para levar o aluno, enquanto aprende a compreender o outro, a um melhor entendimento de si, o que implica adquirir um olhar que se constrói a partir desse outro espaço. (AMARAL, V. L. do. Língua espanhola. *Teoria & fazeres: caminhos da educação popular*, Gravataí, v. I., p. 52-53, 1998).

⁵⁸ "Para que la práctica de la pedagogía del Español en Brasil y la reflexión teórica a partir de ella sean factores efectivos en el proceso de 'cambio de los elementos mediadores entre nosotros y nosotros mismos como latinoamericanos.'" (SERRANI, 1988, p. 181)

Nesse contexto pedagógico, como o concebe Serrani, são as práticas discursivas o centro de interesse. Dessa forma, no ensino de língua estrangeira os discursos não devem ser esquecidos, ainda que se reconheça a importância do uso de manuais, exercícios e da própria metalinguagem como elementos mediadores do processo de ensino-aprendizagem, sob pena de que ensinemos apenas a metalinguagem sem permitir que o aluno consiga "entrar" nessa língua.

No estudo dos processos de ensino/aprendizagem da língua espanhola, Serrani-Infante trabalha com a transdisciplinaridade da enunciação em segundas línguas (1998b). Nos caminhos em que se cruzam análise do discurso e psicanálise, a pesquisadora encontra os conceitos básicos para a sua pesquisa, partindo de algumas considerações importantes sobre o processo de produção e compreensão em segundas línguas. É necessário, entende ela, termos presente que materialidade lingüística e processo discursivo operam interdependentemente, sendo a primeira da ordem do sistema da língua, que só se realiza em processos discursivos. Tanto a materialidade lingüística, quanto o processo discursivo sofrem a influência de elementos que são da ordem da subjetividade inconsciente e das determinações sócio-históricas, o que nos leva a considerar, ainda, a existência de uma mediação imaginária e de uma dimensão simbólica implicadas na produção e compreensão dessa língua outra. É necessário, diz a pesquisadora, não olvidarmos o fato de que a compreensão dos processos de enunciação em segunda língua passa pelo entendimento de tal funcionamento em primeira língua, o que implica aceitarmos que: “[...] um dos processos fundamentais que está em questão na relação do sujeito com segundas línguas diz respeito às modificações que podem ocorrer nas formações discursivas fundadoras”. (SERRANI-INFANTE, 1998b, p. 145-146).

Também Revuz⁵⁹ (1998) assinalou o (re)encontro do sujeito com a sua língua ao colocar-se numa situação de aprendizagem de uma segunda língua. Para ela, existe uma não-consciência do sujeito em relação à primeira língua e sua forma de aprendizagem, o que se modifica no contato com outra língua, processo de aprendizagem que faz eclodir algo muito específico que guardamos em relação à nossa língua e que se manifesta justamente quando encontramos a língua do outro.

Afirma a autora sobre o assunto:

Esse estar-já-aí da primeira língua é um dado ineludível, mas essa língua é tão onipresente na vida do sujeito, que se tem o sentimento de jamais tê-la aprendido, e o encontro com uma outra língua aparece, efetivamente, como uma experiência totalmente nova. A novidade, entretanto, não está no encontro com o fenômeno lingüístico como tal, mas nas modalidades desse encontro. (REVUZ, 1998, p. 215)

Isso posto, podemos reafirmar que o processo de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira deve ir além da apropriação de um código, sendo momento propício para que o sujeito tenha a oportunidade de refletir sobre a própria língua, sobre a própria história, sobre a sua condição de sujeito nessa língua, nesse espaço, ao deslocar-se para a língua e para o espaço do outro. É como o nosso ritual matutino de lavar os olhos para enxergar o novo dia, de novo, com novos olhos. Assim podemos fazer com a língua estrangeira, assumindo-a como o lugar a partir do qual olharemos para o que já é nosso, tantas vezes irrefletida propriedade que exercemos desse "conhecido" idioma nacional.

Debruça-se, Serrani, sobre a enunciação em segunda língua, o que pressupõe uma *tomada da palavra significante*, pressupondo, desse modo, o discurso, a discursividade.

⁵⁹ A autora, ainda que não se identifique como analista do discurso, produziu, no campo da psicanálise, reflexões de interesse para os estudos discursivos e, nesse texto, para uma visão discursiva do ensino de língua

Entendemos que o sujeito "aprende" significativamente uma segunda língua quando, pronto para a experiência do próprio estranhamento, se inscreve, por processos identificatórios, em discursos, mais especificamente em formações discursivas da segunda língua-cultura. (SERRANI-INFANTE, 1998b, p. 147)

Fugimos, assim, na companhia da autora, da crença de que a língua possa ser tomada como um instrumento diante do qual o aprendiz tenha a possibilidade de colocar-se como um dominador, distante, que observa, apreende e reproduz eficazmente as estruturas que lhe foram entregues. Obviamente não fugimos da materialidade da língua, tampouco de sua inefável estrutura, que deve ser reconhecida também pelo que nega, pelo que esconde, pelo que pouco ou nada revela, pelo seu também inefável real, que não se diz, mas que a afeta brusca e inexoravelmente, fazendo com que a reconheçamos no inevitável cruzamento com o sujeito. *Sujeito e língua estão fortemente imbricados*, insiste Serrani-Infante, que nos mostra o quão ineficaz se faz, no ensino de língua estrangeira⁶⁰, a aceitação de que a língua seja exterior ao sujeito e, como tal, passível de ser adquirida por ele mediante a *estocagem de palavras e de regras de combinação*.

Essa língua, objeto complexo⁶¹, é também a língua da qual fala Revuz, material de uma prática pela qual o sujeito fala de si mesmo, de sua relação com o

estrangeira.

⁶⁰ Consideramos que se faz necessário alertar o leitor para o fato de que neste trabalho utilizamos como equivalente os termos segunda língua e língua estrangeira, falando, por vezes, da língua do outro.

⁶¹ Revuz demonstra com habilidade como é frágil a nossa crença no papel meramente instrumental da língua. Ao tratar dos métodos que partem do princípio de que a língua seria um instrumento a ser aprendido pela criança gradualmente, a autora alerta para o fato de que tais considerações ignoram que, *muitos antes de poder articular o mínimo som, a criança se encontra já imersa dentro de um universo de palavras, e que essas palavras, mesmo que não as possa reproduzir, nem produzir outras a partir delas, não são para ela menos dotadas de significação* (REVUZ, 1998, p. 218). A criança vive, desde a sua primeira respiração, e porque não dizer muito antes disso, envolta pelas palavras: que falam dela, sobre ela, para ela, sendo as palavras, segundo entende Revuz, ao mesmo tempo, designação de um conceito e um dizer sobre o valor que recebe este conceito no ambiente de sua produção. A língua, portanto, é formadora da nossa estrutura psíquica, elemento com o qual recriamos a nossa relação com o mundo dos sentidos, e essa formação se dá, primeiro e irrefletidamente na língua materna, sendo, assim, a aprendizagem de uma língua estrangeira, momento privilegiado para que o sujeito possa questionar a relação estabelecida entre ele e sua língua. E, se considerarmos o que nos diz Serrani-Infante (1998b), também um momento de repensarmos a historicidade pela qual construímos nossa singularidade.

mundo, com o saber, com os outros sujeitos, enfim, pela qual fala-se. Perturbador é o processo de penetrar na língua do outro, mobilizando todas essas relações que se estabelecem pela língua e nela, movimento que mexe diretamente com nossa estruturação psíquica e pelo qual solicitam-se suas bases, “[...] e com elas aquilo que é, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua chamada materna”. (REVUZ, 1998, p. 217). Daí a insistência de que modificamos nosso olhar e nosso sentimento em relação à língua materna quando nos é propiciada a inserção em outra língua; porque, como bem assinala Revuz, entramos em contato com a *diferença entre os universos fonéticos e entre as maneiras de constituir as significações*.

Aquele que coloca-se como aprendiz de uma língua estrangeira experimenta o retorno a um não-saber para jogar com o novo: um novo jeito de dizer, um novo som a pronunciar, um novo ritmo que embalará sua fala, um novo modo de significar que, conforme a autora, marcam a distância entre o nosso conhecido universo da língua materna e esse universo outro. Essa distância pode ser a base, ao mesmo tempo, de dois processos observados durante a aprendizagem de uma segunda língua: aquele da negação completa do risco de produzir enunciados orais nessa outra língua, negando sua sonoridade e buscando proteção na escrita; ou o da entrega total à musicalidade da língua, processo que muitas vezes não passa desse estágio, ficando o sujeito estancado nesse ponto sem conseguir chegar ao sentido (*enquanto, para outros, essa adesão à música do significante será o prelúdio da incorporação dessa língua em todas as suas dimensões*).

Essas duas estratégias opõem-se em dois pontos: a autonomia maior ou menor das aprendizagens corporais em relação ao controle intelectual, a maior ou menor aceitação da distância, em relação à ancoragem na língua materna. Essa distância, fonte de ansiedade

para uns ou de prazer para outros marca, igualmente, o encontro com a maneira pela qual a língua estrangeira produz significações. (REVUZ, 1998, p. 222)

Na segunda língua encontramos o diverso, e também nela está a possibilidade de reconhecermos, mais nitidamente, a possibilidade de outros sentidos, uma vez que cria-se um vazio entre o referente a que fazemos menção e o signo lingüístico que a ele identificaríamos na língua materna⁶². *Pela intermediação da língua estrangeira*, declara Revuz, *se esboça o deslocamento do real da língua*. É, então, o encontro com uma outra língua, trazendo o impensável descolamento da língua à realidade, a materialização da opacidade da língua, concretizada na impossibilidade da tradução perfeita, do dizer do mesmo modo, da mesma significação, consideração que leva em conta essa porção indizível que a alíngua representa, fazendo com que toda língua seja incomparável a qualquer outra⁶³.

Também Milner, ao colocar-se - do lugar de um psicanalista que se vê, surpreendentemente, enredado nas teias da sintaxe - na contramão dessa tendência de atribuir à língua uma conveniente unidade, questionou a realidade das línguas, ou melhor dizendo, a possibilidade de que as agrupemos, como costumamos fazer, considerando-as um todo desprovido de qualquer contradição. Segundo nos diz, pode estar, a prova da inconsistência do que chamamos de *classe das línguas*, no próprio sentimento que temos em relação à nossa língua materna, para a qual

⁶² Essa "cola" que une realidade e língua é uma evidência difícil de desconstruir trabalhando com o nosso imaginário de língua materna, não fosse assim, porque os subterfúgios para fugir da palavra "diabo", ou então a necessidade de eufemismos para falar de doenças como o câncer, como se a simples enunciação fosse capaz de concretizar essa existência, como se o som, a forma da palavra fosse a caixa onde está contida essa abominável realidade. Descolar a língua da realidade não é trabalho que se possa fazer com o olhar, com a caneta, com o dicionário, é trabalho para a desconstrução de todo um imaginário de língua que nos constrói e suporta.

⁶³ *A alíngua é pois uma língua entre outras, enquanto que, ao se colocar, ela impede por incomensurabilidade a construção de uma classe de línguas que a inclui: sua configuração mais direta é a língua materna, da qual basta um pouco de observação para admitir que em qualquer hipótese é preciso uma torção bem forte para alinhá-la no lote comum.* (MILNER, - 1978 – (1987), p. 15)

sempre encontramos uma possibilidade de abordagem que marque a impossibilidade de a unirmos a qualquer outra, marcando, assim, sua individualidade. Há, portanto, uma tensão entre identidade e não-identidade, carregando consigo, o não idêntico, o equívoco pelo qual se consagra e no qual a unicidade se refrata: e um dia, conta-nos o Gênesis, desce a mão do senhor para fragmentar as línguas, individualizá-las e, pela distinção da linguagem, diferenciar os homens, semeando em Babel a heterogeneidade que as ciências da linguagem têm insistido em escamotear. “Porém o real equívoco resiste: a língua não cessa de ser por ele desestratificada.” (MILNER, -1978 - (1987), p.13)

Mecanicamente dividimos a língua em estratos para estudá-la, fragmentando-a e esquecendo-nos de que é do todo que emana o sentido. Entender o real da língua é compreender essa impossibilidade de isolar estratos, é conceber que uma língua é (como já dissemos nesse trabalho ao citar Milner), entre outras, um modo singular de produzir equívoco, é “[...] o que o inconsciente pratica, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no domínio das palavras, fale. (MILNER, – 1978 – (1987), p. 15)

Mas a verdade não é mais do que aquilo em relação a que as palavras faltam⁶⁴, disse Milner, que parte da alíngua para entender língua e linguagem, dessa alíngua que considera condição de existência de uma língua. Segundo ele, a linguagem é resultado daquilo que o saber sobre ela produz, saber esse marcado por um vazio, aquele da *ausência fantasma de seu objeto*. Vive, a linguagem, a

⁶⁴ Um dia ouvi de uma amiga uma história que insisto em repetir. Me disse ela (que também ouvira de outro alguém) que a verdade não era mais do que uma gigantesca pirâmide de cristal que há muito havia se quebrado, persegui-la seria como buscar os intermináveis cacos que se espalharam pelo mundo. Inútil perseguição, também, essa da reconstituição da unidade da língua, pela qual negamos o incômodo lugar da incompletude e do equívoco que esconde a estrutura, como aquela caixa antiga que escondemos sob o cimento da construção, guardando nela as mais remotas, antigas, intrigantes, desconfortáveis e proibidas lembranças, tão facilmente

brincar de gangorra, oscilando entre existência e inexistência, ausência e presença. “A língua é outra coisa: diferente da linguagem, ela não se assenta sobre a existência como tal, mas sobre a modalidade da existência”. (MILNER, – 1978 – (1987), p. 18), o que faz com que o questionamento da origem, tão peculiar nos estudos sobre a linguagem, ao se falar sobre língua, desapareça. A língua é a estrutura de sustentação do não-todo que a alíngua representa, se funda no impossível que essa representa/realiza; impossível de dizer, impossível de não dizer desse modo.

4.1.2 A tomada da palavra nessa estrangeira língua

A tentativa em que nos encontramos é a de devolver para a língua a heterogeneidade que a constitui, passando da ordem da realidade, na qual costumeiramente se a concebe, para a do real⁶⁵, que garante o espaço do equívoco, do não-dito, do incompleto, da deriva, da impossibilidade da simbolização e, conseqüentemente, da matemática linguística, já que o real, como bem adverte Milner – 1978 – (1987, p. 21-22), é antes máscara da regularidade do que signo dessa. A completude é, então, um truque de ciência, uma necessidade do fazer

encobertas. Ao retomar Lacan, Milner aproxima a verdade do real porque também ela é incompleta, porque sempre faltarão palavras para que se diga toda.

⁶⁵ Na passagem pela noção de real Ferreira (2000, p. 25-27) diz que esta se opõe ao conceito de realidade, *que é da ordem social, prática*, por dizer respeito aquilo que é próprio da língua, que está inscrito na ordem da língua como uma impossibilidade.

científico que não pode se contentar com o disperso, com o fragmentado, necessitando unificá-lo. E também nós podemos cair nas *trampas* dessa tal unidade quando falamos na lingüística como se fosse toda ela uma coisa só, esquecendo que também ela é fragmentada e que só podemos falar em lingüísticas, remetendo-nos às mais diversas formas sob as quais o homem se ocupou da língua e da linguagem. No entanto, o que parece emergir como uma "verdade" é o fato de que para fazer ciência foi preciso deixar de lado a alíngua e tudo o que sua consideração implica, ou seja, o não-todo, o equívoco; esquecendo, conseqüentemente, também do fato de que se há línguas há sujeitos que as falam, que dizem e se dizem por elas⁶⁶.

E por falar em sujeitos, é crucial nesse repensar o ensino de língua estrangeira o questionamento do sujeito intencional, fonte e senhor do seu dizer, origem de um sentido, que para ele aparece como transparente, questionamento proposto pela AD desde seus textos fundadores. Tal observação podemos encontrar, por exemplo, em *Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso*, texto de Serrani-Infante (1998a) em que essa trabalha a questão da identidade postulando uma relação entre identidade e identificação.

A tomada da palavra é o movimento essencial a ser observado quando se pensa a relação entre língua(gem)⁶⁷ e identidade, uma vez que esse movimento, longe de ser entendido como a utilização de um instrumento, a língua, por um sujeito intencional, aqui representa o estabelecimento pelo sujeito de um lugar a partir do qual ele se dirá como sujeito, um lugar no discurso.

⁶⁶ No capítulo 3 de *O Amor da Língua*, Milner faz uma breve distinção entre gramática e lingüística, dizendo, em algum momento, que o estruturalismo obrigou os lingüistas, em certo momento, a tratar toda a língua como se ninguém a falasse e a língua materna como idioma estrangeiro, evitando, desse modo, o *retorno incômodo do que poderia deixar incompleto o objeto a representar*, (27)

Quando se toma a palavra, sabemos, "toma-se"⁶⁸ um lugar que dirá respeito às relações de poder, mas, simultaneamente, "toma-se" a língua, que tem um real específico, uma ordem própria. (SERRANI-INFANTE, 1998a, p. 247)

A autora dirá mais adiante que a tomada da palavra deve ser entendida como: “[...] a inscrição em traços significantes, interdiscursivos, inconscientes, que se realizam fundamentalmente por metáfora e metonímia que vão constituir o sujeito do discurso pois, neste enfoque, é na linguagem que o homem é homem e se defronta com o problema de seu ser”. (SERRANI-INFANTE, 1998a, p. 248)⁶⁹.

Partindo do pressuposto de que é pela tomada da palavra que se deve observar os movimento de aprendizagem de uma segunda língua é que Serrani-Infante irá defender a análise dos processos identitários a partir do conceito de identificação, que busca na psicanálise, entendendo-o como: “[...] condição instauradora, a um só tempo, de um elo social e de um elo com o objeto do desejo do sujeito” (SERRANI-INFANTE, 1998a, p. 252), processo que se dá nos planos tanto da relação imaginária, quanto da simbólica. O conceito de identificação, afirma a autora, permite trabalhar a incompletude da identidade.

Essa relação entre identificação e identidade foi examinada na dissertação de mestrado produzida por Dorneles (1998, p. 80-91) sobre o discurso dos assentados, trabalho em que a autora lembra que, enquanto a identificação remete ao processo, é ao efeito resultante do mesmo que chamamos identidade. Na perspectiva histórico-antropológica⁷⁰, afirma Dorneles, os citados conceitos são vistos como

⁶⁷ Nos apropriamos aqui da forma utilizada por Serrani-Infante para fazer uma dupla referência, falando, simultaneamente, de língua e linguagem.

⁶⁸ Reproduzimos aqui a nota, de número 26, que acompanha a citação: "*De fato, ao tomar a palavra somos tomados pela língua.*"

⁶⁹ *Ser, é ser nomeável.* (MILNER, – 1978 – (1987), p. 61)

⁷⁰ Para construir sua reflexão a autora apoia-se basicamente nos textos de ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. e OLIVEIRA, R. C. de *Identidade e estrutura social*. Brasília: UNB, 1978. (Antropologia, 21).

procedimentos atributivos externos ao sujeito, entendo-se, desse modo, que a identidade define-se como uma diferença em relação a algo que lhe é exterior. No que se refere à identidade brasileira, tal perspectiva apresenta como ponto de apoio para a construção de tal identidade a idéia de miscigenação. Utilizada para afirmar nossa diferença em relação ao outro, essa marcação da diferença com o estrangeiro funcionou como um simulacro para as diferenças internas tão significativas de nossa sociedade, reflete a autora, que entende a identidade nacional como fruto de uma construção simbólica.

Na visão histórico-antropológica o sujeito possui o controle, ainda que imaginário, deste processo de identidade/identificação, o que muda radicalmente, dirá Dorneles, quando o movimento passa a ser visto pelo viés da psicanálise. Nela entendem-se os movimentos identitários como realizados por um sujeito afetado pelo inconsciente que recorre à linguagem para dizer-se. Se a identidade está relacionada ao ser, é em relação ao dizer que se dará a identificação, que muito mais do que a primeira, remete à relação entre o sujeito e a linguagem, entre o sujeito e o significante. Ao retomar as dimensões ideológicas e inconscientes desses processos dirá Dorneles (1998, p. 88):

Os processos discursivos, como recurso à linguagem, linearizam anterioridade (pré-construído) e atualidade, fazendo emergir sujeito e sentido na simulação do apagamento daquilo que lhes dá origem. Essa anterioridade, entretanto, transpassa o sujeito que constitui-se ao identificar-se com uma região do interdiscurso.

Voltamos para a perspectiva do discurso e para as relações do sujeito com esse dizer já instaurado que a FD representa e que é a possibilidade de que o sentido encontre uma âncora, seja para fixar-se, seja para se deslocar. O que interessa-nos salientar aqui é que: “[...] efeitos imaginários e ideológicos determinam a identificação nessa FD que torna-se dominante para o sujeito” (DORNELES, 1998,

p. 89), e que fará com que os outros sentidos que o atravessam fiquem silenciados no processo de enunciação na tentativa de dar unidade ao que é múltiplo.

Chegamos a este ponto considerando, então, que a identificação é antes de mais nada um processo que ganha vida na relação do sujeito com a linguagem, e que a identidade, como efeito desse processo, é constitutivamente incompleta, já que um novo dizer poderá ser capaz de forjar uma nova identidade. Assim, podemos dizer que quando se identifica, em nosso caso com a língua do outro, o sujeito é envolvido/agarrado pelo "objeto" com o qual se relacionava, pensando nesse momento o estar tomando para si. Como se fosse recebido por essa outra língua, passa a falar dela, a encontrá-la como um lugar a partir do qual se pode dizer. Desse *colocar-se na língua* o estudo que restringe-se ao código lingüístico não pode dar conta, porque pela simples repetição de fórmulas prontas o sujeito não se deixa tomar pela língua, tentando incessante e fracassadamente dominá-la, não sendo nunca sujeito da/na mesma.

Não poderíamos passar por questionamentos identitários sem que lembrássemos do texto de Orlandi (1990) sobre o discurso do descobrimento que nos fez nação, que nos fez brasileiros. Segundo a autora, os discursos que nos fundaram reconhecem nossa cultura, negando-nos, no entanto, nossa história, uma história, e, desse modo, não impedem só que reconheçamos o processo "evolutivo" de que somos resultado, mas eliminam os sentidos, a possibilidade de que outros sentidos, que não aqueles ditados pelo discurso do descobrimento, possam ser produzidos. Nos tornamos, assim, povo singular, de exótica cultura e nenhuma história.

Nessa construção de sentidos para o ser brasileiro, ressalta Orlandi, nossa busca de conhecermos a nós mesmos passa pela observação de como o Brasil foi

conhecido pela Europa, discursos nos quais, segundo a autora, não encontraremos mais que *modos de tomar posse*. Além disso, estamos marcados pela mistura, pela indefinição do ser *um* nessa terra de tantos.

Em nosso imaginário, não nos identificamos ao índio, mas também não reivindicamos o português como igual. Somos uma mistura, já disseram muitos. Mas uma mistura indefinida. Uma mistura que diz menos por colocar junto "coisas" diferentes e mais pelo fato de que há trânsito entre as diferenças. (ORLANDI, 1990, p. 20)⁷¹.

Assim, não é a mistura que nos identifica, mas a forma como compreendemos esse universo de diferentes é que produzirá um sentido para o nosso ser brasileiro. Esse sentido, no entanto, só se produz pela recuperação da discursividade, pela possibilidade de dizer, pelo reconhecimento de que somos sujeitos históricos e políticos, e de que o outro⁷² está em nós como elemento constitutivo, como parte desse processo de produção dos sentidos (para nós mesmos), tendo o discurso da conquista representado uma forma de controle desse indisciplinado dizer brasileiro, obrigado, a partir de então, a olhar-se através de olhos europeus.

Orlandi afirma que a identidade é um movimento, uma construção também ela marcada pela historicidade. Tendo como base tal consideração, preocupou-se a autora em pensar como esse discurso europeu que encarregou-se de definir o brasileiro para ele mesmo acabou por constituir o *imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade*. Segundo a autora, esse discurso do outro acabou produzindo uma série de *evidências* que tiveram papel essencial na formação de um sentido para o

⁷¹ Boff, em seu texto Brasil de Fé (In: SOBRAL; AGUIAR (Org.). *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001, p. 191-198), faz uma reflexão interessante sobre o olhar brasileiro em relação ao místico e o religioso, refletindo não sobre a "mistura" de crenças que acontece em nosso país, mas sobre uma linguagem religiosa que nós criamos para que nos fizessemos ouvir.

⁷² A autora trabalhará com a noção de silêncio, tratada com mais detalhe em seu livro *As formas do silêncio*. Campinas/SP: Unicamp, 1997., cujo tratamento exige distinguir heterogeneidade (como a concebe Authier-Revuz) e diferença. Dirá ORLANDI (1990, p. 42): "Há um descontrole nessas relações. E ao des-controle, à des-organização, à di-fusão, à com-fusão, corresponde ... não o heterogêneo mas a diferença: o silêncio (e não o

ser brasileiro, imaginário pelo qual nos significamos e que nos instaura como frutos de uma descoberta, construção do colonizador e que significa a partir dele, na menção a ele, na comparação com ele, pelas palavras do europeu.

Foram esses europeus olhos que viram a nudez de nossos índios, a riqueza das nossas terras, a incivilidade de seus homens, enfim, o Brasil. Assim, temos um imaginário fundado a partir do europeu, de suas crenças, de seus mitos, de suas histórias. “Nessas condições, não é o discurso do Brasil que define o Brasileiro, é o discurso **sobre** o Brasil”. (ORLANDI, 1990, p. 48).

Deixaremos de lado muitas questões preciosamente abordadas em *Terra à vista* para nos apropriarmos das reflexões nele feitas sobre a língua, seu tratamento e concepção que nortearam as empreitadas colonizadoras e que nos parecem de suma importância para esse trabalho⁷³. Quando começa a tratar das questões relacionadas à língua, Orlandi (1990, p. 75) faz uma distinção entre a língua imaginária, *aquela que os analistas fixam em suas sistematizações*, e a língua fluida, *que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas e que pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos*. Tal distinção serve para que pensemos o modo como as línguas indígenas foram disciplinadas pelos missionários e como desse processo resultou o apagamento dessas línguas no que hoje conhecemos como a nossa língua "portuguesa".

implícito) como constitutivo”, silêncio que remete ao impedimento de que algo seja dito com outras palavras e, ainda mais fortemente, de que se possa *apagar outras palavras*.

⁷³ Há uma diversidade de questões exploradas por Orlandi nos textos que levam o Brasil para o continente europeu e que muito nos dizem sobre o olhar que temos sobre nós mesmos, sobre nossos problemas e a forma de buscarmos uma solução para eles. Para citarmos apenas uma, gostaríamos de mencionar o tratamento dado nos textos citados para o conceito de "pacificação". A instauração da paz nesses textos aparece centro como a ocupação pelo branco de um espaço entre, entre o branco e o índio, entre o índio e o índio, "civilizando" essas relações que a partir de então devem ser tratadas e observadas a partir do olhar desse "mediador", que pacifica porque elimina a possibilidade de que a cultura indígena de manifeste, porque elimina a resistência e implanta a submissão. (ORLANDI, 1990, p. 55-73). Ver VILLAS BÔAS, O. Um povo na ignorância de seu passado. In: SOBRAL; AGUIAR (Org.). *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001. p. 265-271).

Essa língua imaginária resultante da sistematização do tupi pelas mãos missionários serviu, entre outros fatores, para a sustentação de uma forma de governo e, descartada sua funcionalidade, o que resultou disso tudo foi o que Orlandi chama de *o imaginário do português-standard*, responsável pelo encobrimento das relações de nossa língua com as línguas indígenas.

Essa disciplina imposta à língua indígena resulta de um trabalho que nega completamente sua historicidade e dela se apropria para conseguir o estabelecimento de contato com os povos indígenas, cumprindo uma função meramente didática, qual seja a de civilizar os bárbaros ocupando o seu espaço. Tal procedimento, nos diz ainda a autora, ao traduzir essa língua "selvagem": "[...] contribui para a assimilação de uma língua a outra e à sua desqualificação". (Orlandi, 1990, p. 86). Esse intuito de pura assimilação leva à construção de técnicas didáticas do ensino de língua a partir do estudo e reprodução de fragmentos de discurso que remetem às suas situações de uso, que ainda muito se observa nos processos de ensino-aprendizagem de língua estrangeira.

O que notou Orlandi é que basicamente é pelo vocabulário que se faz referência à língua, como se a mesma pudesse ser resumida em uma lista de palavras. Aqui a estratégia é nomear para conhecer, como se fosse possível chegar ao conhecimento pela simples identificação do nome das coisas. O que resulta disso tudo é que desconhecemos o fato de que a língua do Brasil se fez em contato com as línguas indígenas, assim como as línguas espanholas da América também são fruto do contato da língua espanhola com a diversidade de línguas indígenas que eram faladas nesse território. Dessa diversidade é impossível dar conta pela redução da influência dessas línguas a uma lista de vocábulos raros que se usam aqui ou acolá para nomear um pássaro andino ou uma raiz amazônica.

A 'nossa' língua é muito maior do que pretendem os gramáticos ou os políticos patrioteiros [...] Ainda que não queiramos e nem possamos reconhecer, as línguas não têm os limites que, seja por razões históricas, seja sociais ou políticas, gostaríamos de lhes impor. (ORLANDI, 1990, p. 161).

A diversidade, então, não está na incorporação de um ou outro vocábulo, ela está na própria estruturação das línguas, no modo como nela intervém a história para produzir sentidos. É preciso reconhecer que chegamos à língua pelo imaginário, é ele o responsável por mediar a nossa relação com essa língua. Portanto, se, na construção desse imaginário, negamos a historicidade da língua para a qual olhamos, apartamos do lingüístico os traços culturais que lhe são constitutivos, chegaremos ao código, mas não à língua e muito menos a tomar a palavra nessa língua, a produzir sentidos a partir dela.

4.1.3 Intradiscurso, interdiscurso e alteridade na tomada da palavra

O conhecimento como multiplicidade é um fio que ata as obras maiores (...) um fio que - para além de todos os rótulos - gostaria de ver desenrolando-se ao longo do próximo milênio.

Italo Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*.

Três conceitos são fundamentais para a compreensão dos processos de identificação e de tomada da palavra dos quais fala Serrani-Infante, são eles intradiscurso, interdiscurso e alteridade. Ao referir-nos ao primeiro fazemos menção ao fio do discurso, ou seja, à dimensão horizontal, linear do dizer, o que nos

leva a considerar, na análise de um discurso, o que aquele que o enuncia efetivamente diz em relação ao que disse antes e acabará por dizer depois.

[...] no intradiscurso, na cadeia, estuda-se a construção das representações de semelhanças e diferenças. Tendo como referência a teoria lacaniana da subjetividade, pode-se dizer que essas representações correspondem predominantemente ao registro imaginário do eu (enquanto **ego**) do dizer. Ao tecido do representável, que constitui a realidade para o sujeito, corresponde o domínio das relações de semelhança e dessemelhança, das propriedades atribuídas a objetos, que são, dessa forma, organizados em classes, localizados em um espaço e em um tempo. Esse âmbito do registro em que os objetos se **ligam** é o imaginário. (SERRANI-INFANTE, 1998a, p. 234)

O intradiscurso refere-se, segundo Pêcheux – 1975 – (1997), ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo; é a linearização do discurso-transverso, que diz respeito, por sua vez, aos processos de sustentação do discurso, ao modo como se materializa a relação do sujeito com o sentido. No universo intradiscursivo trabalhamos com o fio do discurso, que Pêcheux entendeu como *um efeito do interdiscurso sobre si mesmo*.

Quando passamos a pensar no **interdiscurso** voltamos nosso olhar para a campo do pré-construído, do já-dito, saindo da linearidade do dizer para os movimentos nos quais o sujeito, determinado pelas fronteiras da FD em que se inscreve, retorna aquilo que já foi dito para promover a re-significação desse dizer. É agora para a verticalidade do discurso que olhamos, considerando, desse modo, sua dimensão não linear, as relações estabelecidas por esse dizer em análise com a rede das formações discursivas - já marcadas pela heterogeneidade que as constitui

e pelo espaço que consagram às contradições⁷⁴ que lhe são inerentes - em que está inserido.

Essa re-significação de que falamos é produzida justamente pelo retorno do sujeito ao pré-construído, ou seja, a uma construção anterior que é constitutiva do sujeito e à qual ele remete na construção de seu dizer, retorno esse em que o sentido se produz. O pré-construído é o sempre-já-aí da interpelação ideológica (como o definiu Henry), que acaba por fornecer o material histórico e social no qual o sujeito se constitui. Se o interdiscurso aparece como efeito desse retorno, também podemos vê-lo no discurso-transverso (conforme foi definido acima), concebido como as diferentes possibilidades de substituição de uma palavra/expressão por outra com o 'mesmo sentido', cujo funcionamento foi analisado dentro da teoria discursiva em relação aos processos metonímicos e da relação causa-efeito. De acordo com Courtine (1981), a noção de interdiscurso possibilita para o analista a compreensão das formas do assujeitamento, já que é ele o lugar no qual se constituem, para o sujeito falante de uma determinada FD, os objetos dos quais se apropriará esse sujeito enunciador para deles falar, construindo a partir desse dizer a coerência de sua fala. Inter e intradiscurso, como vimos, estabelecem entre si uma relação dinâmica, uma vez que representam, respectivamente, o espaço de construção do pré-construído e aquele de sua enunciação por um sujeito.

Se a consideração do interdiscurso no que ele nos traz sobre a articulação com um já-dito, com um saber já construído e que é retomado pelo sujeito na formulação de seu dizer, instaurando uma rede de repetições e reformulações,

⁷⁴ Nunca é demais marcarmos a importância que tem a aceitação da contradição dentro da teoria discursiva. Já dizia Pêcheux, em *Semântica e discurso – 1975 – (1997)*, que a contradição é inerente ao processo ideológico e suas formas, fazendo-se presente na relação entre interpelação ideológica e identidade. A identidade, tão cara ao sujeito, é resultado de um processo de interpelação-identificação no qual absurdo e evidência se misturam, e

obriga-nos a olhar para o descentramento do sujeito, tal movimento o faremos ainda com mais força ao considerarmos a **alteridade**. Tal conceito, que encontra-se no nível do interdiscurso e tem suas origens em Lacan, tendo surgido para explicar a dualidade do sujeito, permite-nos pensar a relação do discurso com aquele que o enuncia. Trabalhar com a alteridade é trabalhar com o sujeito descentrado, um eu que não é uma forma fechada em si, tendo relação com um exterior que o determina. Uma vez que não temos mais um sujeito fonte do dizer, capaz de encontrar na linguagem um instrumento de comunicação, veículo de sua intencionalidade, acaba por mudar radicalmente, também, nossa forma de compreender a subjetividade. Segundo Serrani-Infante (1997, p. 3), o conceito de subjetividade com o qual trabalhamos é o do: “[..] sujeito afetado contraditoriamente pela historicidade ‘prévia’ à formulação do enunciado. O sujeito da enunciação é entendido, assim, como ser em línguas, pego na ordem simbólica que o produz enquanto sujeito”.

Falar de intradiscurso, interdiscurso e alteridade obriga-nos a, ainda que brevemente, procurar precisar o que podemos entender nesse trabalho por heterogeneidade e imaginário. Faremos tal movimento retornando, basicamente, aos trabalhos de Authier-Revuz, estudiosa que pensou uma **heterogeneidade fundante**, conceito a partir do qual poderia buscar, nos estudos da linguagem, o equilíbrio entre o que lhe é exterior e constitutivo e o que é puramente lingüístico. Tal equilíbrio seria a possibilidade de explicar os fenômenos da língua sendo capaz de dar conta dos movimentos implicados pelo colocar em funcionamento a estrutura, não deixando, no entanto, de olhar para essa exterioridade que inevitavelmente os afeta.

que, por sua vez, abriga a falha, trazendo para o interior da formação discursiva sua inerente contradição. (Ver o tratamento dado por Pêcheux (p. 155-57) à noção de *discrepância*.)

Filiando-se aos trabalhos produzidos dentro da teoria da enunciação, Authier-Revuz pensa a heterogeneidade como uma impossibilidade de dizer que parasita toda manifestação da linguagem, o que a distingue dos trabalhos que compreendem tal conceito como manifestações diversas que povoariam o discurso. Ainda assim a autora faz questão de explicitar sempre em suas formulações que é da língua, considerada por ela como ordem própria, que parte para elaborar seus trabalhos. A autora ressalta, no entanto, que há uma heterogeneidade teórica que inevitavelmente se apresentará ao campo da enunciação, fazendo com que, ao descrever fatos da língua (como a entendeu Saussure), ultrapassem-se as fronteiras da lingüística para buscar, em outros campos, conceitos que possam nos auxiliar na compreensão do sujeito e de sua relação com a linguagem.

Proporá a autora que pensemos em uma **heterogeneidade constitutiva**, uma presença constante do outro no discurso que não pode ser apagada nem negada⁷⁵, e numa **heterogeneidade mostrada**, uma espécie de manifestação de diversas negociações que o sujeito falante faz com a heterogeneidade constitutiva da linguagem⁷⁶. Isso não significa, no entanto, a consideração da existência de tipos diferenciados de heterogeneidade - já que o outro é presença constante e inevitável na constituição do sujeito e seu dizer -, mas de uma negociação na marcação/personificação ou não dessa *fantasmagórica* presença que pode ser marcada linguisticamente no discurso.

⁷⁵ Aqui encontramos uma das marcas fundamentais do trabalho de Authier-Revuz, que se volta para os estudos de Bakhtin, nos quais encontra esse lugar consagrado ao outro de que fala, encontrando, ao mesmo tempo, a impossibilidade de encontrá-lo no dizer, e também para a psicanálise, pensando o descentramento do sujeito.

⁷⁶ Se tomamos o fio de um discurso produzido por um único locutor, podemos nele encontrar formas lingüísticas que, no nível da frase ou do discurso, deixam ver o outro atravessando-se no que é dito. Authier dirá que esse é o outro do discurso relatado e que pode ser tratado como as formas sintáticas do discurso indireto (DI) ou do discurso direto (DD), que possuem como tarefa introduzir um outro ato de enunciação, seja colocando o locutor como um 'tradutor' das palavras do outro, como ocorre no DI, seja transformando o locutor naquele que serve simplesmente de "transporte" para essas palavras, como acontece com o DD. (Ver, ainda, BAKHTIN (1981) e (2002))

Embrenhar-se em um trabalho com a heterogeneidade mostrada significa fazer uma análise lingüística dessas formas de intervenção do outro no dizer sem, no entanto, deixar à margem o exterior à lingüística, ancoragem necessária para tal tarefa. Por isso o necessário recurso ao Círculo de Bakhtin e à psicanálise nos termos de Freud e Lacan, porque é nesse diálogo que se formarão as bases para a compreensão da heterogeneidade. Isso se deve à impossibilidade de pensarmos em heterogeneidade sem que lembremos Bakhtin. É ele quem, antes, nos faz ver, como lei para a constituição de qualquer discurso, a interação com o discurso do outro, mostrando-nos que a interdiscursividade e a interlocução acabam por inscrever em um dizer a presença dessa palavra que vem de outro lugar. O imbricamento de vários discursos é condição da linguagem, já que as próprias palavras não são dotadas de neutralidade, de um sentido que lhes seja dado *a priori*. Toda palavra possui uma vida, uma história, um caminho discursivo que dará os contornos de seu sentido, ou melhor, dos efeitos de sentido a produzir.

Esse atravessamento inevitável de um discurso pelo discurso do outro é também tema da psicanálise, que olha para a heterogeneidade do discurso articulando-a ao descentramento do sujeito. O sujeito é despojado de sua posição central, ainda que manter essa ilusão como forma de possibilitar o discurso, simulando sua unidade, seja a função do **eu**, que simula uma origem para um sujeito que é sempre efeito de linguagem. Como se vê, o outro não é nem pode ser objeto exterior, mas condição do discurso.

Apesar desse recurso ao exterior da lingüística, não se pode esquecer que Authier-Revuz parte da língua para realizar seus estudos, ressaltando que olhar para essas questões não implica um deixar de lado o campo da descrição lingüística, mas sim uma articulação da consideração de uma heterogeneidade constitutiva que

habita a linguagem com esse olhar lingüístico que permite ver, pela consideração da heterogeneidade mostrada, o aparecimento do outro designado como objeto do discurso através de mecanismos enunciativos que fazem com que o sujeito se posicione diante de seu próprio dizer. É importante lembrar, ainda, que a heterogeneidade mostrada não é um reflexo da constitutiva, sua manifestação direta, mas antes uma representação que o locutor faz de sua enunciação⁷⁷.

Mon hypothèse est la suivante: l'hétérogénéité montrée n'est pas un miroir, dans le discours, de l'hétérogénéité constitutive du discours; elle n'en est pas non plus 'indépendante'; elle correspond à une forme de négociation - obligée - du sujet parlant avec cette hétérogénéité constitutive - inéluctable mais qu'il lui est nécessaire de méconnaître; et la forme 'normale' de cette négociation s'apparente au mécanisme de la dénégation. (AUTHIER-REUZ, 1982, p. 143)

O que temos são marcas explícitas da heterogeneidade do discurso, marcas que ameaçam a crença do sujeito falante de que é ele a matriz de sentidos do seu dizer. Desse modo, fica impossível a esse sujeito fugir dessa palavra marcada pela presença do outro, ainda que procure esquivar-se dela, negá-la, escamoteá-la em sua fala. Na defesa do trabalho lingüístico com a heterogeneidade, Authier afirmará que essa heterogeneidade radical da qual falamos, que leva ao descentramento do sujeito, acaba por fazer com que não possamos apreendê-lo pelo que diz, mas no que diz, e é esse o elo que liga as heterogeneidades constitutiva e marcada. Essa dupla função da heterogeneidade marcada, que aponta para a não homogeneidade do discurso ao mesmo tempo que procura negá-la, é representativa do processo de negociação do sujeito com a heterogeneidade que habita o seu dizer⁷⁸.

⁷⁷«Les formes de l'hétérogénéité montrée, dans le discours, ne sont pas un reflet fidele, une manifestation direct - même partielle - de cette réalité incontournable qu'est l'hétérogénéité constitutive du discours; elles sont des éléments de la représentation - fantasmatique - que le locuteur (se) donne de son énonciation». (AUTHIER-REUZ, 1982, p. 142)

⁷⁸ Em seu trabalho Authier falará, também, sobre a **modalidade autonímica**, estudo no qual tratará dessas "pistas lingüísticas" que nos levam ao outro. Olhará, então, para aqueles enunciados nos quais *o dizer*

Ao trazer esses exteriores teóricos, e com eles o desprovimento do sujeito do poder sobre sua palavra, a autora aproxima-se da teoria do discurso e do interdiscurso (conforme tais conceitos foram compreendidos por Michel Pêcheux) como o lugar de constituição de um sentido que, não mais determinado pelo sujeito, escapa à sua intencionalidade. Esse dizer não transparente - que muito deve ao pensamento lacaniano de um sujeito que é produzido pela linguagem e que se encontra *estruturalmente clivado pelo inconsciente* -, é duplamente determinado, de um lado pelo interdiscurso, de outro pelo próprio inconsciente, e, desse modo, impossível de ser controlado pelo enunciador⁷⁹.

Num retorno ao dialogismo de Bakhtin e à premissa de que toda palavra é habitada pelo discurso do outro, podemos olhar para a não-coincidência *do discurso consigo mesmo*⁸⁰, que está ligada também ao interdiscurso (análise de discurso) e sua consideração de que todo o discurso proferido, em um dado momento, por um "eu", antes e independentemente fala em outro lugar. Por isso a autora fala de uma *"interdiscursividade representada"*, pela qual um discurso marca a presença de palavras pertencentes a outro discurso, sendo essa fronteira interior/exterior passível de, por uma série de oposições, ser desdobrada em: "[...] tipos de fronteiras entre si

representa-se como não falando de si. Na consideração da modalização autonímica como auto-representação do dizer estão implicados, segundo a autora, dois campos: o da metalinguagem e o da enunciação (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 15).

⁷⁹ Authier-Revuz insiste em marcar seu desvinculamento tanto das teorias pragmáticas que encerram a enunciação no espaço da intencionalidade, quanto de grande parte dos estudos da análise do discurso que elegem o estudo dos processos discursivos em detrimento das formas concretas da enunciação, o que faz em grande parte por sua forma de compreensão da relação entre **ego** e **eu**, filiando-se às correntes psicanalíticas. Da mesma forma, ainda que seja grande leitora de Bakhtin, a autora desvia das questões ideológicas que atravessam a teoria bakhtiniana.

⁸⁰ As reflexões sobre a heterogeneidade e a modalização autonímica levarão Authier-Revuz a pensar sobre o que os comentários metaenunciativos *dizem ao sujeito do dizer* e, arriscamo-nos a afirmar, desse sujeito. É a partir de então que a autora trabalhará com as não coincidência do dizer, divididas por ela em quatro grandes campos: a interlocutiva (entre interlocutores), a do discurso consigo mesmo, aquela entre as palavras e as coisas e a das palavras consigo mesmas. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 20-28).

e o outro, pelas quais um discurso produz, em si mesmo, por diferença, uma imagem de si". (AUTHIER-REUZ, 1998, p. 23).

O sujeito, apesar disso, vive necessariamente a ilusão de sua unicidade e autonomia (assim como precisa acreditar na evidência do sentido). Pêcheux – 1975 – (1993, p. 163), ao tratar do imaginário, define-o como o lugar onde se: “[...] constitui para o sujeito a relação imaginária com o real.” Respeitando as diferenças existentes entre os pesquisadores e o seu modo de tratamento do imaginário, o autor retoma Lacan e Althusser⁸¹ para dizer que as evidências nas quais vive o sentido são efeitos da interpelação ideológica que, no entanto, não pode ser reconhecida pelo sujeito, uma vez que se dá *sob a forma da autonomia*. É da forma-sujeito como forma de existência histórica de qualquer sujeito que fala o filósofo francês quando trata do resultado do processo de identificação do sujeito com uma FD (que ocorre no interdiscurso no que ele nos revela da relação do sujeito com dizeres *outros*), por ele identificada com o que chama de "Ego-imaginário". Na identificação com a FD a forma-sujeito "apaga", por uma *incorporação-dissimulação*, os elementos do interdiscurso no intradiscurso, fazendo com que ele apareça como o puro já-dito. Por esse processo é que se forma a identidade do sujeito, como se fosse o resultado da identificação dele com ele mesmo, como se ela tivesse sido sempre assim, e como se o outro não fosse elemento constitutivo e decisivo desse processo.

Nessas primeiras formulações de Pêcheux sobre o imaginário ainda resistia a idéia de uma formação discursiva na qual toda diferença era marco inaugural de uma nova FD, que parecia não suportar nos seus limites a diferença. Há muito foi revista pelo próprio Pêcheux, como procuramos ressaltar nesse trabalho, essa FD

encerrada nas suas próprias fronteiras. Tomada pela contradição, ela é também reflexo daquilo que falha, daquilo que na interpelação ideológica acabou por garantir o espaço para o novo, para o diverso. A heterogeneidade das FDs é evidência do fato de que, ainda que esteja inscrito numa rede de memórias e de práticas sociais, todo discurso marca uma possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos, o que resulta na aceitação de que toda identificação é marcada pela falha. E é isso que garante que os discursos sigam a reestruturar-se, fazendo funcionar a já mencionada tensão entre a estrutura e o acontecimento. Em processo contínuo de reformulação também está a identidade do sujeito, constitutivamente oscilante.

Ao tratar da relação entre ideologia e inconsciente, citamos o trabalho de Mariani (1998) em que ela coloca o simbólico - que considera o elo de ligação entre o imaginário e o real para o sujeito - como elemento constitutivo do sujeito, aqui concebido como um efeito de linguagem. Para ela (1998, p. 88):

o simbólico está relacionado ao processo do significante do sócio-histórico na constituição do sujeito de tal forma que, posto em relação à experiência no mundo, possibilita que sentidos sejam sempre produzidos.

Para o sujeito o fato de ser ele o resultado de uma entrada no simbólico, que resulta da sua relação com a linguagem, é apagado pela evidência da identidade, pelo recobrimento da identificação-interpelação que se dá na ordem do significante, conforme já nos dizia Pêcheux em seu texto de – 1975 – (1997). Mariani (1998, p.

⁸¹ Pêcheux – 1975 – (1997, p. 163) retoma Lacan e Althusser pela designação dada a ambos “[...] do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito sujeito como interior sem exterior [...]”.

92) afirma que: “[...] há uma materialidade do inconsciente e da ideologia, e que tal materialidade se dá na e pela linguagem⁸².”

O ponto nodal da discussão é, então, a relação do sujeito com a linguagem, e o que se quer reafirmar é o papel fundamental do imaginário nesse processo de identificação do sujeito do qual resulta a identidade e, com ela, o modo particular desse sujeito de relacionar-se com a língua. O imaginário representa aqui essa série de discursos anteriores pelos quais se cria para o sujeito a imagem dessa língua, pelos quais se cria a sua própria imagem, como um espelho de dizeres outros em que o sujeito se vê refletido. O imaginário é uma matriz de dizeres que antecedem a identificação do sujeito e que se materializarão pela intervenção do simbólico tal como o entendeu Mariani (1998), é, portanto, uma forma de conhecimento, representando, para o sujeito, um saber no qual o mesmo se insere e que possibilita e determina a sua apreensão da realidade e, conseqüentemente, a sua relação com a língua.

O imaginário é, dessa forma, fundamental para a construção de um lugar para o sujeito na língua do outro, já que a inserção numa segunda língua provoca modificações nas FDs fundadoras do sujeito, aquelas resultantes da sua identificação com a língua. Tomar a palavra na língua estrangeira pressupõe a inscrição do sujeito em processos identificatórios nessa outra língua e, portanto, pressupõe a realização de movimentos que coloquem em jogo um outro imaginário. Isso se deve ao fato de que a produção de sentidos não ocorre no vazio, pressupõe o encontro de um lugar a partir do qual se dá a interpretação, pressupõe uma ancoragem para o dizer, já que não podemos negar a existência de uma história

⁸² Complementa a autora citando Henry – 1977 – (1992, p. 188): “[...] o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo do inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.”

para os sentidos, uma história social que modela, modifica, influencia, determina o modo do sujeito significar. E assim funcionará a língua estrangeira, trabalhando nas identificações do sujeito, fazendo-o reencontrar-se.

Esse recolocar-se do sujeito é possibilitado pela compreensão na AD de que trabalhamos sempre com um efeito-sujeito, um sujeito em falta, um sujeito incompleto, um sujeito historicamente constituído, marcado pelas redes de memória, pelos dizeres que o determinam e, ao mesmo tempo, pela possibilidade de que um acontecimento rompa a estrutura em que está inserido e o faça ser de novo, dizer de novo, o novo. Do que não foge, no entanto, esse sujeito, é do papel estruturante do outro e de seu discurso.

Nos desenvolvimentos mais recentes da Análise do Discurso, tanto a) no nível intradiscursivo, como b) no interdiscursivo, tem-se como eixo o papel estruturante do discurso do outro. Ele pode ser entendido: a) como discurso de um outro (interlocutor/leitor) posto em cena pelo enunciador ou como discurso do enunciador colocando-se em cena como um outro; b) como interdiscursividade que desestabiliza o lugar onde o ego se instala no dizer, onde a estratégia de seu discurso foge ao seu controle⁸³. (SERRANI-INFANTE, 1998a, p. 238).

É preciso lembrar, conforme ressaltou Serrani-Infante, que é no nível do interdiscurso que devemos entender, dentro das teorias discursivas, essa dualidade do sujeito que a alteridade representa, abordando *a problemática contraditória da relação língua(gem)-identidade* a partir da compreensão de um sujeito marcado pelo pré-construído e pelo discurso transversal. Não é demais lembrarmos, ainda, que para a AD não há uma fronteira definida entre a linguagem e sua exterioridade, entre o discurso e os elementos que o determinam, podendo-se considerar, assim, que

⁸³ Em nota de rodapé a autora faz remissão ao texto de Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*.

também a exterioridade é um efeito, efeito esse que, como disse Orlandi, *torna possível a relação discursiva real/realidade*.

A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso.(...) algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. É isto que fornece a cada sujeito "a sua 'realidade' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas". Aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. Garantia de legibilidade e de interpretação: para que nossas palavras façam sentido é preciso que (já) signifiquem. (ORLANDI, 1998, p. 39)

As noções de intra e interdiscurso são recorrentes nos textos que trabalham com o estudo/aprendizagem de segunda língua, como ocorre em *Singularidade discursiva na enunciação em segundas línguas*, texto de 2000 em que Serrani-Infante propõe-se a analisar essa questão. Apoiando-se nos conceitos de pré-construído e discurso-transverso a autora reafirma seu posicionamento não inatista do processo de aquisição da linguagem, entendendo que o ser humano: “[...] vem ao mundo sem a linguagem e ele recebe do exterior o significante, que é, a um só tempo, matéria-prima e instrumento da constituição do inconsciente do sujeito” (SERRANI-INFANTE, 2000, p. 111), aqui entendido como *posição enunciativa*. Lembrando, mais adiante, que, ainda que seja do exterior que o sujeito recebe a linguagem, não há como separar sujeito, língua e discursividade, pois: “[...] no processo de enunciar e compreender, exterior e interior são instâncias que, embora distinguíveis, nem sempre são separáveis”. (Idem, p. 117)

A autora mostra que existe uma grande preocupação, no ensino de segunda língua, com o fato do aprendiz não possuir a *materialidade de uma dada língua*, o que leva a um privilégio da dimensão lingüística no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, acaba-se por criar propostas de interação em *contextos*

des-historicizados ou que não possibilitem que a singularidade enunciativa venha à tona, o que é resultado de que é preciso primeiro adquirir estruturas para depois usá-las, ou seja, de que a *língua preexiste ao discurso*. Tal compreensão não pode ser aceita sob pena de negarmos ao discurso sua dupla materialidade, lingüística e histórica, e ao sujeito a possibilidade de que, no colocar em funcionamento a língua, ele encontre efeitos de sentido sendo produzidos.

Se o que queremos é que o sujeito seja capaz de tomar a palavra nessa outra língua é preciso oferecer-lhe mais que um código, mas também a possibilidade de produzir sentidos. A tomada da palavra não se pode dar sem uma tomada de posição, sem que esse sujeito ocupe um lugar na rede de discursos produzidos nessa outra língua, sem que ele coloque em funcionamento as redes de memória que o constituem⁸⁴ e pelas quais o mundo é por ele lido, interpretado, ressignificado. Quando entra em contato com uma segunda língua o sujeito traz aquilo que nele se inscreve juntamente com as palavras de sua primeira língua, o que Serrani-Infante chama de '*formações discursivas fundadoras*', e, desse modo é essa 'estrutura' que trazemos da língua materna que se verá abalada a partir do contato com outra língua, é a nossa crença na transparência que se verá relativizada, é a impossibilidade de colarmos língua e realidade que passaremos a encontrar, são os olhos do outro, pois

A aprendizagem de segunda(s) língua(s) solicita os fundamentos da estruturação psíquica do sujeito e o que é instrumento e matéria dessa estruturação: a língua materna. [...] Mas essa estrutura - por ser singular - não deixa de estar inscrita numa rede de memórias discursivas, nas quais posições particulares resultam de relações contraditórias de poder e sentido, num determinado contexto sócio-histórico. [...] Como se vê, na enunciação em segundas línguas trata-se de muito mais do que uma questão de formas lingüísticas e

⁸⁴ Serrani-Infante (2000, p. 118) dirá que na aprendizagem de uma língua estrangeira há sempre um momento em que se recorrerá de forma mais evidente à *operação de nomeação*, mas ela é sempre, **simultaneamente**, uma *predicação*, um modo de situar aquilo que está sendo nomeado numa rede de valores e sentidos que, da perspectiva da *Análise de Discurso*, é entendida como rede de *formações discursivas*.

funções. Trata-se do sujeito e sua singularidade contraditória posta em questão pelo encontro com segundas línguas. (SERRANI-INFANTE, 2000, p. 118)

Há um poder desestruturante na língua estrangeira que obriga o sujeito a recolocar-se, a "reinventar-se" no contato com a língua do outro. É preciso, então, olhar para o aprendiz como um ser cheio de palavras, como um ser em línguas, como um sujeito cuja identidade está para ser relativizada e que encontra definitivamente o outro em si, já que mais do que nunca a palavra agora vem do outro, ou como dizia Bakhtin (1981, p. 176): "[...] ele a recebe da voz do outro e repleta de voz de outro". Então não é só o código que ele recebe, é a língua, é a linguagem, é a historicidade, é um modo diverso de produzir sentidos, é o estranho, o desconhecido no qual ele terá que encontrar um lugar, galgar um espaço, forjar uma voz. E para nós resta a difícil tarefa de encontrar caminhos para devolver ao ensino de língua estrangeira a sua complexidade...

4.2 No abandono da transparência e na consideração da relação entre sujeito e língua, um caminho para o ensino de segunda língua

*...sabemos que la relación con otras lenguas no es algo que tiene que ver sólo con nosotros y los demás (...). Esa relación movilizará también lo que de los demás hay **en** nosotros...* (SERRANI-INFANTE, 2001, p. 54)

Acreditamos que o primeiro passo para uma mudança na consideração dos processos de ensino/aprendizagem de língua estrangeira se tenha dado a partir da consideração de uma língua que, não mais transparente, comporta a opacidade e o equívoco. Já não nos permitimos desejar, para os movimentos da linguagem, uma limpeza pela qual se livre a língua dessas incômodas falhas que, no colocá-la em funcionamento, acabam por provocar ruídos. Temos um real da língua colocando-nos diante da impossibilidade de tudo dizermos, temos um real da história instaurando a contradição como elemento constitutivo desse processo, e, desse modo, passamos a olhar para a ordem da língua, e não para a sua organização, concebendo que estamos diante de uma forma material, de uma língua que sofre a intervenção da história, movimento pelo qual se produz o sentido.

Esse deslocamento não se poderia realizar sem que se retirasse o sujeito de seu lugar central, de sua posição de dominador da língua e de um sentido colocado como evidência. Se o sentido é produzido pela intervenção da história, se a história é uma ciência da interpretação e se o *gesto de interpretação é o lugar da relação do sujeito com a língua* (ORLANDI, 1998, p.46) nada mais propício do que se considerar para o discurso um sujeito que é produto de sua relação com a linguagem, que fala a partir de uma série de já-ditos que o antecedem e a partir dos quais constrói sua maneira de intervir nos processos discursivos e de compreendê-los.

Esse sujeito afetado pela historicidade, que se constrói antes mesmo da formulação do enunciado, não é, no entanto, um sujeito dominado. Conscientes do afrouxamento dos limites de uma formação discursiva, que só pode ser concebida

em sua heterogeneidade, como já esclarecemos anteriormente e como bem o fez Pêcheux em seus trabalhos, aproveitamo-nos da falha que marca a interpelação ideológica a fim de abriremos espaços para a instauração de novos dizeres, de outros efeitos de sentido a partir dessa inscrição do sujeito numa rede de discursos. Assim, busca-se um sujeito que, constituindo-se pelo olhar e o dizer do outro, é capaz de tomar a palavra⁸⁵.

Uma concepção puramente instrumental da língua deixa de ser aceita, pois de instrumento de comunicação, ela passa a ser elemento da constituição de um sujeito afetado pelo inconsciente, atravessado pela ideologia, marcado por uma memória, inserido numa rede de discursos, ligado à historicidade, que não pode ser, portanto, origem de uma fala intencional. O histórico e o social estão constitutivamente inseridos na língua e nos movimentos que por ela se realizam. Não insere-se, então, o social no discurso para "melhor" explicá-lo, a produção de um discurso é sempre um ato social e, portanto, social e lingüístico são uma construção conjunta, o que nos leva a crer que línguas diferentes possuem modos distintos de produzir efeitos de sentido. O contato com a língua estrangeira não é, desse modo, simplesmente o contato com uma estrutura, com uma organização, com uma série de regras novas a

⁸⁵ Recentemente ouvi uma fala do professor Walmir Thomazi Cardoso, mestre em história da ciência pela PUC de São Paulo, sobre valores humanos na educação, durante um seminário promovido pelos cursos de Letras e Pedagogia do Núcleo Universitário de Nova Prata - NUPRA/UCS. O caminho que percorreu o professor foi o de buscar nas estrelas, ou seja, na astronomia, um espelho para as relações humanas. Afirmou que todos nós, produtos de átomos de carbono, não somos mais do que partículas de uma gigantesca estrela e, com tais, ínfimos cacos desse todo, fragmentado, disperso, múltiplo. Cada sujeito se reconhece nos olhos do outro, que o enxerga, que o reflete, que lhe pode dar a dimensão exata de seu brilho, assim como a escura lua que brilha porque é capaz de refletir os raios do sol. No entanto, em nossa imensa igualdade, cada um de nós pode encontrar uma identidade, única, inconfundível, mas que nem por isso deixa de revelar o que trazemos do outro, porque não vive senão na multiplicidade. O professor Cardoso deu uma aula sobre as constelações, mostrando que ao olhar para o céu o homem o transforma em tela na qual pinta sua cultura, seu conhecimento, na qual imprime seu olhar sobre o universo e os movimentos que dele fazem parte. Se o que vejo é a constelação de escorpião ou uma grande jararaca, isso não diz sobre minha capacidade de ler a disposição das estrelas, mas sobre a sociedade da qual sou parte e resultado. Portanto, entender como os homens olham as estrelas é entender que o sujeito e sua forma de compreender o mundo são criações sociais, que seus mitos refletem, que sua literatura traduz, que sua língua carrega, e que nos mostram que é no múltiplo que está a riqueza, e que aceitar o outro e o seu olhar diverso é redescobrir-se.

serem assimiladas e reorganizadas para que se possa dizer o que se quer dizer, é o contato com o outro, com o estrangeiro, com aquele que é capaz de perturbar as estruturas que o sujeito havia criado na sua língua materna, é o contato com o que perturba, com o que questiona, com o sentido que se desloca, com a palavra que se descola da realidade, é o choque com o real.

Um desassossego. É isso que provocará a língua estrangeira, uma retirada do sujeito de seu espaço (organizado e transparente) para colocá-lo nesse desconhecido terreno com o qual ele terá que identificar-se. Serrani-Infante (1998b) afirma que agenciamos significantes ao falar, e é nessa tentativa de inserir o significante no real que se dará o processo de identificação do sujeito com a segunda língua, que acaba por movimentar redes de memória, já que tomar a palavra para o sujeito significa, inevitavelmente, assumir um lugar, identificar-se com uma posição de sujeito que passará a ocupar e a partir da qual produzirá discursos⁸⁶, evitando que a fala construída por ele nessa língua do outro seja a simples reprodução de um acúmulo de frases feitas em que ele imita o outro, mas não se assume como sujeito nessa língua.

Esse efeito desestabilizador que o contato com a segunda língua provoca resulta de uma necessidade de reconhecermos o novo a partir de construções já há muito sedimentadas, o que é resultado do fato de sermos sujeitos pela nossa inscrição em um universo discursivo específico, sustentado pela materialidade que a língua representa, no caso, a língua materna. Isso significa que não chegamos à

⁸⁶ A autora fala em dois tipos de identificação que podem ser estudados a partir da consideração da alteridade e da interdiscurividade: (1) a imaginária, cujos componentes são a imagem e o eu e pela qual o mundo exterior é percebido a partir de uma série de imagens que se inscrevem em nosso inconsciente; e (2) a simbólica, cujos componentes são o sujeito do inconsciente e o significante, e que *designa a produção* desse sujeito que é efeito de linguagem. (SERRANI-INFANTE, 1998b, p. 254-255).

língua estrangeira como páginas em branco, mas como sujeitos marcados pelo interdiscurso, pela historicidade que nos constitui.

Quando nos encontramos com a língua do outro trazemos na bagagem uma identidade lingüístico-cultural, imaginários sociais discursivamente produzidos e que irão reestruturar-se. Se no processo de tomar a palavra nessa língua vamos (re)produzir uma série de estereótipos, fazendo com que imagens idealizadas apareçam na linearidade do nosso dizer, não estará menos marcada, essa nossa enunciação, pelo questionamento de nossa própria identidade, que sempre se constitui no confronto com o outro. Tal questionamento decorre do encontro com esse universo do outro empurrando-nos para o novo, o desconhecido, o inusitado, ao mesmo tempo em que faz com que mobilizemos toda uma gama de saberes já construídos - se estamos em confronto constante com o outro na formação de nossa identidade, o contato com outra língua, estrangeira, e, conseqüentemente, outra cultura, outra história, outros processos discursivos, é, antes de mais nada, um processo de (re)conhecimento. Uma língua é, entre outras, um modo particular de produzir equívocos, disse-nos Milner, uma língua é, assim, uma forma particular de produzir sentidos, o que faz com que encontremos, ao entrarmos em outra língua, novas formas de atravessamento da história nos processos de linguagem, outras posições de sujeito a seres ocupadas, outros discursos sendo produzidos, a possibilidade de outros sentidos, algumas vezes, para nós mesmos.

“Falar do outro significa postular sua presença na constituição de todo e qualquer discurso e, conseqüentemente, a ideologia como constitutiva das relações sociais”, afirma Coracini (1997), ao falar sobre a heterogeneidade, o dialogismo e a alteridade que, guardadas as diferenças de sua compreensão, funcionam basicamente como pontos de partida para o questionamento da unicidade do dizer.

A autora, a partir de uma reflexão teórica com base nessa tríade conceitual, questiona o que chama de *escamoteação da heterogeneidade*, por ela analisada no universo discursivo da lingüística aplicada e da sala de aula⁸⁷. Reconhecer a heterogeneidade implica aceitar que há sempre um espaço, nos movimentos da linguagem, para as falhas, os desvios, as contradições. Isso porque não foge o discurso dos efeitos da interpelação ideológica do sujeito, também ela falha, e que por ser assim traz para o interior da FD a contradição, colocando-nos diante de efeitos de sentido moventes, propícios a sempre tornarem-se outros.

Nessa nossa tarefa de "ensinar", buscamos de forma incansável o "aperfeiçoamento" de nossas técnicas, criando, perigosamente, uma imagem idealizada do que seja o bom professor (que também está relacionada com momento histórico que se vive, com a teoria em voga, o 'discurso' mais popular...) , perigosa imagem para a qual alerta Coracini. Segundo ela, é preciso assumir a possibilidade de conflito, de discordância sem fazer disso um problema a ser solucionado. Se queremos considerar o diverso em nossa prática pedagógica é preciso que respeitemos as diferenças dos aprendizes, aprendendo

[...] por que seus alunos aprendem em momentos diferentes, de maneiras diferentes, fazendo relações diferentes e compreendendo de maneiras diferentes aquilo que, para o professor, deveria ser passível de uma única compreensão. (CORACINI, 1997, p. 58).

O que é ainda mais urgente no processo de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira, já que, como vimos no capítulo anterior, aprender a ouvir as dificuldades específicas dos aprendizes numa sala de aula de língua estrangeira é saber reconhecer que o sujeito talvez não esteja preparado para esse

⁸⁷ Consideramos necessário ressaltar que foge aos objetivos desse trabalho uma discussão pormenorizada dos problemas apontados pelo texto de Coracini, onde as questões acima citadas são tratadas com detalhe. Ocupamos, simplesmente, de aproveitar dessa produção os pontos que poderiam melhor encaminhar nossa discussão.

estranhamento que a entrada em outro universo de discursos exige, não esteja preparado para questionar a organização de seu universo.

É quase impossível, no entanto, livrarmo-nos, seres incompletos, do desejo da completude, que não deixa de ser um desejo de perfeição e de unicidade. Mas também não podemos apagar a heterogeneidade, nem acomodarmo-nos na consideração de que ela signifique *desordem* - e que, enquanto tal, possa (deva) ser controlada. É a heterogeneidade *que torna complexo o que parece simples, múltiplo, o que parece uno, conflitante, o que parece controlável, pela razão ou pela ciência.* (Idem, 60), sendo uma forma de simplificar tudo isso a nossa perseguição ao homogêneo⁸⁸ (à resposta pronta, à leitura correta, à melhor forma de dizer, ao óbvio sentido,...).

Um dos estudos de Serrani-Infante (2001), em que se busca a compreensão dessa diversidade que a língua espanhola comporta, opera com a noção de *ressonância discursiva*, que ocorre quando, pela repetição de marcas lingüístico-discursivas, um sentido predominante tenta delinear-se. Trabalha-se no nível da paráfrase, que acaba por nos remeter à atualização das redes de memórias, ao retorno a uma FD constitutivamente heterogênea e contraditória, lugar de regularização de enunciados produzidos em diferentes domínios do saber.

Operando con las nociones de resonancia y formación discursiva, observamos heterogeneidades enunciativas y dominancias tanto en lenguas diferentes como en el seno de una misma lengua, de una misma clase o grupo social. El predominio de determinadas formaciones discursivas se entiende como indicio de identificaciones subjetivo-discursivas (inconscientes e ideológicas) cuya sedimentación participa en las representaciones discursivas de lo que se caracteriza como identidad cultural. (SERRANI-INFANTE, 2001, p. 51).

Essa investigação feita por Serrani-Infante tem na sua base a compreensão de que os modos de enunciar são *marcas de regularidades enunciativas e memórias discursivas* que, conforme afirmamos anteriormente, são responsáveis pela direção que tomam os processos de produção e compreensão empreendidos pelo sujeito. Tais *marcas*, dirá ainda a autora: “[...] integram a constituição subjetiva, ideológica e cultural desse sujeito”. (SERRANI-INFANTE, 2001, p. 52).

A proposta é olhar para intra e interdiscuso como níveis interligados na produção do discurso e que nos podem oferecer, a partir de pistas colhidas na linearidade do dizer, o que ele deixa entrever de sua alteridade enunciativa, da polifonia que o constitui, estabelecendo-se assim um caminho que vai do estudo da *produção lingüístico-discursiva* para a compreensão do modo como se realiza a *construção/interpretação social de sentidos* (SERRANI-INFANTE, 2001, p. 53). Esse tipo de análise, diz Serrani-Infante, abre possibilidades de observação sobre os *modos predominantes de enunciar/ler* de aprendizes e professores.

O que nos parece fundamental no trabalho da autora sobre as ressonâncias discursivas é essa possibilidade de, pela observação do intradiscurso e das marcas nele contidas, encontrar indícios do modo como se realiza o processo de produção da leitura. Não é demais aqui um retorno ao texto de Orlandi (1996, p. 195-196) em que ela afirma que considerar o processo de produção da leitura é trabalhar com a incompletude do texto, espaço da discursividade que, segundo afirma a autora, *não é o lugar de informações - completas ou a serem preenchidas - mas é processo de significação, lugar de sentidos*. A leitura é uma prática que coloca em contato sujeito e sentido, lemos para buscar no texto o modo como lingüísticamente a

⁸⁸ *Nessa medida, a tendência à homogeneização não seria privilégio da Lingüística Aplicada nem da aula de línguas, mas de toda e qualquer ciência, de toda e qualquer formação discursiva, onde a regra convive com o heterogêneo, o poder, com a resistência, numa relação de conflitos e contradições.* (CORACINI, 1997, 61)

discursividade se organiza. Ao lermos não encontramos uma verdade que nos poderia dar a interpretação do texto, a chave dos sentidos; ao lermos, produzimos sentidos.

Sobre essa leitura que não é encontro com sentidos, mas produção de, já falava Barthes (1987) quando propôs desvincular o texto literário definitivamente das amarras da intencionalidade do autor para trabalhar com o que do texto poderia resultar como leitura. Para ele existe uma lógica da leitura que não é jamais a da canalização, a do encaminhamento do leitor para um desfecho, para um sentido, mas sim a da dispersão. Nesse processo, disse ele,

[...] com a lógica da razão (que faz com que a história seja legível) mistura-se uma lógica do símbolo. Esta lógica não é dedutiva, mas associativa: ela associa ao texto (a cada uma das suas frases) **outras** idéias, **outras** imagens, **outras** significações. (BARTHES, 1987, p. 28).

O texto pelo texto, sozinho, diz o autor, não existe, não é possível de ser encontrado porque ele traz, sempre, um *suplemento de sentido, de que nem o dicionário nem a gramática são capazes de dar conta*. E se essa leitura não pode ser contida pelos limites do texto, tampouco é concedida à subjetividade de um leitor dominador dos sentidos, derivando, segundo ele, de formas *transindividuais*. Ou seja, a leitura é um jogo que respeita regras anteriores ao sujeito, anteriores ao próprio texto.

O que nos propõe Orlandi (1999) para essa trajetória de produção de sentidos que é a leitura, também ela atravessada por essa memória, esse domínio do saber que antecede todo discurso, todo sujeito, é que distingamos inteligibilidade,

interpretação e compreensão⁸⁹ para afirmar a necessidade de que consigamos compreender (necessariamente passando pelos dois processos anteriores) como se dá o processo de atribuição de sentidos para um texto e, conseqüentemente, como as representações dominantes acabam por construir-se para esse sujeito-leitor. Assim, sair da "conferência" daquilo que o aluno entendeu do conteúdo explícito do texto lido e partir para a compreensão do modo como a leitura é produzida por esse sujeito é, para Serrani-Infante (2001, p. 55): "um caminho que pode⁹⁰ favorecer a compreensão e enunciação de perspectivas de sentido, a tomada de posições enunciativo-discursivas em 'lengua meta'".

Nossa identificação com o trabalho de Serrani-Infante vai, no entanto, muito além da contribuição teórica inegável que ele nos traz. O que nos liga de forma irremediável a essa produção é certeza de que as disciplinas de língua estrangeira tenham um papel importante a desempenhar na *formação educativa integral das pessoas*. Dizemos isso porque acreditamos firmemente que o contato com a língua estrangeira, por seu efeito desestabilizador, por colocar o sujeito diante da opacidade da língua, de seu real, por exigir desse sujeito-aprendiz um repensar sua identidade, por instaurar o *outro*, possui uma dimensão muito maior do que a ele é consagrada. Comumente tomada como um momento de pura instrumentalização, no qual habilidades comunicativas são desenvolvidas, a aprendizagem de uma língua estrangeira pode ser um momento rico de reflexões para o sujeito, de questionamentos sobre os processos históricos que o cercam, sobre os discursos

⁸⁹ "A inteligibilidade refere o sentido à língua [...]. A interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato. [...] No entanto, a compreensão é muito mais do que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico produz sentidos". (ORLANDI, 1999, p. 26).

⁹⁰ Digo que "puede" favorecer y no afirmo categóricamente que "favorecerá" porque la última palabra la tendrá el próprio sujeto de enunciación, con su deseo inconsciente de significar o no en otra lengua. Esto está relacionado a estarse listo o no para la experiencia del extrañamiento. (SERRANI-INFANTE, 2001, p. 55).

que o cercam, sobre a sua relação com esses processos, com esses discursos, com a história, com a língua, com os sentidos.

Colocados no universo do real da língua, no universo da heterogeneidade, da alteridade, nos encontramos com um discurso habitado inevitavelmente pelo discurso do outro, um imã unindo o lingüístico e o social. Tais considerações nos remetem novamente aos estudos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade e o retorno por ela feito aos textos de Bakhtin na busca de precisar conceitos como dialogismo, plurilinguismo e polifonia.

A teoria bakhtiniana, historicamente fundamentada, que volta-se muito para as questões de literatura e estética, oferece uma valiosa contribuição aos estudos de linguagem ao dar, pela perspectiva dialógica, um lugar ao outro.

Ce qui se dit de façon insistante à travers ce réseau d'oppositions c'est la place donée à l'autre dans la perspective dialogique, **mais un autre qui n'est ni le double d'un face à face, ni même le 'différent', mais un autre que traverse constitutivement l'un.** C'est ce qui est le principe fondateur - ou qui devrait être reconnu comme tel - de la subjectivité, de la critique littéraire, des sciences humaines en général, etc. (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 103, grifo nosso)

Interessa-se Bakhtin, no caminho que traça rumo à articulação do lingüístico com o extralingüístico, pela língua viva, em movimento, e não a língua objeto da lingüística, uma vez que não vê na lingüística espaço em que seja possível abrigar o dialogismo, e é por isso que ele vai ao discurso. Disse o autor:

As relações dialógicas [...] são extralingüísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem vive apenas na comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. (BAKHTIN, 1981, p. 158)

Ao falar sobre o plurilingüismo, por exemplo, demonstra que as variantes sociais de uma língua não coexistem na forma de uma justaposição estática,

havendo sim uma imbricação que reforça seu traço instável e dinâmico. Para ele, as linguagens do plurilingüismo devem ser vistas como pontos de vista específicos sobre o mundo, assim como devemos compreender que o reconhecimento dessa função essencialmente dialógica do discurso é, de algum modo, um jogo, um recurso ideológico: “[...] le ‘dogmatisme linguistique’ tend à ne reconnaître qu’une pratique et à l’imposer comme ‘la’ langue. S’appuyant sur et cultivant la ‘naïveté verbale’, la monologisation est porteuse des intérêts des couches dominantes [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 107). Segundo Bakhtin, a dialogização dos textos literários é representativa de uma sociedade em movimento, que recusa-se ao imobilismo e reage diante da situação que lhe é imposta buscando vozes que digam sobre sua insatisfação, que dela sejam corporificação; o que faria da prosa literária uma espécie de filtro social e histórico.

Para as palavras também há uma existência social, o que nos impossibilita de compreender uma palavra sem que a enviemos ao seu contexto. As palavras estão ocupadas, atravessadas por discursos⁹¹ e sua movimentação para um outro lugar, diferente daquele em que foi forjada, implica a produção de novos efeitos de sentido. Isso tudo faz com que o dialogismo apareça como uma condição de constituição do sentido, sendo os outros discursos, inevitavelmente, exteriores constitutivos, ou seja, o discurso *outro*⁹² está no discurso, não se agrega a ele, mas forma parte dessa “unidade”.

Por tudo isso queremos buscar a literatura como um lugar de criação de espaços para a tomada da palavra pelo sujeito. Se o texto literário consegue funcionar como esse filtro social é porque nele processos discursivos muito diversos

⁹¹Nos parece necessário explicitarmos que não estamos passando mais do que brevemente sobre essas discussões, tratadas com minúcia nos textos de de Bakhtin (1981 e 2002) e Authier-Revuz (1982).

acabam por representar-se. Buscar o texto literário produzido nessa outra língua/cultura, então, como objeto de leitura (aqui entendida como prática), de pesquisa, de estudo, de discussão pode proporcionar para o aprendiz de língua estrangeira a oportunidade de encontrar, no contato com essa produção socio-cultural, um momento de reflexão, de tomada de posição e, conseqüentemente, longe da artificialidade dos forçados diálogos que costumamos travar nas salas de aula de língua estrangeira, de tomada da palavra. Lemos para produzir sentidos, lemos para encontrar discursividades, lemos o texto literário como o lugar no qual se materializam práticas sociais e, desse modo, somos chamados a assumir um lugar a partir do qual falaremos sobre essa leitura, deixando entrever como a construímos, deixando entrever como nós produzimos sentidos, como compreendemos.

Não bastasse isso, ainda temos que levar em conta a questão do imaginário e de sua constituição para o sujeito como lugar de mediação do seu encontro com a língua, considerando também que língua e identidade estão irremediavelmente ligadas entre si e com o imaginário que produz para o sujeito a possibilidade de identificação. Disse Orlandi (1990, p. 162-163) ao falar sobre os índios Pataxós no Brasil e seus bens perdidos, entre eles a língua, que:

Como, no Brasil, a língua atesta a identidade e, para o índio, o direito à terra, pode-se compreender a ambigüidade da noção de língua no processo identitário: voltada para o **interior** do próprio grupo, é um dos **princípios** da sua identidade; para o **exterior**, na relação de contato, é um dos **documentos** que o identificam.

Atesta-se, assim, mais uma vez, o fato de sermos seres de linguagem, o fato de termos com a língua essa tensa relação, esse caso de *amor*. Confirmarmos, ainda, que há para o sujeito a presença constante de um outro que o atravessa,

⁹² O *outro* é uma presença inevitável, necessária e, muitas vezes, determinante para o dizer na teoria de Bakhtin e sua formulação do dialogismo, não sendo nunca objeto exterior.

sujeito cindido, também, pela incompletude. Incompleto é, então, o sujeito; assim como irremediavelmente incompleta é a sua identidade, a qual sofre a ameaça constante de uma reestruturação que os processos de identificação - determinados pelo imaginário enquanto um saber anterior, forma de conhecimento que media sua relação com o exterior e a linguagem - pelos quais passa esse sujeito, lhe venham a exigir. E se a incompletude é condição de existência do sujeito, que persegue de forma incansável o seu desejo de unidade, de ser completo, isso não é diferente para a literatura. Declarou Calvino (1990, p. 91) que *a obra verdadeira consiste não em sua forma definitiva* (que parece nunca ser definitiva, uma vez que, como bem atestou Barthes, não cabe ao autor a atribuição de colocar o ponto final) *mas na série de aproximações para atingi-la*, assim como nossa impossível verdade, sempre apreendida em partes, como a identidade do sujeito, sempre passível de fragmentar-se, assim como a língua em seu não-todo, guardando sempre um impossível, assim como a certa palavra, nunca mais do que aproximação da coisa desejada⁹³.

Da mesma forma que depõe a favor da incompletude, das linguagens plurais, das diversas vozes, dos muitos olhares, a literatura é o lugar da concretização da multiplicidade, do novo, do reorganizado. Calvino, ao chamar o reconhecimento e o exercícios da multiplicidade como um dos movimentos a serem recuperados pela escritura, pelo próximo milênio, pelos homens, diz que cada um de nós é: “[...] uma combinatória de experiências, de informações de leituras, de imaginações, enfim, uma biblioteca [...] onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis”. (CALVINO, 1990, p. 138). E será que não podemos dizer que essa combinatória é o imaginário, esse todo anterior, interior e exterior que

⁹³ Essa "maldição" da eterna aproximação, que não é nunca o encontro com o todo, parece que bem o experimentam os tradutores, senhores das notas de rodapé, como comprovou MITTMANN, S. *O processo*

constrói para cada sujeito um caminho de leitura e interpretação, que lhe permite tomar um lugar e ser, só então, sujeito do seu discurso. Para Barthes não se pode fugir do fato de que toda enunciação pede um sujeito, expresse-se ele direta ou indiretamente, assuma ele esse dizer ou recorra à impessoalidade a fim de forjar uma suposta objetividade para seu discurso⁹⁴, recursos que, para o autor, são

[...] ilusões puramente gramaticais, variando simplesmente o modo como o sujeito se constitui no discursivo, quer dizer, como se dá, teatral ou fantasmaticamente, aos outros; designam pois todos eles formas do imaginário. (Barthes, 1987, p. 16)

Também a literatura parece cada vez mais ocupar-se das questões do imaginário. Em *A imaginação simbólica*, Durand (2000) trabalha na busca de tirar os termos relativos ao imaginário de uma certa confusão que reina, segundo ele, na sua utilização, buscando precisar noções como a de signo e alegoria. Nesse percurso irá dizer que estamos diante da imaginação simbólica quando: “[...] o significado não é de modo algum apresentável e o signo só pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível.” (DURAND, 2000, p. 10). Para ele o signo evoca algo de ausente e possui, além do caráter centrífugo comum à alegoria - que é tradução de algo cuja complexidade não permite a simplificação dos signos "arbitrários"- , um caráter centrípeto. “O símbolo é, como a alegoria, recondução do sensível, do figurado ao significado, mas é também, pela própria natureza do significado, inacessível, epifania, isto é, aparição através do e no significante, do indizível”. (DURAND, 2000, p. 11)

O que nos parece interessante na análise do autor sobre o símbolo é o caráter aglutinador de sentidos divergentes e até antagônicos que esse lhe atribui,

tradutório: uma reflexão à luz da Análise do Discurso. 1999. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) - Programa de Pós-graduação em Letras, UFRGS, 1999.

dizendo que o símbolo⁹⁵ possui uma metade visível e uma outra invisível/indizível. Para Durand, há uma flexibilidade no simbolismo que responde, ao mesmo tempo, ao que nele está ligado ao significante (que se repete para que seja possível a sua concretização) e ao significado (que se repete para que sua aparição ganhe existência, firme-se no universo de sentidos): “[...] é através do poder de repetição que o símbolo preenche indefinidamente a sua inadequação fundamental” (DURAND, 2000, p. 13), uma repetição *aperfeiçoante* que se dá por meio da acumulação de aproximações. E aí retornam as aproximações, antes lidas nas palavras de Calvino, como se o movimento em busca da coisa, da palavra, do sentido, fosse sempre um caminho de aproximações, o caminho da incompletude, do impossível de tudo dizer, comprovado por essa busca da completude, do todo, prova maior da incompleta existência do ser, da incompleta linguagem.

Isso anunciou Milner – 1978 – (1987, p. 18-23) ao dizer que o sujeito quando encontra o real precisa também encontrar um modo de representá-lo, vivendo o conflito da impossibilidade de ter uma forma para preencher essa lacuna que o não representável nele provoca, o que não deixa de ser uma exigência do imaginário, já que o sujeito não pode apreender o real por si mesmo.

Assim, segundo Milner, duas condições são criadas, de que haja o repetível, no caso a escrita, e de que esse repetível faça rede, portanto que a escrita adquira, como diz, a consistência do representável. Essa formulação de Milner nos leva para a relação entre estrutura e acontecimento, possibilitando que pensemos a estrutura como esse repetível que fez rede e, momentaneamente acomodada nas sua repetibilidade, espera que um acontecimento venha romper o ciclo, instaure uma

⁹⁴ Objetividade que, segundo Barthes (1987, p. 16): “[...] ao nível do discurso [...] é um imaginário como qualquer outro”.

nova forma de representação, um novo dizer que vai reformular e de alguma forma relativizar o anterior.

A literatura não deixa ser parte dessa tentativa de apreender o real, de representá-lo, porque trabalha justamente no lugar em que se permite à língua fugir das amarras de sua representação; podendo ser, ao mesmo tempo, concretização de um imaginário social já sedimentado para o qual é preciso dar voz, como diz Bakhtin, e, assim, estrutura; ou a representação daquilo que ainda está latente, desse imaginário que se molda, que espera o tempo de intervir como acontecimento para romper o círculo de continuidade que a estrutura instaurou, antecipando o que ainda está por vir.

E outra vez voltamos ao imaginário, considerado por Durand (2000, p. 74) como função do equilíbrio antropológico, uma vez que é impossível distinguir no imaginário o consciente racional de outros fenômenos psíquicos e, em particular, *das franjas subconscientes do imaginário*. O que nos parece é que Durand, ainda que não fale explicitamente dessa relação, concebe para o imaginário uma dupla formação, ideológica e inconsciente, já que o entende como um fator de equilíbrio psicossocial. O imaginário comportaria universos antagônicos que se unem não numa síntese, mas num sistema. Tal ligação se materializa, para Durand, na narrativa, ou seja, pela linguagem, pela língua, pelo discurso no qual são postos em relação e se arranjam, sem que isso signifique uma fusão.

Ainda que não haja uma clara separação entre o conceito de imaginário e o de imaginação no texto de Durand, é possível perceber que não há uma indistinção entre esses conceitos, ficando o imaginário no lugar dessas construções anteriores, que dizem respeito ao histórico e ao social, ao inconsciente e ao ideológico, ao

⁹⁵ “A cultura aparece-nos cada vez mais como um sistema de símbolos, [...] e a cultura, sob todos os seus

cultural que de alguma forma o determinam, fazendo com que ele construa para o sujeito um trajeto de interpretações e venha a confirmar o fato de ser o sentido uma produção, pois, como diz o autor ao falar dos símbolos: “[...] o sentido próprio é apenas um caso particular do sentido figurado, isto é, é apenas um símbolo restrito.” (DURAND, 2000, p. 75), ou, como poderíamos dizer, o efeito de sentido que foi capaz de se produzir naquele momento específico, que foi capaz de apreender aquele sujeito a partir de suas formações discursivas fundadoras.

Também Calvino (1990, p. 97-103), ainda que não faça uma distinção clara entre os conceitos de imaginário e imaginação (o que parece ser comum nas investigações sobre literatura⁹⁶), traz uma contribuição importante para pensarmos o imaginário. *A imaginação é um lugar dentro do qual chove*, diz o escritor ao iniciar sua especulação sobre a visibilidade, perguntando-se mais tarde *de onde provêm as imagens que "chovem" na fantasia*, resposta que dará retomando os conceitos de inconsciente individual e coletivo, lugares, segundo ele, aos quais estão ligados essas imagens, lugares nos quais elas se formam. Esses processos a partir dos quais originam-se as imagens não podem, no entanto, ser dominados pelo sujeito, que sobre eles não tem controle. Esse imaginário, que possui um tanto de determinação cultural, concretiza-se pela língua, como denuncia poeticamente Calvino (1990, p. 114) em sua defesa do texto literário:

Seja como for, todas as ‘realidades’ e as ‘fantasias’ só podem tomar forma através da escrita, na qual exterioridade e interioridade, mundo e ego, experiência e fantasia aparecem compostos pela mesma matéria verbal; as visões polimorfos obtidas através dos olhos e da alma encontram-se contidas nas linhas uniformes de caracteres minúsculos ou maiúsculos, de pontos, vírgulas, de parênteses; páginas inteiras de sinais alinhados, encostados uns aos outros

aspectos, é uma língua”. (Ibid., p. 20)

⁹⁶ Não nos ocuparemos nesse momento de distinguir imaginário e imaginação, ainda que seja necessário reafirmarmos nossa opção pelo conceito de imaginário e o que ele nos traz da relação do sujeito com o inconsciente, a história e a língua.

como grãos de areia, representando o espetáculo variegado do mundo numa superfície sempre igual e diversa, como as dunas impelidas pelo vento do deserto.

“Não atingimos nunca um estado em que o homem estivesse separado da linguagem”, disse Barthes (1987, p. 20), porque ela é constitutiva do ser e, conseqüentemente, jamais *simples instrumento, utilitário ou decorativo*. É necessário, portanto, assumirmos o papel da língua na formação da identidade do sujeito, e quando fazemos isso, e quando entendemos que há uma historicidade que é constitutiva da língua e que, desse modo, trabalhar com a língua é trabalhar com o que no sujeito diz respeito tanto ao que toca aos processos ideológicos quanto ao que remete ao seu inconsciente, reconhecemos que o ensino de uma outra língua não pode ser visto sob um prisma meramente didático, fazendo com que essa língua outra venha a ocupar um espaço vazio, um espaço de desconhecimento que será preenchido mediante a aquisição de vocabulário e regras de uso. Não se quer mais a pura assimilação de uma língua e, dessa forma, não se pode fazer do ensino um processo de estudo e reprodução de fragmentos de discurso.

Não é mais o vocabulário um resumo da língua, e portanto não é sua apreensão a chave do conhecimento da mesma. A língua perde os limites da gramática e invade os espaços da história, da ideologia e do imaginário que, como afirmamos no capítulo anterior ao citar Orlandi (1990), é o responsável por mediar a nossa relação com essa língua. Esse imaginário é também uma construção, resultado da mobilização de uma matriz de sentidos pela qual se forma para o sujeito a imagem da língua com a qual se relaciona. Ensinar-nos a desqualificar a língua indígena a favor da ilustre língua portuguesa, ensinar-nos a pensar em 'uma' língua portuguesa forjando a unidade da brasileira nação, e assim vamos

amenizando as diferenças, abafando a historicidade que pede incessantemente para vir à tona na consideração das regionalidades de nossa língua, das desigualdades sociais que nossos dialetos representam, da distância que vamos tomando da européia língua portuguesa e, aculturados, esquecemos que a língua que falamos é resultado de uma série de processos históricos, sociais e políticos que a fizeram como ela é e não de outra forma. Isso não é diferente quando somos colocados numa situação de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, quando geralmente a língua, tomada como um código a ser apreendido, apresenta-se pronta e limpa para o sujeito aprendiz, que esquece-se que ela também tem uma história para contar, uma história que conta. Além disso há o por que estudar essa língua e não outra? Por que, em nosso caso, estudar o espanhol? Se nos propusermos a responder a questão iremos recorrer a uma série de estereótipos que são reveladores do caminho que nos leva até essa língua, caminho esse que pode fazer toda a diferença.

A proposta então é que assumamos a historicidade da língua que nos propusemos a estudar e passemos a observá-la a partir dos discursos que nessa língua dizem sobre quem a fala, sobre o que eles falam, sobre o porquê de falar assim e não de outra forma, sobre o porquê de falar sobre o que falam e não de outras coisas. E por isso o texto literário, porque é ele também um lugar de materialização de um imaginário social; e por isso a leitura tal como a entende a AD, porque ela é o lugar da produção de sentidos, e porque no encontro do sujeito, lendo para produzir sentidos, com um texto em que um imaginário socialmente produzido está representado, acreditamos ser possível a tomada da palavra, a inscrição desse sujeito aprendiz numa rede de discursos com os quais ele vai identificar-se para produzir sentidos para aquilo que diz.

Não bastasse isso, ainda é necessário levar-se em conta o caráter lúdico que possui o texto literário. Se pensarmos na tipologia discursiva tal como a concebeu Eni Orlandi (1996), dividindo os discursos em lúdico, polêmico e autoritário, veremos que o discurso lúdico é aquele em que "[...] a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta."(ORLANDI, 1996, p. 154) O lúdico representa de forma privilegiada a possibilidade do novo, porque é um espaço que permite sua emersão, porque é o discurso do jogo, do prazer, do poder dizer sem grandes cerceamentos, das possíveis interpretação, da ruptura, de um sentido que escorre pelas bordas sem compromissos com uma absoluta verdade, com um "querer dizer" a ser obrigatoriamente desvelado. Se a função referencial da linguagem é a privilegiada em outros tipos do discurso, no lúdico ela fica em segundo plano, dando espaço, como bem assinala Orlandi, para que as funções fática e poética da linguagem ganhem força, tornando menos significativa a sempre tão valorizada relação com a referência. A literatura como discurso lúdico representa, portanto, um lugar de multiplicidade e de polissemia, onde todo deslocamento é possível, é permitido, e, assim, onde é mais fácil experimentar a língua (experimentar-se nela).

O trabalho, no entanto, não pode resumir-se à introdução do texto literário na sala de aula, pois de nada nos serve um texto se ele não for objeto de leitura, de discussão, se nos limitarmos a buscar no texto as palavras novas que devem ser traduzidas, esquecendo-nos de olhar para as novas palavras que ele pode trazer. O texto tem que ser visto, compreendemos, antes de tudo, como parte de um universo de discursos e, assim, observado pelo diálogo que estabelece, pelo questionamento que propõe, pelo modo particular de estabelecimento desse diálogo, pelas personagens que cria e que são representativas de uma sociedade que lhes permitiu

nascer, de uma história que as fez surgir naquele momento para que dissessem algo, para que organizassem de alguma forma o universo que representam. Não é para que o aluno preencha com pronomes, artigos, verbos, etc, os espaços em branco que o texto literário vem para a sala de aula de língua estrangeira, mas é para que ele ouça como nessa língua sentidos são produzidos, é para entenda como as lacunas que o texto deixa produzem sentidos, é para que ele produza sentidos para o texto.

Achamos importante ressaltar nesse momento que não invalidamos um trabalho de reconhecimento do léxico, das classes de palavras e sua forma de utilização, desde que o texto não apareça no trabalho de sala de aula como uma desculpa para que se faça isso. Se queremos reconhecer os pronomes, advérbios, adjetivos e sua forma de emprego, que o façamos pensando nos efeitos de sentidos que provocam no texto, em seu papel nessa unidade de discurso, mas sem fazer disso o objeto central do estudo do texto, sem prender o texto nos limites da gramática.

4.2.1 Dos palabras: a busca de um lugar de dizer a partir do texto literário

Muitas são as possibilidades de trabalho com o texto literário produzido no universo da língua espanhola, porque rica e diversa é a produção nessa língua, e porque fascinantes e múltiplos os universos sociais que representam. Mas era preciso encontrar um ponto de partida, um texto que pudesse desencadear um ensino de língua como o desejamos, mobilizando o sujeito no questionamento de

sua identidade a partir da língua do outro e de tudo o que ela traz consigo. Foi assim que encontramos *Dos palabras*, texto de Isabel Allende que, a partir da narração da trajetória de sua personagem principal, Belisa Crepusculario, pode desencadear uma produtiva reflexão sobre o lugar da palavra em nossas vidas e seu poder transformador⁹⁷.

O trabalho necessariamente parte da leitura do texto que, entendemos, deva ser feita em dois momentos distintos: individualmente, para que o sujeito tenha um primeiro e particular encontro com o texto, e em voz alta, para que se trabalhe a sonoridade desse texto, dessa outra língua, aproveitando seu valor afetivo. O passo seguinte é a abertura de caminhos de interpretação, permitindo que cada aprendiz fale livremente sobre o que lhe disse o texto, que momentos da leitura foram particularmente significativos para ele, tentando descobrir o porquê dessa identificação. Qual a razão de nos ser mais cara a descrição da *secura da terra* de onde veio Belisa ou de seu encontro com a folha de jornal? Por que nos toca mais a fuga da morte empreendida pelos homens ou a violência utilizada para conduzir Belisa até o Coronel? Sabemos mais sobre os "discursos mágicos" que, ao modo daquele escrito por Belisa para que o Coronel chegasse ao poder, *encantou* a todos que o ouviram, ou sobre as duas e secretas palavras que puderam fazer "los ojos carnívoros del puma tornarse mansos" (ALLENDE, 1989, p. 21)?

Se a tomada da palavra é o movimento pelo qual o aprendiz se diz sujeito dessa língua, assumindo uma voz pela qual falará a partir de uma posição determinada, agora é a hora de encontrar o seu espaço, de começar a dizer, de começar a identificar-se com esses lugares de sentido. Por isso a necessidade de um trabalho delicado e persistente com essas imagens e com o que elas nos podem

⁹⁷ Ver ainda o texto *Ventana sobre la palabra*, em GALEANO, E. *Mujeres*. Madrid: Alianza Cien, 1995. p. 5.

dizer. Isabel Allende começa a apresentar-nos Belisa como uma mulher que não recebeu um nome, que precisou encontrá-lo e vestir-se com ele. “Tenía el nombre de Belisa Crepusculario, pero no fue por fe de bautismo o acierto de su madre, sino porque ella misma lo buscó hasta encontrarlo y se vistió con él”. (ALLENDE, 1989, p. 13)

O que nos diz essa imagem? O que diz a cada um de nós em particular? Que relação temos nós com os nomes que nos deram? O que significam esses nomes, de onde vieram, como se fixaram, como contribuíram para a constituição de nossa identidade? Por que a autora introduz as explicações acerca da forma como chegou Belisa ao seu nome com duas conjunções adversativas (*pero*, *sino*), o que negam elas senão uma crença a respeito da forma como nos são dados os nomes, que *recebemos* e não *encontramos*, e o que representa, então, esse encontro.

“ Belisa Crepusculario había nacido en una familia tan mísera, que ni siquiera poseía nombres para llamar a sus hijos” (ALLENDE, 1989, p. 14), numa terra na qual é preciso buscar nomes, encontrá-los. E que miséria é essa que condena os homens à total indiferenciação, que misterioso poder tem o nome para que seja negado a alguém, e mais, que lugar tem o nome nesse universo? Essas perguntas devem levar o aluno a refletir sobre o lugar do nome no seu universo, sobre a importância de se possuir um nome, esse sinal primeiro de nossa identidade⁹⁸, ou, ainda, sobre o que significaria não possuí-lo.

Essa terra sem nomes em que nasceu Belisa, na qual há épocas em que *el sol se agranda hasta ocupar el horizonte entero y el mundo se convierte en un*

⁹⁸ Seria interessante nesse momento uma reflexão sobre outros textos que tocam nessa questão da ausência desse símbolo da identidade do sujeito que é o nome, promovendo um diálogo com textos da literatura brasileira que falam desses seres sem nomes ou de indefinidas identidades, como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, ou *Morte e vida severina*, de João Cabral de Mello Netto, e a relação dessas histórias, dessas personagens com o espaço

desierto, um dia foi abandonada por ela, que *decidió echar a andar por las llanuras en dirección al mar, a ver si en el viaje lograba burlar a la muerte*. Assim caminhou sobre terra seca e, sem *gastar sus fuerzas en ejercicios de compasión*, atravessou *el infierno*.

Belisa Crepusculario salvó la vida y además descubrió por casualidad la escritura. Al llegar a una aldea de las **proximidades de la costa**, el viento colocó a sus pies una hoja de periódico. Ella tomó aquel papel amarillo y quebradizo y **estuvo largo rato observándolo sin adivinar su uso**, hasta que la curiosidad pudo más. Se acercó a un hombre que lavaba su caballo en el mismo charco turbio donde ella saciara su sed.

- ¿Qué es esto? - preguntó.
- La página deportiva del periódico - replicó el hombre **sin dar muestras de asombro ante su ignorancia**.

La respuesta dejó atónica a la muchacha, pero no quiso parecer descarada y se limitó a inquirir el significado de las patitas⁹⁹ de moscas dibujadas sobre el papel.

- **Son palabras**, niña. Allí dice que Fulgencio Barba noqueó al Negro Tiznao en el tercero round. (ALLENDE, 1989, p. 14-15, grifo nosso)

Assim encontra-se Belisa com a palavra. Esgueirando-se da morte, a menina foge do deserto para buscar na costa a vida que a seca lhe negava, e é nas proximidades da costa que ela se vê enredada por uma folha amarela de jornal a respeito da qual vive em total ignorância. De que mundo vinha Belisa para que, já com seus doze anos feitos, ignorasse completamente a existência das palavras - essas patinhas de mosca a formar desenhos no papel? O que lhe era negado nesse mundo castigado por secas imensas e chuvas torrenciais, ao lhe ser negado um nome, ao lhe ser negada a palavra?

físico em que se encontram, com a secura de sua existência. Qual a relação entre os textos e o que encontrou Belisa que lhe propiciou sair desse ciclo de morte?

⁹⁹ Essa imagem da escrita convertida em *patitas de moscas dibujadas* pode ser um caminho para que falemos sobre a inconsistência dos símbolos se desprovidos de sentidos: o que são as palavras, marcas gráficas, para quem as ignora? Como podemos conhecer a língua senão pelos discursos dos quais é materialidade? A que

Nesse dia, diz-nos o conto, *Belisa Crepusculario se enteró que las palabras andan sueltas sin dueños y que cualquiera con un poco de maña puede apoderárselas para comerciar con ellas*. Tal consideração levou Belisa, a decidir pela venda de palavras como uma alternativa decente para sobreviver, já que para ela: “[...] aparte de prostituirse o emplearse de sirvienta en las cocinas de los ricos, eran pocas las ocupaciones que podía desempeñar”. (ALLENDE, 1989, p. 15)

Nessas duas páginas que narram a descoberta da palavra por Belisa um sem fim de questionamentos se impõem. Podemos começar pela descrição desse *infierno* e do que ele provoca nos homens: a segura, as intempéries, a terra feita sulcos, os fósseis, os esqueletos, os espinhos, as pedras que semeiam o terreno infértil¹⁰⁰ que não faz ver no horizonte senão a morte que espera os homens, e esses seres arrastando-se numa interminável caminhada em busca da água, da sobrevivência. Será que há possibilidade de vida nesse mundo em que é preciso ocupar-se de ludibriar a morte? Há lugar para palavras nesse universo em que a brutalidade da natureza desafia a humanidade dos seres? Há sujeitos, há discursos?

O homem que revelou para Belisa o significado das manchas no papel lavava seu cavalo na mesma água turva com a qual ela havia matado a sua sede, e sua total indiferença diante do desconhecimento da menina a respeito da origem daqueles desenhos no papel nos revelam uma assustadora acomodação. Em que mundo vivia ele para que, diante do total desconhecimento de Belisa de que palavras existissem, nem sequer mostrasse espanto? Para quem são as palavras nesse universo, a quem pertencem, a quem servem, para que servem?

condenamos a língua quando nos esquecemos do fato de que ela faz sentidos, de que ela é feita por sujeitos, para sujeitos, de que ela faz os sujeitos?

¹⁰⁰ Ver RULFO, J. Nos han dado la tierra. In. *EL LLANO EN LLAMAS*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 15-21.

Essa é uma das grandes riquezas desse conto, fazer com que perguntemos sobre o significado que tem a palavra nesse texto, o que resulta do encontro de Belisa com ela, que peso possui o encantado *regalo* que na narrativa de Allende rege vidas, transforma destinos. A descoberta da palavra por Crepusculario e os seus múltiplos significados é o que nos dá o texto da escritora chilena, cabe a nós o questionamento de como enxergamos a palavra. É preciso perguntar sobre o como e o porquê da palavra ter entrado em nossas vidas, que papel exerce nelas, onde encontramos nossas palavras e como nos relacionamos com elas, o que nos fez vir em busca das palavras do outro? Para nós, seres de linguagem, o que significa a privação da palavra, o que significa o não poder dizer?

Há ainda uma imagem extremamente significativa nesse relato do encontro de Belisa com o que será seu instrumento de trabalho, qual seja o fato dela, em algum momento, ter descoberto que havia uma existência para as palavra fora das páginas do jornal. Nesse momento buscou um padre, para que lhe ensinasse a ler e escrever e, com o dinheiro que restava, comprou um dicionário. Por que os padres a ensinar os homens a ler? O que guardam as paredes das igrejas e dos mosteiros que os homens das ruas não podem alcançar? O que representam esses homens da fé e seu conhecimento¹⁰¹ num espaço de desconhecimento e silêncio? O que guardam os dicionários e por que Belisa lançou o seu “[...] al mar, porque no era su intención estafar a los clientes con palabras envasadas” (ALLENDE, 1989, p. 15)? Por que são *envasadas*¹⁰² as palavras do dicionário, por que se sufocam, por que perdem

¹⁰¹ Entre outras questões, também o uso do latim como língua de dominação pode ser discutido a partir da leitura de *LAZARILLO DE TORMES*. España: PML, 1994. (Colección Clásicos Españoles).

¹⁰² “Escrevo o idioleto manolês archaico* (Idioleto é o dialeto que os idiotas usam para falar com as paredes e com as moscas.). Preciso de atrapalhar as significâncias. O despropósito é mais saudável do que o solene.[...] *Falar em archaico: aprecio uma desviação ortográfica para o archaico. Estômago por estômago. Celeusma por celeuma. Seja por um gosto que vem de detrás. Das minhas memórias fósseis. Ouvir estômago produz uma ressonância atávica dentro de mim. Coisa que sonha de retravés”.(BARROS, 2000, p. 43.)

seu sabor as palavras enlatadas nesse livro, onde encontram sua verdadeira existência, sua cor? Essa pequena observação que faz Allende através de sua personagem é extremamente significativa sobre a vida das palavras, sobre, como nos dizia Bakhtin, a constatação de que a transposição de uma palavra de um universo para o outro é um movimento que não se pode fazer sem que se corra o risco de ver alterado também o seu sentido, sobre o fato de terem as palavras, também elas, uma existência, antes de mais nada, social. É representativo, esse gesto de Belisa, de que a vida das palavras não pode ser contida, abarcada pelo dicionário, por melhor que seja ele, tampouco pelas gramáticas, que não podem dar conta dos movimentos que realizam as palavras, que não podem dar conta da dimensão que venha uma palavra a tomar no universo de discursos, no discurso de um sujeito, em sua vida.

O que estamos buscando no texto são aqueles momentos em que, como disse Barthes (1987, p. 27), lemos *levantando a cabeça*, desobedecendo o fluxo do texto numa desrespeitosa postura de quem não mais simplesmente o ouve, mas quer com ele dialogar. O que buscamos é a vida das palavras, as vidas que as palavras representam.

É claro que há ainda muitos momentos para se ler de cabeça alta, mas até aqui o aprendiz já tem um bom material para produzir suas reflexões, podendo questionar-se sobre as necessidades que o impeliram para o dizer e sobre o significado da palavra no seu universo, o que pode levá-lo a entender o lugar dos discursos em nossa vida. Se entramos no universo da linguagem também por uma necessidade de organização, é isso que fará o nosso aprendiz agora, buscar a organização pela palavra. A sugestão é fazer com que cada aluno empenhe-se em escrever sobre essas questões depois de haver sobre elas discutido, produzindo um

texto que seja revelador da sua relação com a palavra e do modo como ele compreende o lugar dela na formação de sua identidade, da imagem que ele tem de si mesmo e do outro, do papel da palavra na sua forma de relacionar-se com os acontecimentos que o cercam.

O que fará o aluno é uma espécie de apresentação, já que irá refletir sobre questões que dizem respeito à imagem que temos de nós mesmos, trabalhando com todos aqueles discursos que sempre o apresentaram. E esse é o primeiro desafio, apresentar-se a partir das palavras do outro, experimentando o penoso trabalho de encontrar a exata palavra para dizer aquilo que se *quer dizer*, batendo de frente com um significante que se descola do "mundo real", que não pode mais ser entendido como reflexo da realidade porque ficou carente de sentidos diante do nosso desconhecimento de "seu significado". Então é preciso atribuir sentidos e é preciso assumir o risco (aparentemente tão fácil de negar na língua materna) de que outros sentidos venham a ser produzidos para o próprio dizer, uma vez que já não podemos nos reconhecer como seu dominador. Os textos produzidos pelos alunos serão uma fonte rica de estudo para o professor que, ao analisar a linearidade desse dizer, poderá compreender em que universo de discursos se inscreve esse aluno, quais são os seus lugares de identificação, aproximando-se, ainda, pela intimidade que revela com a palavra do outro, ou por seu desconforto diante dessa solicitação, do modo como esse sujeito se relaciona com as palavras e, principalmente, com essas novas palavras, refletindo sobre o quanto está esse aprendiz preparado para a experiência do estranhamento que o ensino de língua estrangeira solicita.

Esse é o momento ideal também para que, depois de trabalhados os textos e seus múltiplos sentidos, depois de explorada ao máximo a questão da palavra e seu lugar e poder em nossas vidas, se possa refletir com o aluno sobre a língua, o que

compreende por língua e o que veio buscar nessa língua estrangeira. Entendemos que esse seja o momento do professor dizer com que língua trabalha e como entende o processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, porque essa é a maneira de justificarmos os procedimentos utilizados em sala de aula e porque assim dizemos para o aluno onde pretendemos chegar e por que escolhemos uma ou outra metodologia. Desse modo, permitimos que o aluno perceba que os métodos não são apenas diversos na sua forma de elaboração, na seleção de exercícios, na escolha do que ensinar primeiro, de como enxergar o erro, etc., mas que diferem porque compreendem de forma diversa o que seja a língua e seu ensino.

Essa primeira parte do trabalho tinha como objetivo central colocar o aluno diante da palavra, promover um questionamento a respeito do conceito de língua e, através das reflexões em torno do nome e de seu valor, também sobre nossa identidade e o modo como se constrói. Essa seria uma forma de retirar nossos alunos da cômoda posição em que não raro se encontram de aceitar tais conceitos como saberes já sedimentados, conceitos em geral considerados comuns a todos nós, como se houvesse um acordo tácito entre os homens a partir do qual construímos a certeza do que sejam eles, de seu significado, oferecendo-lhe, ainda, um motivo real para falar nessa outra língua.

Pode-se agora explorar ainda mais personagens e cenários para descortinarmos esse universo do qual são representativos, que discursos sustentam esse dizer, que sujeitos são esses encarnados por Belisa, por aqueles a quem vende suas palavras, pelo *cura* que a ajudou a encontrá-las, pelo Coronel enfastiado de batalhas, pelos homens que seu discurso encantou. Que sociedade é essa que

permitiu que fossem criados tais personagens, que história é essa que eles vêm nos contar?

Belisa vendia palavras, e vendendo-as atravessava o país. “Recorría el país, desde las regiones más altas y frías hasta las costas calientes [...]” (ALLENDE, 1989, p. 13), caminhando por essa terra de contrastes que parece ter um elemento comum: a ausência da palavra, o não-acesso dessa gente à palavra escrita. Se a terra de Belisa, com sua secura e a morte premente a ameaçar os homens, negava a eles a palavra, isso não parece ser diferente em outros recantos desse país, nos quais um turbilhão de gente a esperava para que pudesse resolver suas questões de escrita: “Había quienes le aguardaban de un año para outro, y cuando aparecía por la aldea con su atado bajo el brazo hacían cola frente a su tenderete”. (ALLENDE, 1989, p. 13)

Esperavam para que escrevesse o que precisavam comunicar e para que lhes contasse o que ocorria em outros cantos do país. Esperavam para saber dos familiares e de como andava a Guerra Civil. Esperavam para que Belisa os presentearse com palavras...

Foi num desses dias em que negociava sua preciosa mercadoria, numa manhã de agosto em que estava “[...] vendiendo argumentos de justicia a un viejo que solicitaba su pensión desde hacía diecisiete años”¹⁰³ (ALLENDE, 1989, p. 15) que ela foi encontrada pelos homens do Coronel por quem seria levada. Ele, que tinha seu nome veiculado “[...]al estropicio y a la calamidad” (ALLENDE, 1989, p. 16), precisava das palavras de Belisa porque queria ser presidente e não o desejava conseguir mais pela força, pelo horror, o desejava pelas palavras, precisava “hablar

¹⁰³ Sobre os esquecimentos, sobre o esquecimento de que são vítimas os homens nesse território americano de língua espanhola, ver também GARCÍA MÁRQUEZ, G. *El coronel que no tiene quien le escriba*. Madrid: Alianza. (Colección Alianza Cien, 14).

como un candidato” (ALLENDE, 1989, p. 17). E foi por medo que Belisa aceitou essa tarefa jamais cumprida por ela anteriormente, foi “[...] temiendo que el Mulato le metiera un tiro entre los ojos o, peor aún, que el Coronel se hechara a llorar” (ALLENDE, 1989, p. 17), que aceitou a incumbência.

Descartó las palabras ásperas y secas, las demasiado floridas, las que estaban desteñidas por el abuso, las que ofrecían promesas improbables, las carentes de verdad y las confusas, para quedarse sólo con aquellas capaces de tocar con certeza el pensamiento de los hombres y la intuición de la mujeres¹⁰⁴. (ALLENDE, 1989, p. 18)

E assim, garimpando palavras, Belisa escreveu o discurso para o Coronel, texto que teve que repetir em voz alta para que ele pudesse decorá-lo, uma vez que também não havia chegado a palavra escrita naquele acampamento de homens de guerra. Decoradas as palavras, o Coronel saiu a repeti-las pelo país inteiro, encantando os homens com “[...] la claridad de sus proposiciones y la lucidez poética de sus argumentos” (ALLENDE, 1989, p. 19), e repetindo as palavras fez delas verdade, palavras que, pela repetição, transformaram o terror que esse homem produzia, em encantamento, em deslumbre, tornando realidade, assim, também o seu sonho de “[...] entrar a los pueblos bajo arcos de triunfo, entre banderas de colores y flores” (ALLENDE, 1989, p. 17). Como podem as palavras promover tal mudança? Como podem as palavras, pelo mágico movimento de que alguém as repita, transformar realidades, criar personagens, fazer esquecer passados tão recentes? Fomos nós algum dia encantados por palavras? Fomos nós, algum dia, vítimas de encantadores discursos?

¹⁰⁴ A divisão entre os universos feminino e masculino é uma constante nos textos da literatura produzida em língua espanhola e, como vemos, não passou despercebida para Allende também. Como pensar esse universo dividido entre a racionalidade e a emoção, entre os que pensam e os que intuem, entre os direitos e os deveres, entre homens e mulheres....

Essa riqueza toda que o conto de Allende traz nos impõe a necessidade de que não deixemos que se esfumassem suas imagens, devorando-as no que têm de belo e assustador, em sua saborosa sonoridade e na cruel realidade que denunciam, aproveitando-as para que nos perguntemos sobre esse mundo no qual as pessoas fazem fila para que alguém escreva o que eles desejam dizer, sobre a negação da palavra a todos, sobre a negação da escrita num mundo de textos escritos¹⁰⁵. É necessário pensar sobre essa terra miserável, pensar mais uma vez sobre essa miséria na qual nem sequer há nomes para os que nela vivem, sobre essa morte em vida da qual são representativas as plantas raquíticas que teimam em sobreviver e os esqueletos esquecidos que o sol tratou de branquear, sobre as semelhanças e diferenças entre essas histórias de língua espanhola e as nossas diárias manchetes de jornal, sobre esse tempo que se perpetua.... Enfim, é preciso desenredar o texto para que possamos nos perguntar sobre os dizeres que nele se entrelaçam e sobre o que eles nos dizem a respeito desse universo no qual estamos entrando, sobre o significado da palavra para essa gente de espanhola língua.

É o poder transformador da palavra¹⁰⁶, que é fonte de sobrevivência para Belisa, que é jóia rara para aqueles que a compram, que é presente milagroso, o elemento central desse texto; palavra capaz de espantar as tristezas mais profundas, de encantar os homens, e, tal bruxa, enfeitiçar o mais corajoso dos guerreiros e fazer abrandar seu já calejado e amargo coração. Que poder mágico possui a palavra capaz de arrancar da fome a mulher condenada à morte, de fazer amado aquele que era temido, de tornar servo o que era senhor? Que poder mágico possui a palavra, senhora de todas as conquistas e arma mais poderosa para as libertações?

¹⁰⁵ E sobre a condenação ao mutismo e ao esquecimento que tal negação provoca.

Além de vender a justos preços suas palavras, Belisa ainda entregava àqueles que comprassem dela cinquenta centavos

[...] una palabra secreta. No era la misma para todos, por supuesto, por que eso habría sido un engaño colectivo. Cada uno recibía la suya con la certeza de que nadie más la empleaba para esse fin en el universo y más allá. (ALLENDE, 1989, p. 14)

Cabe aqui pensar na imagem do dicionário sendo lançado ao mar por Belisa, estratégia que utilizou para não castigar as palavras encarcerando-as ao que delas podia esse livro dizer, cabe ir mais adiante um pouco e encontrar *Crepusculario* selecionando palavra, recusando, entre outras, aquelas cujo uso as havia esvaziado, havia feito com que se gastasse a sua cor, o seu brilho, havia desgastado seu sentido. Como pôde Belisa encontrar uma palavra, a justa palavra, a única palavra para cada um dos seus clientes? Em que se baseava ela para garantir que ninguém mais usaria esse *regalo* com a mesma finalidade, da mesma forma, com o mesmo sentido? Como podem as palavras perder a cor, desgastar-se, tonar-se vazias? De que palavras falamos, de que língua falamos quando pensamos com Belisa, como Belisa?

E voltamos para a nossa viva palavra, para a palavra que tem existência e que, uma vez eleitas as "certas" e entregues ao Coronel, foram capazes de dobrá-lo. O homem que a guerra havia sido forjado se curvava diante das palavras secretas que lhe entregou Belisa, *palabras que llevaba clavadas en el vientre*, que saboreava às escondidas, que afrouxavam seus ânimos, mas que recusava-se a entregar a quem fosse, porque agora eram suas palavras, agora era ele.

A magia da palavra no conto de Allende nos leva à descoberta de sua verdadeira dimensão, de sua inegável existência. Esse texto pode desencadear uma

¹⁰⁶ Ver também GUERRA, Lúcia. *Más allá de las máscaras*. Premiá: México, 1984.

série de reflexões a partir das quais os aprendizes pensem a respeito do lugar da palavra nos movimentos sociais, refletindo sobre o espaço que ocupa no universo de língua espanhola e em nossa sociedade, pensando sobre o significado da negação da palavra e do acesso a ela em diferentes períodos históricos. E aqui as tramas do texto literário podem nos inserir numa rede de discursos que se unem na compreensão da palavra no universo do qual são resultado, e poderíamos então buscar uma série de textos que se uniriam a esse conto de Isabel Allende para com ele dialogar, para abrir novos campos de discussão, para mostrar outras formas de compreensão do lugar da palavra e de seu poder, trazendo à tona, ainda, uma gama imensa de reflexões que podem ser feitas a partir desse ponto de partida.

Não nos ocuparemos, nesse momento, da seleção desses textos e elaboração de propostas de trabalho com os mesmos, tarefa que pensamos realizar em breve¹⁰⁷. Nosso intuito aqui era mostrar a possibilidade de que encontremos um lugar para o ensino de língua longe das listas de palavras a serem decoradas e da artificialidade das situações de interação nas quais em geral nos vemos enredados em nossas salas de aula. Apoiados em tudo o que dissemos sobre língua, sujeito e imaginário, queremos reafirmar o lugar de desacomodação que a língua estrangeira e seu ensino representam, ofertando-nos um momento rico de questionamentos que o texto literário é tão capaz de mediar, de instigar, de produzir, fazendo-nos olhar, à medida que vamos reconhecendo o imaginário social do qual ele é representativo, para a formação de nossa própria identidade, para os discursos que nos cercam e

¹⁰⁷ Em *Literatura, cultura y el sujeto latinoamericano*. (DE NARDI, 1999) selecionamos uma série de textos que podem servir de base para um trabalho de sala de aula que contemple a diversidade da literatura de língua espanhola e a enorme gama de questões que ela pode fazer vir à tona, material que pretendemos aproveitar para a elaboração de uma proposta de trabalho em sala de aula. Entre eles estão textos como *El laberinto de la soledad*, de Octavio Paz (21 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992), obra na qual o autor reflete sobre os processos pelos quais passou o México e o que é a sociedade mexicana como parte desses processos. Muitos

aos quais nos remetemos para reafirmar o nosso lugar social de sujeitos falantes, para os processos históricos de que somos resultado, tantas vezes negados, escamoteados, esquecidos.

Estamos conscientes da brevidade dessa investigação, que pretendemos levar adiante num estudo mais aprofundado sobre papel do imaginário no ensino de língua e a contribuição sem par que seu estudo pode dar para a elaboração de propostas de ensino de língua espanhola para brasileiros. Sem a pretensão de produzir modelos de aula que devam ser seguidos igualmente por todos os professores de língua espanhola, o que pretendemos é discutir conceitos como o de memória e história, de sentido e sujeito a partir da literatura produzida em língua espanhola, colocando em relação língua, sujeito e cultura na aprendizagem de língua estrangeira.

5 CONCLUSÃO

Em *Seis propostas para o próximo milênio*, Ítalo Calvino, ao falar sobre a exatidão, depara-se com o indizível da língua e lembra que, na busca pela exata palavra deparamo-nos com duas *pulsões distintas*

[...] que jamais alcançam a satisfação absoluta: em primeiro lugar, porque as línguas naturais dizem sempre algo **mais** em relação às línguas formalizadas, comportam sempre uma quantidade de **rumor** que perturba a essencialidade da informação; em segundo, porque ao se dar conta da densidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo **menos** com respeito à totalidade do experimentável. (CALVINO, 1990, p. 88).

Parece-nos que Calvino, tenha declarado ele ou não, encontrou-se com o real da língua. Tal conceito obriga-nos a reconhecer na língua duas de suas características essenciais: (1) essa forma única de produzir equívocos que cada língua possui (conforme nos disse Milner), compreensão que nos leva, conseqüentemente, a afirmar um modo particular de intervenção da história em cada língua a fim de que efeitos de sentido venham a ser produzidos; (2) o não-todo da língua, seu indizível. E há ainda o rumor¹⁰⁸, o que sobra, um sentido a mais que não se deixa apagar...

Foi esse um dos aspectos centrais de nosso mergulho na teoria do discurso, encontrar a língua do real, do equívoco, dos significativos ruídos, a imperfeita língua, aquela das falhas que não se deixam corrigir. Longe da possibilidade de que seja tomada unicamente como objeto de formalização, essa língua com a qual a AD nos possibilita trabalhar faz sentido no seu encontro com o sujeito e com o que ele movimenta em termos de inconsciente e ideologia. É para uma língua atravessada pela história que olhamos, voltando-nos para o que essa historicidade pode revelar

dos processos políticos, sociais e culturais que foram ditos pela língua, com ela, processos que nela se dizem.

Como vimos, o fascínio pela língua e a tentativa de encontrar os seus limites é uma constante na observação dos movimentos promovidos pelas teorias da linguagem, seus encontros e desencontros. Tal fascínio também não deixa de se fazer presente na formulação da teoria do discurso e na reação por ela empreendida à formalização excessiva que seus pensadores identificaram no cenário lingüístico de meados de 1960. Por isso a busca de um diálogo com marxismo e psicanálise, a fim de que se construísse uma forma diversa de intervenção sobre os discursos e, conseqüentemente, sobre a língua como parte de sua materialidade. O que fez a AD em seu processo de construção foi, então, em grande parte, encontrar o exato lugar do atravessamento/intervenção dessas áreas de conhecimento nos estudos da linguagem, promovendo um eterno repensar acerca da relação entre língua, sujeito, discurso, ideologia e todos os conceitos que desses e de seu encontro acabam por forjar-se.

Somos sujeitos na língua, nos diz a AD, e tomar a palavra nessa língua exige mais do que o reconhecimento de uma estrutura e de suas intrincadas relações, exige que encontremos um lugar discursivo que nos possibilite dizer, que nos possibilite tomar a palavra. Seres de linguagem, estamos imersos em discursos e é na relação com eles que encontraremos esse lugar.

A tomada da palavra é o foco central de observação desse trabalho, mais especificamente a possibilidade de que possamos conceber um ensino de segunda língua que possibilite ao aprendiz essa entrada na língua do outro, tarefa da qual o ensino da metalinguagem não pode dar conta uma vez que ela exige a consideração

¹⁰⁸ Ver em BARTHES (1987, p. 75-77) O rumor da língua.

dos discursos engendrados nessa língua e dos processos de constituição do sentido que neles se realizam. Por isso a necessidade de compreender os processos de identificação pelos quais passa o sujeito na sua relação com a língua, já que ele só consegue produzir sentidos se encontrar um lugar no qual possa ancorar o seu dizer, espaço que lhe oferece a FD.

O lugar especial da segunda língua é o repensar as formações discursivas fundantes desse sujeito aprendiz, que no universo do outro experimenta um momento de não-saber. Ao se deparar com a língua do outro o que encontra o sujeito é o significante descolado da realidade, é a língua não mais transparente e, assim, é o desconfortável espaço da opacidade, do real da língua, do impossível, do que não se diz. Longe da segurança que lhe oferecia a língua materna, esse sujeito agora é obrigado a repensá-la, e, desse modo, a repensar a sua própria identidade, resultado dos processos de identificação, também por vezes falhos, incessantemente em movimento e, portanto, incompletos por natureza.

A tarefa é devolver para a língua a sua complexidade e com ela a heterogeneidade que lhe é característica, colocando o sujeito em relação com esse universo do movimento dos discursos, do pré-construído, da alteridade; universo do sujeito descentrado e colocado constantemente diante do outro, no universo do outro, desse sujeito que o outro constitui. Esse encontro com a língua do outro não se faz, no entanto, sem que haja uma mediação do imaginário como forma de conhecimento que fornece ao sujeito uma matriz de sentidos. É o imaginário que constrói para o sujeito um lugar de leitura, um lugar de interpretação e, desse modo, um lugar de dizer, de produção de sentidos. Como conhecimento anterior, forjado no inconsciente, o imaginário traz uma forte carga de determinação social - o que nos remete ao universo no qual se insere o sujeito e que é revelador da sua forma de ler

o mundo -, movimenta uma memória que também é reveladora do outro, do lugar do outro na formação desse sujeito e de seu dizer.

Pensar a o lugar do *outro* possibilita-nos, ainda, pensar o lugar do texto literário nesse processo, já que também ele encontra sua vida na incompletude, possibilidade de que outros sentidos venham a ser produzidos, de que os sentidos fujam dos limites "da interpretação" para entrar no incessante ciclo de leituras a renovar o texto, a (re)escrevê-lo. Além disso, Bakhtin já afirmava o texto literário como o espaço privilegiado da polifonia, desse encontro de vozes múltiplas reconhecidas no que têm de diferente¹⁰⁹ a representar. Apresenta-se, o texto literário, ainda, como possibilidade de reconhecimento de um imaginário coletivo, já que ele não foge da determinação do tempo em que foi concebido, que é representativo tanto do que mostra desse tempo, quanto daquilo em relação a que silencia. Encontra, assim, o aprendiz, na literatura, a língua viva, aquela dos sujeitos, aquela da história, aquela da palavra que tem existência e que não se deixa amarrar aos dicionários e às gramáticas. Encontra os discursos, os efeitos de sentidos, e, na sua leitura, o espaço do dizer.

Portanto, se pensamos um ensino que quer um sujeito na sua relação com o outro, uma língua que foge ao logicamente estabilizado, um sentido que é resultado do atravessamento da história nos discursos, precisamos pensar um ensino de língua estrangeira que privilegie os discursos e seus movimentos em detrimento de um ensino gramaticalista. E se vamos trabalhar os discursos é preciso fazê-lo pensando na incompletude que os marca, e, principalmente, pensando a incompletude como um vazio que não pode ser preenchido e que é, por isso mesmo,

¹⁰⁹ Uma diferença a ser compreendida, representada, aceita por ser diferente, por ser outra, tal qual a deseja Calvino (1990), que coloca o texto literário como o lugar no qual a humanidade pode reencontrar o valor do múltiplo.

trampolim para a renovação, motor da transformação. Essa "falha", significativa e renovadora falha, instaura a discursividade, faz com que caminhemos ao encontro dos buracos que a estrutura deixou, encontrando neles os outros sentidos possíveis, e, talvez, outros lugares de identificação. É preciso construir, então, longe da cômoda língua dos manuais de ensino - quase sempre idêntica, quase sempre homogênea, língua sem ruídos (e talvez por isso silenciadora língua) -, espaços na sala de aula de língua estrangeira para que seja ela também um lugar de formação. É preciso desacomodar o sujeito para que ele se faça sujeito também nessa língua do outro, para que encontre nela o lugar do diferente, o lugar da heterogeneidade, o lugar do múltiplo que não quer ser igual, que não quer ser homogeneizado, que não pode ser uno porque vive da diferença, assim como a língua, que é também o que não pode dizer, o que não deixa dizer, o que pede que digam. E isso, acreditamos, só se pode fazer quando reconhecemos a língua do real, a nossa opaca e imperfeita língua.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, I. Dos palabras. In: ALLENDE, I. *Cuentos de Eva Luna*. 10. ed. Barcelona: Plaza & Janés, 1998. (Em anexo)

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. *L'Université de Paris*, v. 8, p. 91-151, 1982.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E.; GERALDI, J. W. (Org.) *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. O discurso em Dostoiévski. In: _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981. p. 157-236.

_____. O "discurso de outrem". In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 144-155.

BARROS, M. *Livro sobre nada*. 8. ed. São Paulo: Record, 2000.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987. cap. 1, 2 e 4.

CALVINO, I. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CORACINI, M. J. R. F. A escamoteação da heterogeneidade nos discursos da lingüística aplicada e da sala de aula. *Letras: Revista do Mestrado em Letras da UFSM*, jan./jun. 1997.

COURTINE, J. *Analyse du discours politique*. Paris: Larousse, jun. 1981. (Langages, 62)

_____. O discurso intangível: marxismo e lingüística (1965-1985). *Cadernos de tradução*, Porto Alegre, n.6, p. 5-18, abr./ jun. 1999.

DORNELLES, E.F. *da germinação da semente à colheita do grão: análise do funcionamento das relações de identificação na formação discursiva do assentado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

DURAND, G. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 2000.

FERREIRA, M. C. L. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2000.

FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. (Leituras Filosóficas).

GADET, F. La double faille. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. (1981). *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

HENRY, P. (1977). *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: Introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 13-38.

HERBERT, T. (1967). Observações para uma teoria das ideologias. *Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, n. 1, mar. 1995.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p. 111-120, 2. sem. 1998.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In. ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 15-29.

MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, p. 87-95, 2. sem. 1998.

MILNER, J. (1978). *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. 21. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

PÊCHEUX, M. (1969). Por uma análise automática do discurso. (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61-162.

_____. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. (1977) Remontémos de Foucault a Spinoza. In. TOLEDO, M. M. *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980.

_____. (1981a) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 55-64.

_____. L'étrange miroir de l'analyse de discours. In: COURTINE, J. *Analyse du discours politique*. Larousse: Paris, juin 1981b. p. 5-8 (Langages Revue Trimestrielle, 62)

_____. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 163-252.

_____. (1983). A Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 311-319.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 213-230.

SERRANI, S. M. Por una política plurilingüística y una perspectiva pragmático-discursiva en la pedagogía de lenguas. In: ORLANDI, E. P. (Org) *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988. p.179-191.

SERRANI-INFANTE, S. Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas. *Letras: Revista do Mestrado em Letras da UFSM*, jan./jun. 1997.

_____. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI; CAVALCANTI (Org.). *Lingüística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998a.

_____. Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso. In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 1998b.

_____. Singularidade discursiva na enunciação em segundas línguas. In: LEITE, N. V. A. (Org.) *A singularidade como questão*. Campinas, jan./jun. 2000. (Cadernos de Estudos Lingüísticos, 38).

_____. Resonancias discursivas y cortesía en prácticas de lecto-escritura. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ANEXO

